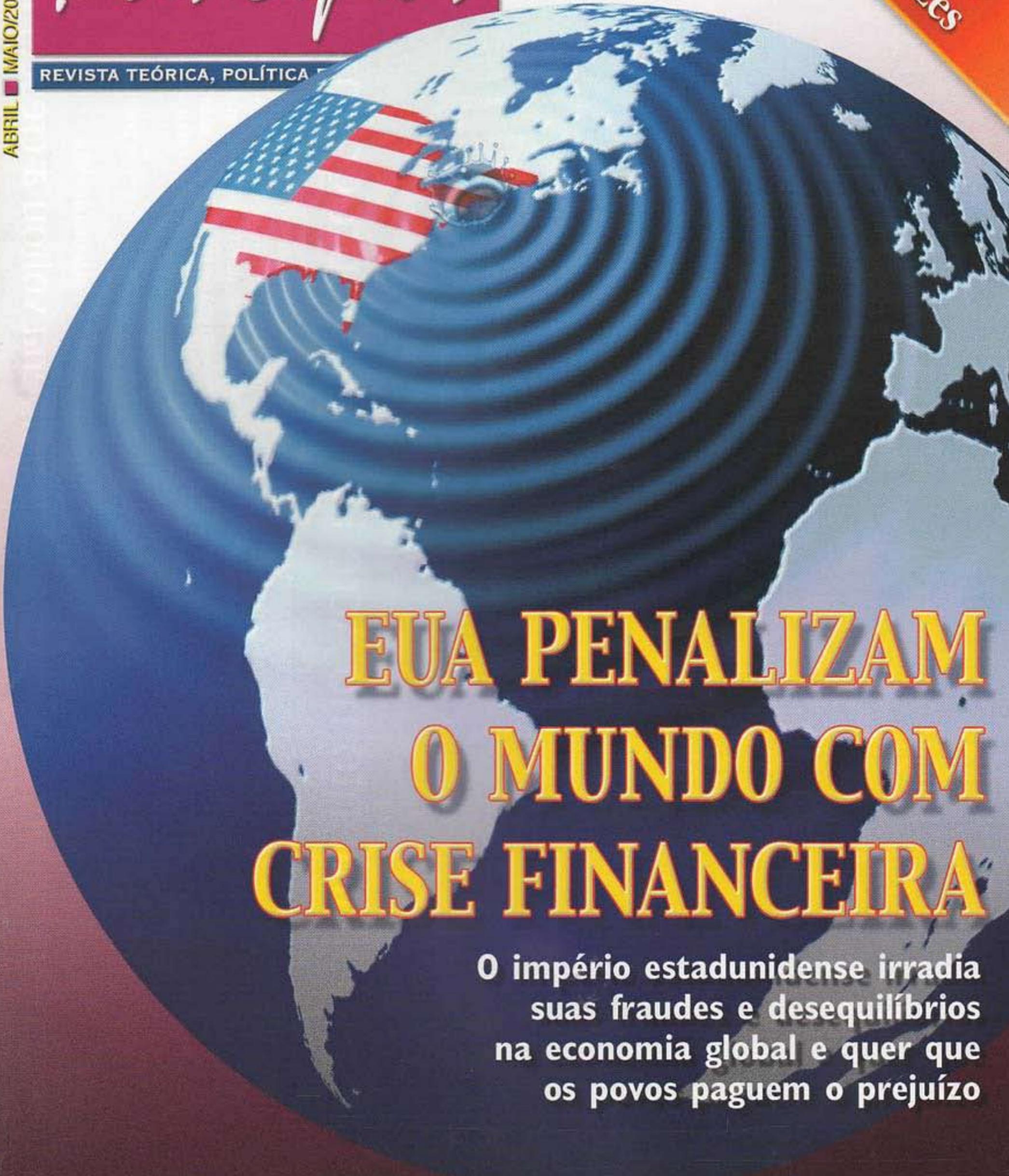


ABRIL ■ MAIO/2008 Nº95 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E CULTURAL

Maio de 68:
Ecos e raízes



EUA PENALIZAM O MUNDO COM CRISE FINANCEIRA

O império estadunidense irradia suas fraudes e desequilíbrios na economia global e quer que os povos paguem o prejuízo



Desenvolvimento no Acre também é programa de índio.

Com um vigoroso projeto de desenvolvimento sustentável, em apenas 9 anos o Acre dobrou o seu PIB, saltou de 27º para 11º no ranking da qualidade de ensino nos estados, segundo o Ministério da Educação, e controlou doenças como a malária e a dengue. Melhor é que obteve estas e outras conquistas sendo um dos estados que menos desmata na Amazônia, mantendo 90% da sua cobertura florestal intacta.

O que os índios têm a ver com isso? - Eles participam ativamente da vida social e econômica do Estado, tendo suas terras e culturas respeitadas. Nas aldeias as escolas são bilingües, com aulas em português e nas línguas nativas. As comunidades têm seu trabalho valorizado, com negócios que vão do artesanato e produtos florestais até desing de moda.

E mostrando que é passado o tempo em que algumas etnias chegaram a ser consideradas extintas, a população indígena voltou a crescer e já são mais de 15 mil índios e índias no Estado.

Por isso temos orgulho de dizer que, aqui no Acre, desenvolvimento sustentável também é programa de índio.



Valorizando as nossas raízes.

Respeitada e valorizada, população indígena voltou a crescer no Estado.

U\$ 1 trilhão de perdas. Quem vai pagar essa conta?

No início dos anos 1990, após o fim da União Soviética, George Bush pai, como chefe da coalizão capitalista vitoriosa, proclamava que a humanidade teria como prêmio um ciclo de paz e prosperidade. As duas guerras de ocupação e pilhagem contra o Iraque e a invasão ao Afeganistão, somadas às chantagens e ameaças contra outros povos, sobejamente, já haviam desmentido a parte primeira da predição da Casa Branca.

Já a segunda – a prosperidade –, se concretizaria, segundo a propaganda dos vencedores, no curso da chamada globalização financeira e desde que os governos dos Estados soberanos aplicassem sem vacilações o receituário neoliberal ditado ao mundo pelo Consenso de Washington.

O “consenso” entre as potências capitalistas – e imposto aos demais países – tinha por objetivo eliminar óbices e amarras existentes para que o capital especulativo viesse a circular livremente na totalidade do planeta. Essas mudanças começam a se operar já nos anos 1980 e ganham celeridade na década de 1990.

Tal dinâmica se instaura, e se enlaça, com os fios da teia da especulação na economia de, praticamente, todos os países. Ativos de diferentes modalidades, algumas vezes, atingiram um montante superior ao PIB mundial. Com a integração das Bolsas, volumes fabulosos de capital fictício migram, de praça a praça, em busca de maiores rendimentos. A pilhagem da riqueza produzida pelos povos é feita sem nenhum tiro, mas deixa um estrago de bomba atômica.

No quinquênio final do Século XX, vieram à luz os imensos custos econômico-sociais pagos pelos países da periferia pela aplicação do receituário neoliberal. Soberania dos Estados aviltada, autoritarismo e restrição democrática, desnacionalização e estagnação das economias, vulnerabilidade externa. Imensa transferência de riqueza dos países da periferia ao centro capitalista via privatizações e pagamento de juros.

Quando as crises sacudiram México, Ásia, Brasil, Argentina, Turquia, os próceres estadunidenses do neoliberalismo por intermédio do seu arsenal midiático creditaram o fracasso do modelo à incapacidade das elites daqueles países. “Subservientes, mas perdulárias e incompetentes”.

Todavia, de agosto de 2007 aos primeiros meses de 2008, uma crise financeira – segundo alguns do calado da grande depressão de 1929 – irrompeu-se nos Estados Unidos da América, epicentro capitalismo. De uma inicial crise imobiliária a uma inconclusa crise financeira que afeta Estados Unidos, Europa e Ásia e reverbera em todo o mundo, mesmo com a inusitada resistência das economias de países em desenvolvimento.

Segundo previsão do FMI, de abril último, as instituições financeiras terão perdas de cerca de 1 trilhão de dólares. O Estado que fora execrado pelas máximas do neoliberalismo não mais que de repente é convocado para salvar bancos, seguradoras e outras instituições financeiras. Os Bancos centrais de Estados Unidos, União Européia, Japão, entre outros, injetam bilhões de dólares para manter a liquidez do crédito e impedir a bancarrota do sistema financeiro.

Mas, como sempre, os prejuízos das crises capitalistas são direcionados aos povos e aos trabalhadores. A projeção do crescimento da economia mundial em 2008 já foi rebaixada de 4.8% para 3.7%. Contração do crescimento econômico, sobrevalorização das moedas dos países em desenvolvimento, redução do crédito, inflação, desemprego, são algumas das conseqüências.

Essa saída tão antiga quanto as crises não pode ser encarada pelos governos progressistas e pelo movimento social como uma fatalidade. É preciso resistir contra essa investida. No Brasil essa luta se traduz, entre outras frentes, na mobilização política e social contra o Banco Central que insiste em manter a política de juros altos. Diz, com isso, combater “pressões inflacionárias”. Quando, na verdade, cede às pressões dos banqueiros. Não bastam os bilhões de reais de que já se apropriam. Querem mais.

Princípios

Índice

CAPA

“Pensar o impensável”: o desenrolar da crise de crédito global

Marcos Antonio Macedo e Cintra e André Luís Forti Scherer

6



A crise da era neoliberal
Renildo Souza.....

14

Capital, Estado e moeda: um ensaio sobre a crise do dólar

Lecio Moraes.....

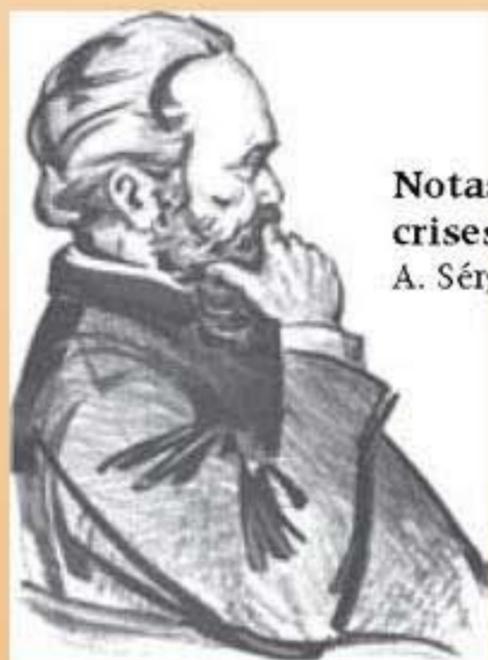
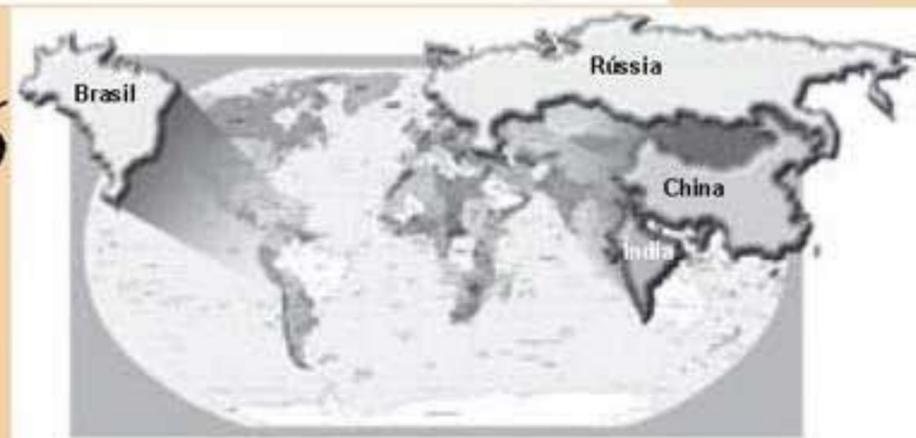
20



A crise dos EUA, os emergentes e o Brasil

Dilermando Toni.....

56



Notas teóricas em torno das crises financeiras

A. Sérgio Barroso.....

62

INTERNACIONAL

**Contra-ofensiva imperialista:
Contexto da agressão colombiana
ao Equador**
Ronaldo Carmona..... **68**

HISTÓRIA

CIÊNCIA

1968: a Revolução do Eu
José Carlos Ruy..... **32**

Estado Laico ou Teocrático
Entrevista com o professor Julio Voltarelli **73**

**1968: as camadas médias e
a crise do regime militar**
Augusto Buonicore..... **42**

**As células-tronco, o embrião e
a Constituição**
Lygia da Veiga Pereira..... **75**

A ciência como salto para a vida
Aldo Rebelo..... **77**



**13 de Maio – uma história
mal contada**
Bernardo Joffily..... **49**

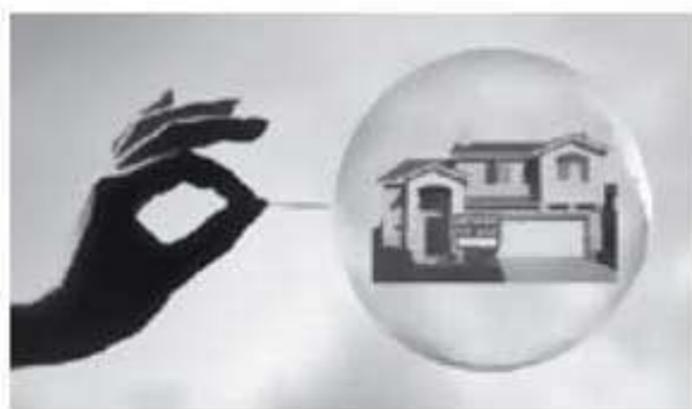


RESENHA

Olívia Rangel..... **80**

“Pensar o impensável”: o desenrolar da crise de crédito global

MARCOS ANTONIO MACEDO E CINTRA E ANDRÉ LUÍS FORTI SCHERER



Da crise financeira em curso que põe em xeque o arcabouço sistêmico da globalização financeira pode resultar “um ciclo vicioso” econômico-

financeiro de conseqüências impossíveis de prognosticar em detalhes até o momento

O mundo econômico-financeiro mudou radicalmente a partir dos anos 1980. Essa mudança, ao mesmo tempo em que reafirmou o dólar como moeda mundial deu fôlego a um complexo mecanismo de novas inter-relações contratuais e institucionais, sob a égide do capital financeiro, ao qual se convencionou chamar “globalização financeira”¹. Essa teia de relações envolveu o avanço de instituições financeiras não-bancárias – os chamados investidores institucionais² –, com a marcha progressiva da desregulamentação e da liberalização financeiras abrindo espaço à exploração de oportunidades advindas da maior in-

certeza sobre os preços dos ativos que passou a vigor a partir da adoção de taxas de câmbio flexíveis e da queda das restrições geográficas e contratuais à atuação das instituições financeiras.

O mundo financeiro tornou-se mais dinâmico, mas ao mesmo tempo mais incerto. Essa incerteza, traduzida na grande volatilidade quanto ao preço dos mais diversos ativos abriu caminho às chamadas “inovações financeiras”, que tecem verdadeira “teia de contratos” que “enrolam”, na feliz expressão utilizada pela revista *The Economist* (2008), de forma “sistêmica” os diversos mercados de ativos, instituições financeiras e os sistemas financeiros nacionais.

A crise atual põe em xeque esse arcabouço sistê-

mico, de uma forma na qual ele não havia sido anteriormente testado. Isso decorre do fato de todos os elementos essenciais que caracterizam o processo de globalização financeira – novas instituições, novos atores, novos instrumentos, nova regulação privada – estarem desafiados pelos fatos decorrentes da chamada crise imobiliária – nome equivocado para uma crise de alcance mais amplo e profundo e que, recentemente, tem sido apontada por diversos economistas ligados ao *mainstream* teórico e institucional como “a maior crise financeira após a década de 1930” (Greenspan, 2008).

Situamos, na presente análise, a crise que ocorreu entre agosto de 2007 e o final de março de 2008, em uma perspectiva mais ampla, tanto histórica como institucional conectando os fatos ocorridos até o momento a uma seqüência lógica das crises financeiras advindas da própria instabilidade característica do processo de globalização financeira. Buscamos elaborar, desse modo, uma análise conjuntural – uma vez restrita empiricamente aos eventos que se desenvolveram os últimos nove meses –, mas que situe, mesmo em caráter preliminar, histórica e prospectivamente os acontecimentos que caracterizam essa crise.

1 – Da crise imobiliária à crise financeira

Uma questão ainda não parece estar bem compreendida por diversos analistas: como uma crise de origem na concessão de crédito imobiliário imediatamente transformou-se em uma crise financeira, interconectando os mais diversos mercados de crédito pelo mundo afora?

O ambiente que deu origem à chamada bolha imobiliária se constituiu a partir da superação da últi-

ma crise de caráter financeiro com o fim da bolha de ações de empresas de alta tecnologia que elevou a bolsa tecnológica Nasdaq entre 1994/2000. A resposta do Federal Reserve (Fed) à queda no crescimento econômico incluiu uma forte redução nas taxas de juros, especialmente após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Ressabiadas pelas perdas no mercado acionário, as famílias americanas dedicaram grande parte desse novo poder de compra oportunizado pela redução

dos juros à compra e à construção de novas residências, dinamizando novamente a economia do país. Essa atividade levou a um forte aumento especulativo no preço das residências que, por sua vez dinamizou, a partir das mais variadas formas de crédito hipotecário, outros mercados financeiros.

Subjacentes a essa facilidade na concessão de crédito encontravam-se a elevada liquidez e a ga-

rantia com base em um ativo com o preço em constante elevação – o imóvel em si. Assim, uma complexa cadeia de contratos envolvendo os mais diversos títulos tendo por base a ven-

da e o pagamento dos imóveis ganhou forma e importância. A securitização dos créditos imobiliários envolvia os bancos comerciais e os bancos de investimento e a criação de títulos baseados diretamente nas hipotecas (*Residential Mortgage Backed Securities* – RMBS) os

quais tinham seu risco de crédito aferido e chancelado pelas agências de rating.

Esses títulos (as RMBS's), mesclados a outros créditos com origem na venda de automóveis, de imóveis comerciais, de parcelamentos com cartões de crédito e de créditos estudantis, dentre outras origens possíveis, eram então “empacotados” sob a forma de *Collateralized Debt Obligations* (CDO), ge-



ralmente emitidas por bancos de investimento e vendidas a *hedge funds* e a outros investidores institucionais do mundo todo, notadamente a partir de 2006. Os CDO também eram objeto da apreciação das agências de rating, que auxiliavam na apreciação do risco de cada uma de suas partes (*tranches*), que eram distribuídas conforme o risco a diversos tipos de investidores.

A situação se deteriora em definitivo quando, ao final de 2005, com o Fed retomando uma situação de normalidade nas taxas de juros, o preço dos imóveis deixa de aumentar e, a partir de 2006, passa a se reduzir. Essa queda nos preços estimula a desistência de pagamentos de parte dos compradores em 2007, uma vez que o valor das dívidas começa a superar o valor dos imóveis³. Para piorar, muitos desses empréstimos hipotecários foram concedidos no valor de 100% do imóvel, sem a necessidade de comprovação da documentação (*hipotecas subprime* e *Alt-A*) e contendo os chamados *teasers*, condições de pagamentos facilitadas nos primeiros anos do contrato, mas que, quando reajustados, alteram profundamente o valor das prestações.

Com as mudanças na situação econômica e dadas as especificidades da concessão do crédito imobiliário, a reversão das expectativas aumenta dramaticamente a inadimplência em todos os segmentos do mercado imobiliário e não apenas no chamado mercado de alto risco (*subprime*). Os títulos que têm por subjacente o pagamento dos créditos imobiliários começam a enfrentar *defaults* em seus pagamentos, perdendo valor em mercados ilíquidos que se formaram a partir de derivativos de *balcão*, negociados diretamente entre as partes. Esse processo de queda nas vendas dos imóveis e de deterioração no pagamento das hipotecas leva, portanto, a uma crise financeira, de origem imobiliária, que se manifestará em meados de agosto de 2007.

Mas, o mais interessante e que reforça o caráter de “crise da globalização financeira” é que esses elementos já apontados contagiam outros mercados de ativos que, em princípio, não estariam diretamente conectados à questão imobiliária em si. Ou seja, as portas corta-fogo estão abertas, o incêndio se alastra.

O mais interessante, e que reforça o caráter de “crise da globalização financeira”, é que esses elementos já apontados contagiam outros mercados de ativos que, em princípio, não estariam diretamente conectados à questão imobiliária em si

2 – As três ondas da crise de crédito: os mecanismos de contágio e a atuação “em última instância” dos bancos centrais

Em meados de julho de 2007, um até então desconhecido índice do mercado de derivativos de crédito que avalia uma cesta de RMBS's baseadas em hipotecas de tipo *subprime* (ABX-HE, elaborado pela empresa MarkIt) começa a dar fortes sinais de stress para as *tranches* mais arriscadas desses títulos (*BB* e notas inferiores). Em 22 de julho de 2007 o banco de investimento *Bear Stearns* aponta que dois de seus fundos *hedge*, baseados em hipotecas de alto risco, apresentaram uma perda superior a US\$ 3,2 bilhões. Os lucros e a solvência dos bancos e de outras instituições financeiras começam a ser questionados. O ambiente de negócios se deteriora. A crise de crédito se inicia.

Podemos observar no Gráfico 1 que, entre meados de julho de 2007 e março de 2008, tivemos ao menos três momentos de

elevação na desconfiança bancária medida pelo *TED Spread*, um indicador do nível de stress financeiro que atinge o mercado interbancário⁴, sendo estes em agosto e dezembro de 2007, com o último se desenrolando em março de 2008. Nesses momentos, o *spread* superou os dois pontos percentuais, denotando um risco quatro vezes superior ao observado em tempos de tranquilidade. É importante salientar que isso ocorre mesmo após o Fed e outros bancos centrais terem reduzido a taxa de juros-alvo, o que deveria ter por efeito uma queda nesse *spread*.

O primeiro momento marca a surpresa pela virulência da crise, sendo iniciadas as especulações sobre as perdas e a solvência das instituições financeiras. Fica claro, a partir do episódio dos fundos do banco *Bear Stearns* – seguido pela corrida bancária que vai determinar a estatização do banco inglês *Northern Rock* – que muitos bancos, comerciais e de investimento, têm, fora de seus balanços, exposição com as chamadas Entidades de Propósito Especial – *Special Purpose Entities* (SPE), das quais a mais importante, quanto ao tamanho da exposição bancária, é constituída pelos *Structured Investment Vehicles* (SIV).

Gráfico 1



Fonte dos dados brutos: www.federalreserve.gov, elaboração dos autores.

Os SIV são importantes elementos na propagação da crise para o mercado monetário, pois interligam os CDO e as RMBS, títulos de renda fixa de longo prazo, ao mercado de commercial papers, a partir da emissão de *Asset Backed Commercial Papers* (ABCP), títulos de curto prazo (entre 30 e 90 dias, geralmente). Esses ABCP financiam a compra e a manutenção das *tranches* mais arriscadas dos CDO fora dos balanços dos bancos. Na medida em que o mercado para a emissão desses instrumentos “seca”, dado o risco evidente de default dos CDO, esses instrumentos voltam para dentro dos bancos⁵. Opacos, eles alimentam o jogo de adivinhação quanto a quem carrega o “mico”. O Fed e outros bancos centrais respondem relaxando a política monetária, cortando as taxas de juros-alvo e de redesconto.

Nos meses de outubro a dezembro a crise recrudesce. Ao contágio trazido pelos SIV se soma a deterioração da situação das seguradoras de títulos, chamadas *monolines* por atenderem principalmente aos estados e municípios americanos. Com o passar do tempo, essas empresas, que emprestam uma garantia com rating AAA aos empréstimos realizados pelos entes federativos, passaram também a segurar títulos privados, dentre eles CDO com forte presença de créditos originários das hipotecas. A possível insolvência dessas empresas, que dependem de forma crucial da manutenção de sua notação pelas agências de rating para sobreviverem, é também fonte de preocupação para os bancos, que teriam de admitir prejuízos em títulos mantidos em seus balanços com valor superior devido à garantia das seguradoras de bônus. Os problemas continuados com os SIV e a deterioração da situação das *monolines* marcam a segunda onda da crise.

O stress se torna insustentável e vai exigir uma atuação coordenada de injeção de liquidez de cinco bancos centrais – Fed, Banco Central Europeu (BCE), Banco da Inglaterra, Banco Nacional da Suíça (BNS) e Banco do Canadá. O Fed ainda coloca à disposição do BCE e do SNB linhas de swap em moeda estrangeira, respectivamente, no montante de US\$ 20 bilhões e US\$ 4 bilhões. Essas operações foram realizadas com o propósito de diminuir a pressão sobre as taxas de juros interbancárias – em particular a Libor (*London Interbank Offered Rate*), referência internacional para empréstimos entre bancos. Ademais, o Fed anunciou a decisão de utilizar um instrumento temporário para o fornecimento de liquidez ao sistema bancário: *Term Auction Facility* (TAF). Mediante a realização de leilões de dinheiro, o Fed passou a conceder aos bancos empréstimos de curto prazo (acordos de compra e venda por 28 dias) com taxa de juros inferior às operações de redesconto, aceitando como garantia os títulos do Tesouro e das agências federais⁶.

No final de fevereiro e início de março de 2008, os bancos começam também a exigir depósitos de margens mais altos (*haircut contagion*) para refletir os novos preços dos ativos. Os *hedge funds* e outros investidores altamente alavancados tomam recursos de um financiador (inclusive para comprar tranches residuais ou tóxicas de CDO), oferecendo como garantia ativos de seus portfólios. Quando o valor dos ativos cai, a alavancagem sobe, podendo ultrapassar o limite estabelecido pelo financiador que exige sua redução pela venda dos ativos ou por aumento da margem. As vendas compulsórias, para se readequar às regras do financiamento da alavancagem, conduzem ao aumento da volatilidade retransmitido para outros mercados (Locatelli, 2008). Se o fundo de investimento ainda enfrentar pedidos de resgates dos investidores, há a necessidade de vender mais ativos, forçando uma espiral deflacionária nos preços e/ou o fechamento do fundo (como ocorreu com o *Carlyle Capital Corporation*). A desvalorização dos preços força outros fundos a reconhecerem perdas porque obrigados a registrar o valor dos ativos no nível das negociações que ocorrem no mercado, por meio da marcação a mercado, incentivando outros investidores a também resgatarem suas cotas (parte dos fundos de pensão administrados pelos *hedge funds*). Isso pode levar a círculos viciosos de vendas forçadas de ativos, bem como de aumento de taxas de juros em vários mercados (para viabilizar as chamadas de margens).

Os boatos se sucedem e em março de 2008 o banco de investimentos e corretora Bear Stearns, que acabara de apresentar prejuízo em seu balanço

trimestral, mostra-se insolvente. O Fed organiza o resgate do banco de investimento no final de semana dos dias 15 e 16 de março, culminando com o anúncio de sua aquisição pelo JP Morgan Chase. Para tanto, o Fed repassa US\$ 29 bilhões ao JP Morgan Chase, de modo a que esse possa criar um veículo especial separado de seu balanço que permita segregar os ativos mais arriscados pertencentes ao Bear Stearns. Ao mesmo tempo, o Fed abre a possibilidade de acesso ao redesconto aos bancos de investimento – entidades não reguladas pela instituição –, de modo a garantir um retorno à confiança entre os bancos e impedir uma “corrida bancária” generalizada aos bancos de investimento, dadas as incertezas relacionadas aos mercados de derivativos⁷.

Nesse momento, o Fed anuncia uma nova modalidade de auxílio ao sistema bancário: *Term Securities Lending Facility* (TSLF). Sob essa nova modalidade, realizará empréstimos de até US\$ 200 bilhões em títulos do Tesouro contra garantia de um amplo conjunto de ativos, incluindo aqueles lastreados em hipotecas, que possuem rating AAA/Aaa (*federal agency debt, federal agency residential-mortgage-backed securities e non-agency AAA/Aaa-rated private-label residential-mortgage-backed securities*)⁸.

O resgate do *Bear Stearns*, a abertura do redesconto aos bancos de investimento e a aceitação de hipotecas privadas garantidas por outros investidores, que não as agências federais, foram, até o momento, as medidas mais importantes – e controversas – tomadas pelo Fed. A partir delas ele deixa claro que irá às últimas conseqüências para garantir a solvência do sistema, ainda que para isso seja necessário apoiar instituições financeiras que não estejam sob sua supervisão direta. Também fica claro que mesmo instituições aparentemente menores podem apresentar risco ao sistema, dada sua exposição à complexa teia de contratos de derivativos de crédito, o caso do *Bear Stearns*.

4 – Quem perdeu o que até o momento: uma crise global

Uma das tarefas mais difíceis tem sido a de estimar possíveis prejuízos ocasionados pela crise. Dois fatores cuja extensão ainda não se conhece em totalidade são cruciais para conhecermos o tamanho final dessas perdas: a extensão da queda nos preços dos imóveis e o alcance da recessão que atinge a economia americana. Estimativas realizadas pelo economista Nouriel Roubini (2008) apontam para um total de perdas, dada uma queda adicional de 10 pontos percentuais no preço dos imóveis – já

caíram cerca de 10 pontos percentuais frente ao seu pico até janeiro de 2008 –, de um montante de US\$ 1,15 trilhão⁹. Destes, as hipotecas e os títulos daí derivados (*prime e subprime*) responderiam por cerca de US\$ 400 bilhões, aos quais seriam adicio-

Tabela 1.
Perdas reconhecidas pelas instituições financeiras até 01/04/08 – US\$ bilhões

Instituição	Writedowns ¹	Perdas de Crédito ²	Total
UBS	38,0		38,0
Memill Lynch	25,1		25,1
Citigroup	21,4	2,5	23,9
HSBC	3,0	9,4	12,4
Morgan Stanley	11,7		11,7
IKB Deutsche	9,0		9,0
Bank of America	7,3	0,9	8,2
Deutsche Bank	7,4		7,4
Crédit Agricole	6,5		6,5
Crédit Suisse	6,3		6,3
Washington Mutual	0,3	5,5	5,8
JPMorgan Chase	2,9	2,1	5,0
Wachovia	2,9	2,0	4,9
Canadian Imperial (CIBC)	4		4,0
Societe Generale	3,8		3,8
Mizuho Financial Group	3,4		3,4
Lehman Brothers	3,3		3,3
Barclays	3,2		3,2
Royal Bank of Scotland	3,1		3,1
Goldman Sachs	3,0		3,0
Dresdner	2,7		2,7
Bear Stearns	2,6		2,6
ABN Amro	2,4		2,4
Fortis	2,3	2,3	
Natixis	1,9		1,9
HSH Nordbank	1,7		1,7
Wells Fargo	0,3	1,4	1,7
BNP Paribas	1,3	0,3	1,6
DZ Bank	1,5		1,5
National City	0,4	1,0	1,4
Bank of China	1,3		1,3
Bayerische Landesbank	1,3		1,3
Caisse d'Epargne	1,3		1,3
LB Baden-Wuerttemberg	1,3		1,3
Nomura Holdings	1,0		1,0
Sumitomo Mitsui	1,0		1,0
Gulf International	1,0		1,0
Outros bancos europeus	8,4		8,4
Outros bancos asiáticos	4,0	0,7	4,7
Bancos canadenses (exclusive CIBC)	2,4	0,1	2,5
TOTAIS	206	25,8	231,8

Fonte: Onaram (2008), publicado em www.bloomberg.com, acesso em 01/04/2008.

Notas: 1) ativos marcados no balanço com desconto frente ao valor de face; 2) dívidas incobráveis devido a perdas de crédito.

nados US\$ 150 bilhões pelo downgrade das monolines e outros US\$ 600 bilhões de problemas financeiros causados pelo avanço da recessão – perdas com títulos derivados de dívidas com cartões de crédito, automóveis, crédito estudantil, imóveis comerciais, títulos derivados oriundos da compra alavancada de empresas pelos fundos de private equity (*Leveraged Buy-Outs*), SIV e derivativos de crédito. Essa estimativa desconsidera a perda no valor venal dos imóveis nos EUA, entre US\$ 4 trilhões e US\$ 6 trilhões.

Um dos problemas enfrentados está na característica dos títulos estruturados envolvidos no processo de securitização das hipotecas imobiliárias. São títulos não homogêneos, negociados “em balcão”, ou seja, de parte a parte. Os compradores de ativos – hipotecas, créditos corporativos, produtos estruturados, derivativos – desaparecem do mercado no exato momento em que a crise de liquidez provoca, em muitas instituições, a necessidade de vendê-los para se fazer caixa (atender chamadas de margem e efetuar resgates dos investidores). Nesse momento se torna praticamente impossível identificar o valor de determinados ativos nas carteiras das instituições (sobretudo dos mais complexos e pouco negociados). Se um ativo é amplamente negociado, por exemplo, em uma Bolsa de Valores, os preços praticados são públicos e sua avaliação diária torna-se um parâmetro para os agentes. Se não há negociação, mas há ativos com características semelhantes, tais como risco de crédito e duração, tomam-se os preços desses outros ativos como referência. Em um mercado paralisado, no entanto, torna-se muito difícil obter medidas “exatas” para o valor desses ativos.

Até o início de abril de 2008, considerando os balanços já divulgados do quarto trimestre, as perdas contabilizadas por seguradoras, bancos comerciais e bancos de investimento montam, aproximadamente, a US\$ 232 bilhões (Tabela 1)¹⁰ espalhados por todo o mundo.

Esses prejuízos tiveram como resposta a busca de capitalização de parte das instituições financeiras atingidas. Assim, foram buscados cerca de US\$ 135 bilhões, junto aos fundos soberanos e ao público em geral (Tabela 2), o que compensa em grande parte os prejuízos apontados anteriormente. A participação dos fundos soberanos dos países detentores de grandes reservas no processo de recapitalização das instituições financeiras em sido objeto de grande controvérsia nos pises desenvolvidos, sobretudo nos EUA, que têm exigido maior “transparência” por parte dos gestores desses fundos. É interessante ressaltar que, seja pela atuação do Fed

de outros bancos centrais como *market maker of last resort*, seja pela atuação dos fundos soberanos, a presença de capital estatal tem aumentado substancialmente nas instituições financeiras ameaçadas pela crise.

Tabela 2.
Aportes de capital nas instituições financeiras, até 01/04/2008 – US\$ bilhões

Instituição	Aportes de Capital	Investidores
Citigroup	30,4	Government of Singapore Investment Corp.
		Kuwait Investment Authority, Alwaleed bin Talal, Capital Research, Capital World, Sandy Weill, venda de ações ao público
		Abu Dhabi Investment Authority
		Venda de ações ao público
UBS	27,7	Government of Singapore Investment Corp.
		Oriente Médio (não-identificados)
		Venda de ações ao público
IKB Deutsche	13,2	KfW e associação de bancos
Bank of America	13,0	Venda de ações ao público
Merrill Lynch	12,2	Korea Investment Corp., Kuwait Investment Authority, Mizuho Financial Group
		Temasek Holdings (Cingapura)
		Davis Selected Advisors
Société Générale	8,7	Venda de ações ao público
WestLB	7,8	State of North Rhine Westphalia, savings banks associations, regional governments
Morgan Stanley	5,0	China Investment Corp.
Barclays	5,0	China Development Bank
		Temasek Holdings (Cingapura)
Lehman Brothers	4,0	Venda de ações ao público
Wachovia	3,5	Investidores EUA (não-identificados)
Canadian Imperial	2,9	Li Ka-Shing, Manulife Imperial Financial, Caisse de Depot et Placement du Quebec, OMERS
		Venda de ações ao público
Gulf Int'l	1,0	Governments of Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia, UAE
TOTAL	135,8	

Fonte: www.portfolio.com, acesso em 02/04/2008.

5 – Considerações finais

Dada a ferocidade da crise financeira, não por acaso a expressão “pensar o impensável” começa a freqüentar cada vez mais as discussões daqueles que buscam soluções para a deflação de ativos e, por algumas vezes, já evitada “em última instância” pela atuação dos bancos centrais. Em um contexto de desvalorização “forçada” nos preços dos ativos, uma política monetária agressiva pode ter efeitos limitados sobre o desempenho da economia.

Para fazer frente à crise, os bancos centrais das principais áreas monetárias injetaram elevados volumes de recursos nos mercados para tentar conter a

crise de liquidez. Merece destaque a atuação do Fed, que passou a utilizar diversos instrumentos: mercado aberto, redesconto, leilões de hipotecas por dólar, leilões de hipotecas por títulos do Tesouro americano, *swaps* de linha de crédito com outros bancos centrais, refinanciamento de um banco de investimento (*Bear Stearns*). Os bancos centrais tendem nesse momento de crise a se transformarem nos “compradores de ativos ilíquidos em última instância”, tal como vem ocorrendo com o Fed e o Banco da Inglaterra (Buitier, 2008).

A despeito dessas operações, persiste o temor de as perdas incorridas pelas instituições financeiras, sobretudo os bancos, induzirem uma forte contra-

Notas

- 1 Para as transformações no sistema financeiro contemporâneo, ver Cintra & Cagnin (2007), Aglietta & Rebérioux (2005), Braga & Cintra (2004), Aglietta (2004), Belluzzo & Coutinho (1998) e Minsky (1986).
- 2 Os investidores institucionais compreendem os fundos de pensão, fundos mútuos, fundos *hedge*, as seguradoras, e, mais recentemente, os fundos de *private equity* e os fundos soberanos. Esses agentes são os centralizadores da poupança financeira ao mesmo tempo em que provêm liquidez às aplicações e ao crédito nos mais distintos mercados, sejam de renda fixa, sejam de renda variável.
- 3 Ao final de 2007 e durante o primeiro trimestre de 2008 pode ser percebida uma tendência ao chamado *jingle mail*, ou seja, o abandono puro e simples das residências cujas dívidas superam em muito o valor dos imóveis. Esse comportamento torna a extensão da queda no preço dos imóveis uma variável-chave para a avaliação da duração e dos prejuízos que podem ser causados pela crise. Nesse sentido, Belluzzo (2008) indica a reestruturação das dívidas das famílias como uma decisão importante para conter o aprofundamento da crise.
- 4 O *TED Spread* é medido pela diferença entre a taxa *Libor* (*London Interbank Offered Rate*) do dólar de três meses de maturidade (normalmente um indicador do custo do empréstimo interbancário) e a taxa dos *Treasuries* de três meses de maturidade (*T-Bills*), um indicador da confiança no sistema em geral (uma redução nos *T-Bills* representa uma demanda maior por títulos de curto prazo seguros, portanto, uma “fuga para a qualidade” no jargão financeiro). Podemos notar no Gráfico que, em momentos normais, esses *spreads* giram em torno de 0,5 ponto percentual, o que não mais foi atingido após o início da crise. *Spreads* maiores indicam uma desconfiança maior de um banco em relação ao outro.
- 5 A emissão de ABCP caiu em cerca de US\$ 400 bilhões desde o início da crise, conforme dados do Fed (disponível em <http://www.federalreserve.gov/releases/cp>).
- 6 No sistema financeiro americano há um amplo conjunto de agências federais que apóiam o financiamento imobiliário, a agricultura, as exportações, a pequena e média empresa etc. O sistema imobiliário, por exemplo, conta com quatro instituições: *Federal Housing Administration (FHA)*, *Government National Mortgage Association (Ginnie Mae)*, *Federal National Mortgage Association (Fannie Mae)* e *Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac)*.
- 7 Em grande parte a operação de resgate do *Bear Stearns* esteve relacionada com suas posições no mercado de derivativos. O volume notional de suas operações com derivativos financeiros foi estimado em US\$ 13,4 trilhões, aproximadamente o PIB (Produto Interno Bruto) dos EUA. Esse volume notional representava um risco de perda real estimado em US\$ 270 bilhões para suas contrapartes, uma vez que o valor de mercado bruto corresponde a 2% do valor notional.
- 8 Para maiores detalhes sobre a atuação dos bancos centrais, ver Guttman (2008) e Freitas & Cintra (2008).
- 9 Inicialmente estimados em cerca de US\$ 200 bilhões, os prejuízos potenciais com a crise foram se avolumando ao ponto de o FMI apontar para uma estimativa padrão em torno de US\$ 1 trilhão (IMF, 2008).
- 10 Existem inúmeros subterfúgios para postergar a admissão de perdas de parte dos bancos nos EUA. Dentre estes se destaca o chamado “*level 3*”, pelo qual é admitida a não necessidade de “marcação a mercado” do valor dos títulos cujo mercado esteja apresentando problemas de liquidez, como é o caso das *RMBS* e dos *CDO*. Esses títulos têm seu valor contábil estimado pelos próprios bancos, o que retarda a divulgação dos prejuízos efetivamente já incorridos pelas instituições bancárias.

ção do crédito, com efeitos cumulativos sobre o consumo das famílias e os investimentos das empresas. A recessão americana se perfila como uma certeza neste início de abril.

Ainda que a atuação do Fed possa ter trazido alguma calma aos mercados financeiros após o evento *Bear Stearns*, agora é o desaquecimento econômico que potencializa a possibilidade de um “ciclo vicioso” econômico-financeiro – queda no consumo, queda na produção, queda nos investimentos, aumento dos defaults de empresas e, tal qual os problemas financeiros resultaram em contração econômica, a contração econômica pode resultar em maior stress financeiro –, de consequências impossíveis de prognosticar em detalhes até

É o desaquecimento econômico que potencializa a possibilidade de um “ciclo vicioso” econômico-financeiro – queda no consumo, queda na produção, queda nos investimentos, aumento dos defaults de empresas

o momento. As propostas de reforma do sistema financeiro se sucedem, mas apenas poderão ter efeitos sobre a próxima crise. O certo é que o arcabouço teórico-institucional vigente a partir de meados dos anos 1980 enfrenta sua mais profunda crise e, quase certamente, não sairá intocado dessa exposição pública de suas fragilidades.

André Luís Forti Scherer
é economista, técnico da
Fundação de Economia
e Estatística (FEE/RS) e

professor do Departamento de Economia da PUCRS.

Marcos Antonio Macedo e Cintra, professor do
Instituto de Economia da Universidade Estadual de
Campinas e pesquisador do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, Michel & REBÉRIOUX, Antoine. *Dérives du capitalisme financier*. Paris: Albin Michel, 2005.
- AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financeira*, vol. 1 e 2. São Paulo, Loyola, 2004.
- BELLUZZO, Luiz G. M. “Baixar juros não resolve. Só moratória detém crise”. Entrevista a Carlos Drummond. Terra Magazine. 18 de março de 2008. Disponível em – <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O12686383-E16609,00-Baixar+juros+n+ao+resolve+So+moratoria+detem+crise.html>
- BRAGA, José C. de S. & CINTRA, Marcos A. M. “Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano”, in: FIORI, José L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, p. 253-307, novembro de 2004.
- BUIITER, Willem & SIBERT, Anne. *The central bank as the market maker of last resort: from lender of last resort to market maker of last resort*, august 13, 2007. Disponível em <http://www.voxeu.org/>.
- BUIITER, Willem. “The Fed as market maker of last resort: better late than never”. Financial Times, march 12, 2008. Disponível em <http://blogs.ft.com/maverecon/2008/03/the-fed-as-market-maker-of-last-resort-better-late-than-never/>.
- COUTINHO, Luciano G. & BELLUZZO, Luiz G. M. “Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas”, *Economia e Sociedade*, no. 7. Campinas: IE/Unicamp, p. 129-154, 1996.
- CINTRA, Marcos A. M., CAGNIN, Rafael F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 89-131, dezembro 2007.
- ECONOMIST (The). “The regulators are coming”. The Economist print edition, march 27, 2008. Disponível em <http://Economist.com>.
- IMF. *Global Financial Stability Report*, Washington, DC: International Monetary Fund, abril, 2008. Disponível em <http://www.imf.org>.
- FREITAS, M. Cristina P. de & Cintra, Marcos A. M. “Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, março de 2008 (no prelo).
- GREENSPAN, Alan. “Jamais teremos um modelo perfeito de risco”. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 de março de 2008, p. B6.
- GUTTMANN, Robert. *Central banking in a debt-deflation crisis: a comparison of the Fed and ECB*. Hofstra University, New York; CEPN, Paris XIII (mimeo), 2008.
- LOCATELLI, César. *A crise dos subprime passo a passo, na avaliação do FMI*. São Paulo, setembro de 2007 (mimeo).
- MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- ONARAM, Y. *Subprime losses reach \$232 billion with UBS, Deutsche*. table. Disponível em www.bloomberg.com, acesso em 01/04/2008.
- PARISI-CAPONE, Elisa. “Structured finance glossary”, RGE Monitor, january 7, 2008.
- ROUBINI, Nouriel. “The staggering costs of bailing out a financial system in crisis”. RGE Monitor, march 2008.

A crise da era neoliberal

RENILDO SOUZA

A maior economia do mundo, os Estados Unidos, passam por uma crise que chega a abalar a era neoliberal. O modelo estadunidense de crescimento está em discussão e os pré-candidatos à presidência já falam em protecionismo econômico



O búfalo de bronze, em frente à Bolsa de valores de Nova Iorque, em Wall Street, simboliza economia aquecida

Os eventos, em curso na economia dos Estados Unidos, foram classificados por Alan Greenspan, ex-presidente do Federal System Reserve (banco central), como a pior crise desde 1945. Há quem compare o atual episódio à Grande Depressão. Levanta-se um grande debate sobre a extensão e a

profundidade dessa crise. Entretanto, apesar das incertezas sobre o próprio desenvolvimento dessa turbulência, começa-se a perceber que sua interpretação transcende os limites do próprio fenômeno em si. De fato, esse abalo significa a crise da era neoliberal. Os vitoriosos, os campeões da nova era, tendo à frente a superpotência norte-americana e o brilho ofuscante de Wall Street, assistem o confronto entre a sua ideologia neoliberal, apologética da natural superioridade capitalista, e a realidade das desordens econômicas e financeiras. Os fatos são os veículos da crítica desmistificadora. Enquanto as crises pululavam no México, Ásia, Brasil, Argentina, Turquia etc, dizia-se que os populistas latino-americanos e os exóticos asiáticos não tinham a racionalidade necessária para compreender corretamente a adoção das reformas estruturais do neoliberalismo. Dessa vez, a origem e o epicentro da crise localizam-se nos Estados Unidos – berço da desregulação dos mercados, maior economia e principal centro financeiro do mundo, única superpotência militar, principal vitrine do sistema capitalista.

Até há pouco difundia-se uma propaganda de que os Estados Unidos, depois dos transtornos da década de 1970, tinham afinal descoberto uma fórmula miraculosa, que beneficiava a sua economia, automaticamente, à custa das demais nações. Não há problema em endividar-se perante credores externos, em registrar certa proporção de déficit nas contas externas e déficit fiscal. As importações massivas e até baratas ajudam a sociedade a “viver acima dos seus meios” e, ao mesmo tempo, controlar a inflação. Certa proporção de imigração assegura mão-de-obra renovada, qualificada ou barata. A emissão de dólares, sem lastro e com o status de principal moeda de reserva internacional, garantia qualquer endividamento. Todos querem acesso para suas vendas no mercado americano “demandante global em última instância”. Todos aceitam a segurança incomparável dos títulos norte-americanos. Todos querem aplicar seus recursos monetários nos mercados financeiros dos Estados Unidos. Os investimentos seriam auxiliados fortemente pelos recursos externos. O Império desfrutava do maná advindo do chamado Regime Dólar-Wall Street (RDWS).

Portanto, para que tudo isso funcionasse era preciso que todos globalmente aceitassem, sempre, todas as condições dessa engrenagem de sucesso dos Estados Unidos como um fato da natureza, inesca-

pável e benfazejo. Todavia, são os próprios Estados Unidos, nessa crise, que já não conseguem manter o funcionamento desse vasto maquinismo, como antes. A máquina engripou. A partir da própria situação interna americana começa a aparecer um ponto de inflexão no arranjo econômico e financeiro global. Em 2006, o déficit público foi de US\$ 811 bilhões, representando 6% do PIB dos Estados Unidos. Em 2007, a dívida total dos Estados Unidos teve um acréscimo de US\$ 2, 178 trilhões, resultando agora em uma relação dívida/PIB superior a 250%. Na crise de 1929, essa relação era de 130%. Hoje, a parcela privada na dívida total elevou-se para 76%.

Afirmava-se que o conceito de bolha especulativa não podia ser aplicado, porque nos Estados Unidos havia um padrão estruturado de riqueza financeira

Algo de podre em Wall Street

Depois do fim da conversibilidade do dólar em ouro, em 1971, e da consolidação da flutuação cambial, em 1973, a mundialização da finança foi fortemente impulsionada, desde o início da década de 1980, pela desregulação, pelas inovações dos derivativos, pela especulação dos fundos de investimento, pela livre circulação monetária. Em vez da suposta ineficiência da repressão financeira decorrente da regulação estatal, prometia-se, pela liberalização, a eficiência dos mercados financeiros na alocação ótima dos recursos, beneficiando o crescimento, os lucros e o emprego. Afirmava-se que o conceito de bolha especulativa não podia ser aplicado, porque nos Estados Unidos havia um padrão estruturado de riqueza financeira.

Contudo, os poderosos e sofisticados, os extensos e profundos, mercados financeiros dos Estados Unidos e da Europa mostraram suas fragilidades e suas novas disfunções. E foram incapazes, até o momento, de superar sua crise. Ademais, irradiam seus riscos, desequilíbrios, fraudes e perdas para o mundo. Michel Aglietta esclarece que a finança contemporânea tem uma predisposição a “evoluir de bolha em bolha”. As mudanças na estrutura dos bancos significaram a troca do seu papel de intermediários

financeiros pelas funções de corretores dos mercados financeiros. Em vez do crédito, os bancos operam a securitização, tentando repassar os riscos, embolsando as comissões. Aglietta denuncia que, nessas novas condições, os fundos de pensão, esquecendo compromissos sociais, adotam comportamentos especulativos de curto prazo.

O porte dos mercados financeiros nos Estados Unidos está associado à centralidade da finança contemporânea tanto para a produção, a reprodução ampliada do capital, quanto para a exacerbação do capital fictício. Na segunda metade dos anos 1990, ocorreu um claro ciclo de alta das ações de tecnologia, configurando uma bolha, baseada em excessivos investimentos tecnológicos, que estourou com a queda da Nasdaq, em 2000. Depois de 2001, em cinco anos, a alta dos preços dos imóveis gerou o acúmulo de ganhos de 25,6 trilhões de dólares, configurando uma bolha imobiliária.

Quanto mais alto, maior o tombo

Os bancos dos Estados Unidos ofereceram créditos para o valor total de residências para pessoas sem emprego e renda (as vítimas do ataque do capital, os condenados da terra), com hipotecas com juros variáveis e amortizações com longos prazos de carência. Na atual crise, números astronômicos de perdas são divulgados pelos mais importantes bancos do mundo, sobretudo norte-americanos. Avalia-se que as perdas totais do Citigroup, principal conglomerado financeiro dos Estados Unidos, alcançarão US\$ 24 bilhões. O Citi anunciou prejuízos líquidos de US\$ 9,83 bilhões apenas no último trimestre de 2007. No primeiro trimestre de 2008, a União dos Bancos da Suíça, UBS, maior instituição bancária do país, registrou perdas de US\$ 19 bilhões. O Deutsche Bank, principal casa bancária da Alemanha, teve perdas de US\$ 3,9 bilhões. Como sinal dos novos tempos, assiste-se hoje a busca de socorro nos chamados mercados emergentes. Assim, por exemplo, o Citigroup conseguiu recursos de US\$ 7,5 bilhões do fundo *Abu Dhabi Investment Authority* (fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos) e US\$ 12,5 bilhões junto à Corporação de Investimento do Governo de Cingapura (GIC). Mas o governo chinês não deixou que o seu fundo soberano emprestasse US\$ 2 bilhões ao Citi, que continua tentando obter mais US\$ 10 bilhões adicionais, sobretudo no Sudeste Asiático. O *Bear Stearns*, sexto maior banco de investimento nos Estados Unidos, tornou-se insolvente e foi comprado pelo J. P. Morgan, com um financiamento de US\$ 30 bilhões fornecidos pelo Fed. “Devido às pressões excepcionais sobre a economia global e o sistema

financeiro, o dano provocado pela falência do *Bear Stearns* teria sido muito severo e extremamente difícil de conter”, defendeu o presidente do Fed, Ben Bernanke.

Os *hedge funds* contribuíram largamente para a preparação da atual crise financeira. Eles tomaram empréstimos nos bancos oferecendo garantias relacionadas com as hipotecas de alto risco. Com a disparada da inadimplência, em meados de 2007, multiplicaram-se os despejos, caíram os preços dos imóveis, desabaram os valores das hipotecas, desvalorizaram-se os títulos lastreados nos créditos hipotecários. O Fed, em março deste ano, 2008, abriu uma linha de crédito de US\$ 200 bilhões para os vinte maiores bancos comerciais e de investimento, aceitando em troca as garantias desvalorizadas emitidas pelos fundos de *hedge*. Assim, como as hipotecas *sub-primes* desabaram, os pacotes estruturados pelos *hedge funds* se desvalorizaram também. Esses *hedge funds*, sem recursos, são obrigados a entregar seus títulos de garantias para seus credores, os bancos, os quais repassam para o Fed. Como motores da bolha imobiliária, os *hedge funds*, inclusive aqueles possuídos pelos mais importantes bancos e instituições financeiras de todo o mundo, ganharam muito dinheiro. Mas agora, na crise, alguns estão sendo liquidados. A ação do Fed em março, por exemplo, provocou a corrida dos bancos para esvaziar e quebrar o Carlyle Capital, um hedge fund de US\$ 22 bilhões de dólares. É claro que os próprios bancos norte-americanos também fraudaram ao vender seus produtos estruturados com créditos hipotecários podres.

É impossível conhecer inteiramente as perdas de bancos, seguradoras, firmas imobiliárias, bancos de investimento. A opacidade do sistema financeiro e a ausência de obrigação de registro em balanços para muitas operações com derivativos favorecem a especulação e as fraudes. A própria desinformação difundida pelas agências de avaliação de riscos foi um dos preparativos da crise. A estimativa dos preços dos ativos varia enormemente. Assim, em um momento, o J. P. Morgan faz uma oferta, com determinado valor, para a compra do *Bear Stearns* e, logo depois, multiplica o valor da oferta em cinco vezes. Nesses termos, a desconfiança persiste em níveis elevados. Os operadores financeiros fogem dos sofisticados empacotamentos financeiros que tenham qualquer suspeita de mínima relação com títulos hipotecários de alto risco.

O Estado socorre o neoliberalismo

Debate-se o que o Fed pode, deve ou sabe fazer na atual crise. A ameaça de estagflação, combinando recessão com inflação, coloca o Fed diante de

opções políticas contraditórias. A agressiva atuação do Fed – cortando a taxa básica de juros, reduzindo a taxa de juros para os empréstimos de desconto, injetando centenas de bilhões de dólares no mercado, resgatando o Bear Stearns etc. – pode gerar dois problemas e pouca solução para enfrentar esse tipo de crise em curso. O primeiro problema seria o assim chamado risco moral. Assim, o Fed, antes, teria permitido a existência de operações fraudulentas, com os créditos bancários para as hipotecas subprimes e seu “empacotamento”. E agora, com juros baixos e oferta de liquidez, com recursos públicos, para salvar os especuladores, ora em dificuldades, o Fed está incentivando a repetição, no futuro, das mesmas operações arriscadas ou fraudulentas. O segundo problema é a criação de novas bolhas financeiras, a partir do afrouxamento da política monetária. Aliás, acusa-se o Fed como um dos principais responsáveis pela geração da bolha imobiliária, origem da atual crise. Nos tempos de Greenspan, o Fed teria se tornado uma fonte de problemas, em vez soluções por causa da combinação pragmática da política monetária de juros baixos com a aceitação da desregulação e especulação financeiras. Greenspan soprou uma bolha, a imobiliária, para substituir a anterior, a bolha tecnológica. Anteriormente, em 1998, o Fed já tinha realizado grande intervenção de socorro ao mercado com a quebra do fundo LTMIC.

Discute-se sobre o próprio modelo americano e a eficácia das atuais medidas governamentais em face da crise. Nesse sentido, Stephen Roach, presidente do Morgan Stanley para a Ásia, lembra o efeito profundamente destrutivo da interação do estouro das bolhas da crise imobiliária e da economia real na experiência japonesa no início dos anos 1990. Agora, nos Estados Unidos, combinam-se os estouros de duas bolhas: imobiliária e creditícia, observou Roach. Essa combinação deletéria impõe uma crise que não é passageira. Na comparação entre as crises de 2000-2001 e a atual, constata-se que, antes, o fator deflagrador da recessão foi o excesso de investimentos, que significavam cerca de 13% do PIB, enquanto agora a crise financeira está prejudicando gravemente os setores da construção e do consumo, que juntos re-

presentam 78% do PIB. Para Roach, pessimista com as ações fiscais e monetárias das autoridades norte-americanas, o exemplo dos quase 20 anos de fracasso das políticas econômicas tradicionais no Japão mostra que os Estados Unidos precisam reestruturar sua economia, voltando-se para as exportações e os investimentos de longo prazo em infra-estrutura, em lugar da insustentável relação entre endividamento e consumo.

Uma das fontes do enfraquecimento do dólar é a política monetária do Fed, em curso neste momento, agravando o diferencial entre as taxas de juros internacionalmente. Diante da desvalorização do dólar e das baixas taxas de juros, as aplicações financeiras, em busca de segurança e rendimento, são deslocadas para os mercados de commodities. Então, também por razões financeiras há elevação dos preços das commodities, contribuindo para o surgimento da ameaça de inflação. Aparece, agora, uma nova concentração dos *hedge funds* (complicados pelas hipotecas e ansiosos por recuperação) em apostas nos mercados de commodities. Estruturalmente, a demanda da China e da Índia levou à disparada dos preços das commodities no mundo.

A volta da velha conhecida recessão

Hoje, as quedas nas bolsas, a desvalorização acentuada e persistente do dólar e a alta do petróleo aparecem como fatores de dificuldades para a economia americana.

Globalmente, há, em curso, uma tendência de desaceleração do crescimento econômico dos Estados Unidos, desde meados de 2006, conforme pode ser verificado nas médias de variação do PIB trimestralmente. Os abalos financeiros e a contração do crédito estão afetando a economia real. Desde o segundo semestre de 2007 vem ocorrendo uma retração nas operações de crédito entre os próprios bancos. O crescimento de 0,5% nas vendas de varejo é o menor desde 1970, conforme o Conselho Internacional de Shopping Centers. As vendas em queda já geram aumentos indesejados de estoques criando as condições para a ampliação das demissões. Já enfrentam importantes dificuldades os setores têxtil, de confecção, de calçados, automotivo, agronegócio, siderur-



O jornal London Herald de 25 de outubro de 1929 anuncia a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, crise comparada por alguns à crise atual

gia, bancos. As encomendas às indústrias têm caído, tanto de bens duráveis (principalmente), quanto de não-duráveis nos primeiros meses de 2008. A queda da demanda de máquinas e equipamentos e de ferro e aço repercutirão no conjunto da produção americana.

Depois da recessão de 2001, só no ano passado, 2007, registrou-se uma grande insuficiência na criação de postos de trabalho em comparação com o aumento (demográfico) da população economicamente ativa. Em média, por mês, foram criados 111 mil vagas, mas ingressaram na força de trabalho cerca de 193 mil pessoas, em 2007. Assim, a economia americana não foi capaz de criar um milhão de novos empregos para responder à própria evolução demográfica da força de trabalho. Do total de postos de trabalho eliminados, o setor manufatureiro foi responsável por 3,4%, em 2006, e por assustadores 16%, em 2007. O setor da construção contribuiu em 5,9% do total de empregos criados em 2006, mas foi o responsável por 14,7% das perdas de postos de trabalho em 2007. O volume do desemprego, por corte de vagas, aumenta desde o final do ano passado. Em 2008, em janeiro, a economia americana cancelou 17 mil postos de trabalho, em fevereiro foram 76 mil e em março atingiu mais de 80 mil. Nesse último mês, a taxa de desemprego passou para 5,1%, a mais alta porcentagem dos últimos cinco anos. A previsão é de que a taxa de desemprego atingirá 6% neste ano. Em março de 2008, perderam-se 51 mil vagas no setor de construção, 48 mil na indústria, sobretudo na área automobilística, e 12 mil no comércio varejista, enquanto as contratações concentraram-se nos setores público, educação, saúde e entretenimento. Os bancos continuarão demitindo pelos próximos 18 meses. Em todo o setor financeiro, já houve 153 mil demissões em 2007, conforme a consultoria de recursos humanos Challenger, Gray & Christmas. A situação é mais grave ainda se considerarmos o desemprego oculto, na forma da imigração ilegal, do trabalho precário e do desalento dos trabalhadores que já desistiram da busca de emprego.

Em geral, nos Estados Unidos, os gastos das famílias americanas pressionam no sentido de ultrapassar a sua renda. Uma parte desse consumo depende de endividamento e ganhos na especulação financeira. A persistente desvalorização dos ativos continua a impor uma perda da riqueza financeira que, em parte, destina-se ao consumo. A situação vai piorar, porque, por exemplo, os preços das ações, em Wall Street, ainda estão muito elevados, apesar das quedas da bolsa. Em 2007, a relação preço/lucro, conforme a Standard & Poor's, era de 26,84, enquan-

to sua média desde 1981 foi de 16,31. Em comparação com a recessão de 2000-2001, a proporção das disponibilidades monetárias para reanimação do consumo, hoje, das famílias é ínfima. Agora, com aperto no crédito e com perda do emprego e salário, o consumo das famílias só tende a se reduzir.

Tio Sam diz: "Eu preciso de você"!

A crise só não tem sido maior, porque os emergentes estão oferecendo uma certa compensação para manter, de certa forma, a economia global. China, Índia, Rússia, Brasil e muitos outros países latino-americanos e asiáticos têm conseguido resistir à contaminação da crise americana. Se não fosse isso, os Estados Unidos já tinham desabado em profunda depressão. Entretanto, não há descolamento entre os Estados Unidos e os países emergentes. O capitalismo, sobretudo na sua fase da globalização neoliberal, é um sistema mundial. O crédito e o comércio são importantes canais de transmissão da crise. A contração do crédito, dada a crise bancária, tem repercussão global, afetando os investimentos. O comércio, sem as condições de financiamento e sem o mesmo dinamismo da demanda americana, será submetido a pressões desfavoráveis. O problema é saber até que ponto esses mecanismos de propagação da crise vão operar. Até que ponto a crise afetará os emergentes? Sabe-se de duas coisas: 1) a globalização e a desregulação da economia criaram condições muito favoráveis para a difusão mundial dos desequilíbrios da grande economia estadunidense; 2) os emergentes são a grande mudança e a mais importante novidade no início do novo século, sobretudo pela performance da China.

Os Estados Unidos são responsáveis, segundo o câmbio nominal, por 28% do PIB mundial, e a China por 5%. Em termos de câmbio segundo a paridade de poder de compra, a participação chinesa na economia mundial é muito mais expressiva. Todavia, não se pode perder de vista que a elevada cifra de 23% das exportações da China para o mercado norte-americano. O afundamento do dólar prejudicaria a competitividade das exportações dos emergentes. Ademais, vale lembrar que os países asiáticos, com suas fabulosas reservas internacionais, estão carregados de ativos em dólares, e por isso têm interesse em salvaguardar o valor do dólar, apesar dos seus movimentos recentes de diversificação monetária. Apesar de suas fragilidades crescentes, a economia americana ainda é a mais importante do mundo.

A China tinha 2% do comércio internacional brasileiro em 1998 e atingiu 8,3% em 2007. A China

ocupa o segundo lugar dos exportadores e o terceiro lugar dos importadores em relação ao Brasil. Nessa relação bilateral, a China obteve um superávit de 1,8 bilhão de dólares em 2007. A diversificação comercial e a acumulação de reservas têm ajudado os países emergentes na busca de proteção diante das desordens da globalização financeira, em geral, e da atual crise americana, em particular.

Contradição em termos: regulação neoliberal

O aprofundamento da crise levou o governo americano, através do Secretário do Tesouro, Henry M. Paulson, a apresentar um plano de reorganização do assim chamado sistema de regulação financeira dos Estados Unidos. Com muita pompa e circunstância, martelou-se, na mídia, que as medidas eram a mais profunda mudança na disciplina estatal sobre os mercados financeiros desde a grande depressão. O plano fala na meta de longo prazo de maior centralização orgânica da fiscalização e no aumento dos poderes do Fed. O plano é omissivo sobre a natureza da intervenção nos mercados e não menciona a fiscalização em novas áreas nunca fiscalizadas. Limita-se a tratar de problemas organizacionais, o que levou os críticos a dizer que o governo estava apenas trocando os nomes das caixas (agências) ou mudando-as de lugar. O moderado economista Paul Krugman denuncia que um plano de regulação financeira só teria chance de sucesso se o governo abandonasse a sua crença na ideologia do livre mercado, mas isso não vai ocorrer. Chama-se a atenção de que o próprio texto do plano diz que "a disciplina de mercado é a mais eficaz ferramenta para limitar o risco sistêmico". O governo Bush, em seus dois mandatos, forçou sempre a liberalização dos mercados financeiros, inclusive sabotando a aplicação da legislação adotada em 2001 (Sarbanes-Oxley Act) quando dos escândalos de fraude contábil em grandes empresas como Enron, WorldCom, Aldphia, Tyco, Xerox, Merck, Global Crossing, Qwest, Bristol-Myers, além da firma de auditoria contábil Arthur Andersen. O plano agradou as instituições de Wall Street e há uma forte acusação de que o plano promove, na verdade, mais liberdade para os grandes operadores financeiros.

China, Índia, Rússia, Brasil
e muitos outros países
latino-americanos e asiáticos
têm conseguido resistir
à contaminação da crise
americana

Os governantes norte-americanos não têm nenhuma dificuldade em promover a intervenção do Estado na economia, desde que seja uma instrumentalização dos recursos públicos em favor do capital. A chamada economia pelo lado da oferta, a Reaganomics, cortou os impostos dos ricos e das grandes empresas e manteve o déficit público para fomentar a indústria armamentista, enquanto atacava os direitos dos trabalhadores. Hoje, na campanha eleitoral para a presidência da República, os candidatos já se revezam na promessa de protecionismo econômico, apresentado como a defesa dos empregos dos trabalhadores norte-americanos, supostamente prejudicados pelos excessos da globalização. Cabe recordar que a reação protecionista dos países centrais, a partir da quebra

da bolsa em 1929, teve um papel perverso, ao longo da persistente depressão da década de 1930.

Aumenta, no mundo, neste momento, o debate sobre a regulação, dada a crise americana. A proposta de um novo Bretton Woods – para gerar outros 30 anos de "prosperidade" – ignora que o período do pós-guerra foi marcado

por importante luta de classes no mundo, com forte pressão do movimento operário, em um cenário marcado pela presença dos países do socialismo real, sobretudo a União Soviética. A regulação dos mercados é uma bandeira progressista prioritária, mas o seu encaminhamento vincula-se à luta política geral da esquerda em cada país e no mundo. As dificuldades e a perda de credibilidade do modelo americano jogam água no moinho da luta por mudanças, a exemplo da estratégica tarefa da integração da América do Sul. Abrem-se novas oportunidades para o reforço do comércio Sul-Sul.

* Renildo Souza é professor do CEFET-BA e membro do Comitê Central do PCdoB.

Referências:

- AGLIETTA, Michel. *Comment réguler la mondialisation financière?* Alternatives Economiques. Paris. Hors-série nº 75, dec, 2007.
KRUGMAN, Paul. *The Dilbert Strategy*. New York Times, march 31, 2008.
ROACH, Stephen. *Double Bubble Trouble*. New York Times, march 5, 2008.

Capital, Estado e moeda

um ensaio sobre a crise do dólar

LECIO MORAIS



Trataremos aqui de duas teses antagônicas sobre o tema em discussão no Brasil. Elas têm ficado em voga, em especial, na fase do debate iniciada nos anos noventa. Criticaremos as duas teses para defender que, de fato, a função de moeda internacional do dólar aparenta vir ficando cada vez mais frágil; no entanto, sua substituição – caso ela se dê – ainda não é previsível, e esse processo não pode ser definido apenas pelas forças do mercado. A função da moeda internacional é principalmente definida pela força política, militar e econômica do Estado hegemônico, e sua substituição estará sempre vinculada à quebra dessa hegemonia.

A polêmica sobre o destino do dólar, que vem dividindo esquerda e direita, está intimamente ligada à discussão sobre o declínio da hegemonia americana no mundo. Esse debate, surgido ao final da década de 1960, já é cinquentenário

1. A divergência sobre o destino da moeda internacional

As desventuras do dólar como principal moeda internacional, que vem passando por períodos alternados de valorização e desvalorização desde o final do Acordo de Bretton Woods em 1971-73, acende o debate sobre a viabilidade de sua continuidade nesse posto.

A primeira tese: dólar se enfraquece e será substituído

Conforme defende a primeira tese, tendo os EUA se transformado em um país devedor do mundo, de-

pendendo cada vez mais de recursos externos para financiar o seu déficit externo e também seu déficit fiscal, não têm mais condição de manter, em longo prazo, sua moeda nacional, o dólar, como principal moeda internacional. O raciocínio fundamental dessa tese é de que a crescente posição devedora tende necessariamente a desvalorizar o dólar (ou a manter uma incerteza permanente na flutuação de seu valor), gerando constante prejuízo aos financiadores dos EUA fazendo com que, mais cedo ou mais tarde, haja uma migração dos ativos para outra moeda, como o euro, por exemplo. Isso forçará os EUA a desvalorizarem ainda mais sua moeda até que se restabeleça a “taxa de câmbio de equilíbrio”, permitindo que a economia americana elimine o seu déficit em transações correntes (comércio exterior mais rendas), naturalmente à custa de uma redução no seu PIB e também, em consequência, no PIB de todo o mundo.

Esse processo poderá se dar de modo paulatino, ou bruscamente, fazendo com que a inevitável recessão possa ser mais ou menos traumática. Aqui, os defensores dessa tese se dividem. Uma parte – os defensores do capitalismo – considera que a racionalidade capitalista garantirá que o processo será progressivo. Desse modo, será possível que outra moeda – como o euro, por exemplo – venha a assumir, gradativa ou repentinamente, as funções do dólar, deslocando-o do centro do sistema financeiro e do comércio internacionais. Esse processo já teria se iniciado, o que seria atestado pela crescente desconfiança no dólar, sua instabilidade, e o próprio surgimento bem sucedido do euro (ver, por exemplo, o recente trabalho de Frankel e Chinn, 2008). Já para a outra parte, – críticos do capitalismo ou simplesmente antiamericanos – a perda da moeda internacional enfraquecerá o hegemônico, fazendo, por meio da economia, o que não se pode fazer pelas armas: derrotar os EUA.

A segunda tese: o dólar-flexível é sustentável e forte

Por outro lado, para a segunda tese, a posição devedora dos EUA não afeta, necessariamente, a manutenção do dólar como moeda internacional. Para esta, a natureza da posição americana na economia internacional também mudou. Ao se financiar com

A função da moeda internacional é principalmente definida pela força política, militar e econômica do Estado hegemônico, e sua substituição estará sempre vinculada à quebra dessa hegemonia

recursos de curto prazo e sustentar, com seu déficit em transações correntes, os investimentos de longo prazo do resto do mundo, a economia americana funcionaria como um banco mundial, fomentando liquidez para a economia globalizada, mantendo o sistema funcionando (ver F. Serrano, 2002 e também M. C. Tavares e L. E. Melin, 1997). As características do dólar como moeda internacional também mudaram. De principal moeda de denominação de contratos financeiros, ela passou a um novo tipo de moeda, denominada por M. da Conceição Tavares e L. E. Melin (1997) de “moeda financeira”.

Assim, o fato de ser o país hegemônico devedor líquido não significaria necessariamente uma ameaça à posição de sua moeda.

O risco que correria os EUA – em sua função de “banco mundial” – e sua moeda seria o mesmo de qualquer banco comercial: a falta de confiança dos “correntistas” – no caso, os países credores – provocando “saques” desproporcionais a sua capacidade de “caixa”, por desequilíbrio grave entre seu déficit externo e sua capacidade de atrair

os dólares excedentes no exterior. Porém, esse risco decorreria mais de erros na condução da política monetária do Federal Reserve Board – Fed do que de qualquer nível de endividamento líquido que venha a ser atingido pela economia americana e não um problema estrutural do sistema. Em resumo, desde que o sistema se mantenha em “equilíbrio” (ou em “desequilíbrio estável”) funcionando, nada impede que a situação devedora americana continue a existir sem problema, e o dólar a funcionar como moeda internacional.

Embora o valor do dólar continue a flutuar, a manipulação da política monetária – da taxa de juros – pode evitar extremos de valorização/desvalorização, garantindo o dólar no seu papel. Ainda mais porque não haveria alternativa viável de moeda internacional, já que a União Européia, por exemplo, não teria condições, com o euro, de fornecer liquidez necessária ao mundo, pois isso significaria ter de arcar com um grande déficit externo, inclusive comercial, o que ameaçaria a própria unidade recém-conquistada da União Européia. Para os defensores dessa tese, o dólar é hoje – a contrário senso – uma moeda forte na sua nova forma de “moeda financeira”.

Apesar de divergir quanto aos resultados, as duas teses têm um algo em comum: a concepção de que o

problema da moeda internacional é eminentemente uma questão econômica e que o fenômeno social se desenvolve de modo linear, sem que as decisões gerem necessariamente consequências indesejáveis e sem que aconteçam rupturas.

Ao privilegiar o fenômeno econômico, as duas argumentações subestimam o fator da política, em especial o papel do Estado, na determinação e manutenção do dólar como moeda internacional, em especial a articulação dialética que existe entre economia e política como causalidade. A posição de M. Conceição Tavares, nesse caso, é diferenciada; para ela, a retomada da hegemonia americana e da força do dólar por meio da globalização financeira, após a crise dos anos 1970, é principalmente fruto de uma política deliberada do Estado americano (ver M. C. Tavares, 1985, e M. C. Tavares e Melin, 1997). Embora, assim, Tavares pareça cair no lado oposto, supervalorizando a capacidade de uma política de Estado, sozinha, ser capaz de determinar um fenômeno multifacetado e de abrangência mundial, como foi a globalização financeira.

Para entender essa crítica às duas teses e como os fatores econômicos e políticos agem conjuntamente na determinação e manutenção de uma dada moeda na função de moeda internacional, é necessário tratarmos brevemente de duas questões que nos parecem fundamentais para entender o problema. Primeira: a natureza da moeda no capitalismo e no sistema monetário internacional existente, e, segunda: a dinâmica do capitalismo e sua relação com o sistema interestatal e com a hegemonia americana.

2. A natureza da moeda, sua hierarquia e o atual sistema monetário

O conceito marxista de moeda (aqui na mesma acepção de dinheiro) é que esta existe como uma relação social de produção que, em qualquer sociedade onde haja troca e circulação de mercadorias, vincula os indivíduos a obrigações mútuas, liquidando-as. Essa relação social – com a crescente complexidade dos modos de produção – passou a mediar outras relações sociais de produção que estabeleceram regimes de exploração do trabalho. No capitalismo, a moeda passou a mediar integralmente, no nível econômico, as relações de troca e também as de exploração, na medida em que, nesse modo de produção, a mercadoria reina como forma exclusiva de produção da riqueza, inclusive da força de trabalho e de meios de produção como a terra.

À diferença de outras relações sociais de produção, a moeda precisa ser quantificável e fracionável.

Para tanto, ela assume forma material e simbólica – forma que passou a ser generalizadamente confundida com a própria relação social, obscurecendo sua natureza de relação entre pessoas. Esse fetichismo faz com que o dinheiro ganhe vida própria e também substitua, no senso comum, as relações assimétricas de troca que determinam a exploração (o capital) e também o próprio “poder” na sociedade. Isso faz da moeda um fetiche de grande expressão cultural, igualmente adorado e odiado.

A moeda assumiu historicamente formas simbólicas crescentemente sofisticadas e cada vez mais imateriais. Enquanto relação de produção, ela assume funções diversificadas que foram sendo acrescentadas à medida que as demais relações sociais de produção também se complexificavam.

A primeira dessas funções é a da troca, onde a moeda intermedeia, de forma imediata, a circulação das mercadorias, em que o dinheiro facilita a troca de uma mercadoria por outra (M-D-M). A segunda, é a de equivalente geral, de medida de valor, assumindo a forma abstrata de todas as mercadorias, servindo de “régua” aos agentes econômicos. É o padrão da moeda – hoje, geralmente expresso apenas em moedas estatais. A terceira, mais moderna, é a de modo de pagamento que, diferentemente da troca, medeia o intercâmbio de mercadorias em momentos diferentes do tempo (diferimento). Por fim, temos o dinheiro na sua função de reserva de valor. Assim como o meio de pagamento, ela é uma moeda que transporta sua qualidade no tempo, porém, de maneira mais genérica, sua “missão” é manter o valor na sua forma abstrata e sem prazo de vencimento. O dinheiro, nas suas diversas funções, assume formas que possuem diferentes relações de confiabilidade, liquidez e praticidade.

No entanto, tais funções não expressam apenas relações econômicas. A moeda nasceu historicamente como uma expressão do Estado, que garante sua confiabilidade e padronização. Não sendo nenhuma expressão “pura” das relações econômicas, não pode ser, portanto, uma mercadoria perfeita, cujo preço seja determinado como o das laranjas e bananas. Moeda é economia e política: capital e Estado.

Historicamente, a moeda também passou a expressar uma outra relação social de produção mais complexa e sofisticada: o capital. Como relação de produção, o capital é definido, por Marx, como aquela relação cujo objetivo é acumulação constante e ininterrupta de riqueza na sua forma abstrata de valor. A busca da acumulação de valor abstrato faz com que o capital sempre busque o dinheiro como forma de partida e de chegada de seu ciclo de valorização (a famosa fórmula D-M-D’).

O fato de o dinheiro assumir a natureza de in-

mediário do comércio (a circulação da riqueza) e a natureza de capital (a riqueza que se acumula na forma abstrata) depende tão só do objetivo do agente econômico que o utiliza: se consumidor, é moeda de troca; se capitalista, é capital. Como os objetivos do dinheiro divergem nos dois casos (circulação ou acumulação), também divergirá o significado social do dinheiro. Esse duplo caráter da moeda tem sido fonte dos maiores erros entre analistas liberais e até marxistas.

Quando do advento do capitalismo no Renascimento europeu, o também nascente Estado moderno deu um passo à frente na generalização da moeda como mediadora das relações sociais. Instituiu-se não só como emissor da moeda corrente – função de troca e padrão de medida – como passou a deter seu monopólio, originando o dinheiro estatal como o conhecemos hoje: a moeda nacional (o dólar, a libra, o euro, o real).

A incontestável capacidade do Estado de dar suporte à sua moeda frente à de emissores privados, muito mais sujeitos à instabilidade e à perda de confiança, colocou a moeda estatal no cimo da hierarquia do dinheiro, o que foi fundamental para dar estabilidade ao dinheiro e confiabilidade para todas as demais formas de moeda de emissão privada pelos capitalistas. Também garantiu aos nascentes Estados-nações da Europa um poder que contrabalançava, até certo ponto, a capacidade do capital de emitir meios de pagamentos e de ir e vir – por meio deles – entre as diversas jurisdições nacionais.

Esses gastos representavam o custo fiscal necessário para garantir o monopólio do Estado sobre o padrão monetário e a emissão de moeda confiável, condição necessária para manter os capitalistas em seu território, e até atraí-los de outros Estados. Isso, por sua vez, garantia ao Estado e a seus governantes a possibilidade de manter, no futuro, uma base de tributação estável ou em ampliação, mantendo também em seu território a produção estratégica para sua defesa e expansão: armamentos, suprimentos básicos etc. A moeda estatal, além da força militar para criar os monopólios de negócios, era parte da aliança de interesses que conformavam um ao outro, o Estado-nação e o capitalismo nascentes.

3. A moeda internacional, dinâmica do capitalismo e do sistema interestatal

Assim como nos sistemas monetários nacionais,

As moedas internacionais se sucederam à medida que a Europa ocidental se expandia, impondo seu controle econômico

o sistema interestatal europeu ocidental criou, desde muito cedo, um sistema monetário internacional hierarquizado. A hierarquia foi formada inicialmente pelas primeiras moedas estatais e pelas letras de câmbio dos mercadores, que se organizavam em “nações” com base em cidades-estados (Veneza, Gênova, Florença etc.). O amadurecimento do sistema interestatal logo também se estratificou em uma hierarquia dominada por um Estado hegemônico, a quem se associavam ou se antepunham os demais. E o lugar de principal moeda internacional, naturalmente, foi ocupado pela moeda estatal do Estado hegemônico, sustentada pelo seu próprio sistema financeiro, e pela sua capacidade política, militar e econômica.

Historicamente, as moedas internacionais se sucederam à medida que a Europa ocidental se expandia, impondo seu controle econômico, político-militar ao mundo, desde o século XVI, conforme também se sucediam as potências hegemônicas: Holanda, Grã-Bretanha e

EUA. No entanto, há diferenças significativas nesses processos de sucessão, que estão muito longe de constituírem ciclos homogêneos e recorrentes.

A própria moeda internacional esteve, no início, muito longe de cumprir as funções que agora cumpre o dólar (durante e depois de Bretton Woods). A libra esterlina, a primeira que, de fato, libertou-se da forma metálica, ainda esteve presa ao lastro-ouro por toda sua existência de moeda internacional (início do século XIX até a década de 1920-30). E o dólar americano, por sua vez, foi o primeiro a não ser, desde o início, livremente conversível em ouro por agentes privados. Pelo acordo de Bretton Woods, só Estados soberanos podiam exercer a opção de converter suas reservas de dólar em ouro junto ao governo americano. O dólar foi, por sua vez, a primeira moeda internacional a assumir todas as funções de uma moeda nacional junto a agentes privados, sem ser conversível em ouro.

Funções da moeda internacional e suas garantias

As funções de uma moeda internacional são as mesmas de uma moeda estatal em sua jurisdição nacional. A primeira missão é proporcionar liquidez suficiente aos mercados interestatais, à movimentação de capitais e aos balanços de pagamento de todos

os países que a utilizam, de modo a tornar possível o resgate de seus compromissos. Isso significa, na conceituação marxista aqui utilizada, que a moeda internacional deve exercer, primeiro, a condição de meio de troca e de medida de valor e – em decorrência dessas qualidades exercer também a função de reserva de valor para proteger o valor dos capitais de todo o sistema quando operam denominados nessa moeda principal.

Para tanto, é necessário que a potência hegemônica disponibilize sua moeda no sistema internacional e dê garantias de seu valor. Vejamos, esquematicamente, duas formas modernas de como uma potência pode resolver o problema da liquidez.

No primeiro processo, há transferência para o estrangeiro do dinheiro estatal do hegemônico por meio de transferências líquidas de capital (investimento direto e crédito). Esse volume de dinheiro deve ser, pelo menos, igual aos seus superávits correntes (bens e serviços comerciais e rendimentos de capital auferidos no exterior – lucros, juros e royalties) com o resto do mundo (i.e., do sistema hegemônico). Desse modo, poderá circular no sistema um saldo significativo da moeda internacional da potência hegemônica de modo permanente e crescente, fornecendo a liquidez ao resto do mundo, expandindo propriedades do capital nacional do hegemônico no exterior, mas garantindo, em contrapartida, no final, a volta do dinheiro à origem.

No segundo processo, a potência hegemônica pode manter déficits comerciais constantes que se somarão aos investimentos diretos e aos créditos. Nesse caso, esse fluxo para o exterior terá que ser compensado pelo superávit de suas rendas de capitais, de modo que haja circulação e também retorno. Esse segundo caminho – menos desejável do ponto de vista do hegemônico, pelos custos que acarreta à economia interna – tende a vigorar apenas a partir do momento em que os capitais da potência hegemônica não detenham mais a primazia mercantil, por perda relativa de produtividade e queda na taxa de lucro frente ao sistema.

As garantias sobre o valor da moeda internacional são condições fundamentais de seu funcionamento. As garantias se dão pela existência de um sistema financeiro poderoso na potência hegemônica, encarregado dos processos de liquidez de última instância dos credores e também pelo indispensável compromisso estatal de assegurar o valor da moeda e sua estabilidade.

A construção de sistema financeiro suficientemente experiente para gerir as transações internacionais é um processo lento, geracional. A Grã-Bretanha já tinha ultrapassado a Holanda economicamente

e militarmente desde a primeira metade do século XVIII, mas só na segunda metade desse século, a libra esterlina se impôs como moeda internacional juntamente com a City londrina como centro financeiro do mundo. O mesmo sucedeu ao dólar. Até 1945, apesar de a libra não ser mais conversível em ouro desde 1931, e a Grã-Bretanha não ser mais a principal potência econômica desde a I Guerra, ela ainda era a principal divisa das reservas internacionais em todo o mundo.

A garantia estatal sempre se deu pelo método da conversão da moeda estatal em ouro, segundo uma determinada taxa. A garantia da conversibilidade da libra foi reforçada em meados do século XIX, quando um grande surto de financeirização também se iniciava, pela virtual estatização do Banco da Inglaterra, quando este assumiu a posição de prestamista de última instância da City londrina. A garantia de conversão permitia que qualquer portador privado trocasse a libra por ouro. Essa conversibilidade, com alguns poucos intervalos, só foi abandonada em 1931, marcando simbolicamente o fim do período da libra como moeda internacional.

No sistema dólar-ouro do Acordo de Bretton Woods havia mais restrição à conversão em ouro. Como o Acordo previu inicialmente um ambiente de restrição à livre movimentação de capitais, apenas os Estados soberanos poderiam habilitar-se à conversão de suas próprias reservas em dólar. Essas garantias estatais foram depois modificadas – de forma *sui generis* – com a adoção do dólar flutuante (ou dólar flexível) após o rompimento do Acordo de Bretton Woods em 1971-73. Examinaremos a natureza dessas mudanças na seção 4.

O papel do Estado hegemônico na criação da moeda internacional

O papel do Estado hegemônico na criação da moeda internacional está longe de se restringir a gerar instituições e fornecer garantia de seu valor. Exemplos históricos mostram que o processo de criação da moeda internacional não se deu apenas pelas forças econômicas, tal como está descrito esquematicamente acima. No caso britânico, por exemplo, a libra foi introduzida nos circuitos comerciais do Oriente a ferro e fogo, primeiro pelo controle militar das rotas comerciais locais e internacionais (tomadas aos holandeses no século XVIII) e depois pela ocupação territorial, especialmente da Índia.

No caso da hegemonia americana, o Estado também participou decisivamente da constituição do dólar em moeda internacional. Mesmo o dinâmico capitalismo americano não foi capaz de, no pós-guerra,

fazer investimentos diretos e conceder créditos em dólares em volume suficiente sequer para que os países da Europa Ocidental dispusessem de liquidez suficiente para pagar suas importações dos EUA.

Apenas quando o Estado americano instituiu o Plano Marshall, concedendo créditos maciços para a Europa Ocidental, e realizando vultosas despesas bélicas no exterior pela estratégia da Guerra Fria de contenção da União Soviética, o processo veio a se consolidar. Só a partir de 1950, impulsionado pelos créditos do Plano Marshall e também pela Guerra da Coreia, o dólar, de fato, passou a funcionar como moeda internacional. Os percalços do pós-guerra fizeram com que os países da Europa Ocidental sofressem seguidas crises de liquidez, e atrasassem a livre conversão de suas moedas nacionais até o final da década seguinte. A partir daí, o investimento direto tomou vulto na Europa Ocidental e em menor proporção na América Latina, mas as despesas militares americanas continuaram a crescer, com a guerra do Vietnã beneficiando, em especial, o crescimento japonês e depois o coreano, o de Hong Kong e de Cingapura.

Mas, com a chegada da década de 1960, a virtuosa atuação conjunta do Estado e do capital americano começou a gerar problemas: tomou o estoque de dólar no exterior cada vez maior, não permitindo que o circuito de retorno se desse adequadamente. Fenômeno que deu início ao conhecido processo de desgaste do dólar na segunda metade da década de 1960, resultando na quebra unilateral do Acordo de Bretton Woods sobre a conversão da moeda em ouro na proporção de 35 dólares a onça-troy, em 1971¹.

Segundo Robert Triffin (1972), em afamada análise de 1962, isso teria de ocorrer, dado que o volume de dólar e de ativos nele denominado no exterior passou a crescer aceleradamente, determinando um crescente estoque externo sem mais possibilidade de regresso. Esse estoque externo só poderia ser equilibrado se houvesse uma proporcional expansão da oferta de ouro (ao qual o dólar estava vinculado até então). Como isso não aconteceu, a moeda americana teria de se submeter a uma pressão contínua de desvalorização externa e de inflação interna².

A crítica de Serrano a Triffin (apoiado em Minsky, 1986) é de que não seria necessária a expansão da oferta de ouro para assegurar a estabilidade do valor

do dólar. Bastaria que os EUA tivessem uma entrada líquida em ativos de curto prazo em suas praças financeiras, vindos do resto do mundo – como vimos no segundo processo de fornecimento de liquidez internacional (na subseção anterior) – para que o dólar se mantivesse estável.

Alternativamente, dentro da conceituação utilizada, podemos interpretar essa primeira crise do dólar como o advento de um longo processo de perda de dinamismo dos capitais internos do centro capitalista (EUA e da Europa Ocidental). De fato, a taxa média de lucro do setor manufatureiro dos

EUA caiu persistentemente desde meados da década de 1960, no que foi seguida por outros países do centro capitalista (especialmente a Alemanha Ocidental), excetuando-se a do Japão (cf. Brenner, 2003, p. 55-65).

À época, a formação da taxa média de lucro internacional era retardada, na maior parte do mundo e dos setores, por obstáculos à movimentação do capi-

tal entre as fronteiras nacionais e pelas barreiras tarifárias a setores protegidos (especialmente a agricultura e às indústrias de baixa e média tecnologia). Nesse contexto, o dólar enquanto moeda – principal forma de existência do capital americano – tendia a perder valor em relação às demais moedas relevantes; não em decorrência de algum problema “quantitativo”, mas sim por sua desvalorização refletir a perda de valor do próprio capital interno dos EUA. Isto é, o dólar se desvalorizava proporcionalmente à desvalorização do conjunto de capitais internos dos EUA à época.

A posição do governo americano de protelar a conversão em ouro das reservas francesas de dólar mostrava debilitação do Estado americano, levando à perda de credibilidade da garantia do dólar-ouro. Nesse episódio vemos a política estatal agravando o problema subjacente às leis de acumulação do capital.

4. O novo pacto do dólar-flexível: mudança nas funções da moeda e as garantias implícitas

O novo sistema monetário, desregulamentado, nascido do rompimento dos Acordos de Bretton Woods em 1971-73 caracteriza-se por ter a sua principal moeda, o dólar americano, em regime de flutuação frente às demais moedas e também em relação ao

Só a partir de 1950, impulsionado pelos créditos do Plano Marshall e também pela Guerra da Coreia, que o dólar, de fato, passou a funcionar como moeda internacional

ouro (denominado daqui por diante dólar-flexível).

Segundo Serrano, o dólar-flexível fez com que os EUA se livrassem de duas restrições externas até então existentes: o dólar poderia ser desvalorizado em relação ao ouro e os EUA poderiam ter sucessivos déficits em transações correntes. Isso porque, sem lastro-ouro, os próprios passivos assumidos pelos déficits estarão medidos não em uma medida absoluta, mas sim em dólares. Caso o dólar fosse desvalorizando, o passivo – também denominado em dólares – também se reduzirá (pelo menos proporcionalmente). A única condição seria – como já vimos – que se mantivesse o financiamento desse déficit externo por ativos de curto prazo também denominados em dólar.

Além disso, como o dólar flutuante, Serrano também afirma que a moeda internacional perdeu sua função clássica de reserva de valor. O dólar passou a ser uma moeda de referência contratual, enquanto a função de reserva de valor foi transferida para os títulos de Tesouro americano.

No nosso entender, as coisas não se passaram assim, especialmente se contextualizarmos histórica e institucionalmente as mudanças no sistema financeiro internacional. De fato, a restrição ao déficit em transações correntes sucessivas pode ter formalmente sido removida. Mas a liberdade do déficit só se tornaria eficaz a partir do momento em que houvesse livre movimentação de capitais entre as principais praças financeiras, de modo a permitir o afluxo de dólares retornando aos EUA em ativos de curto prazo. Então, a liberalização financeira era parte da suspensão da restrição e não apenas a flutuação do dólar.

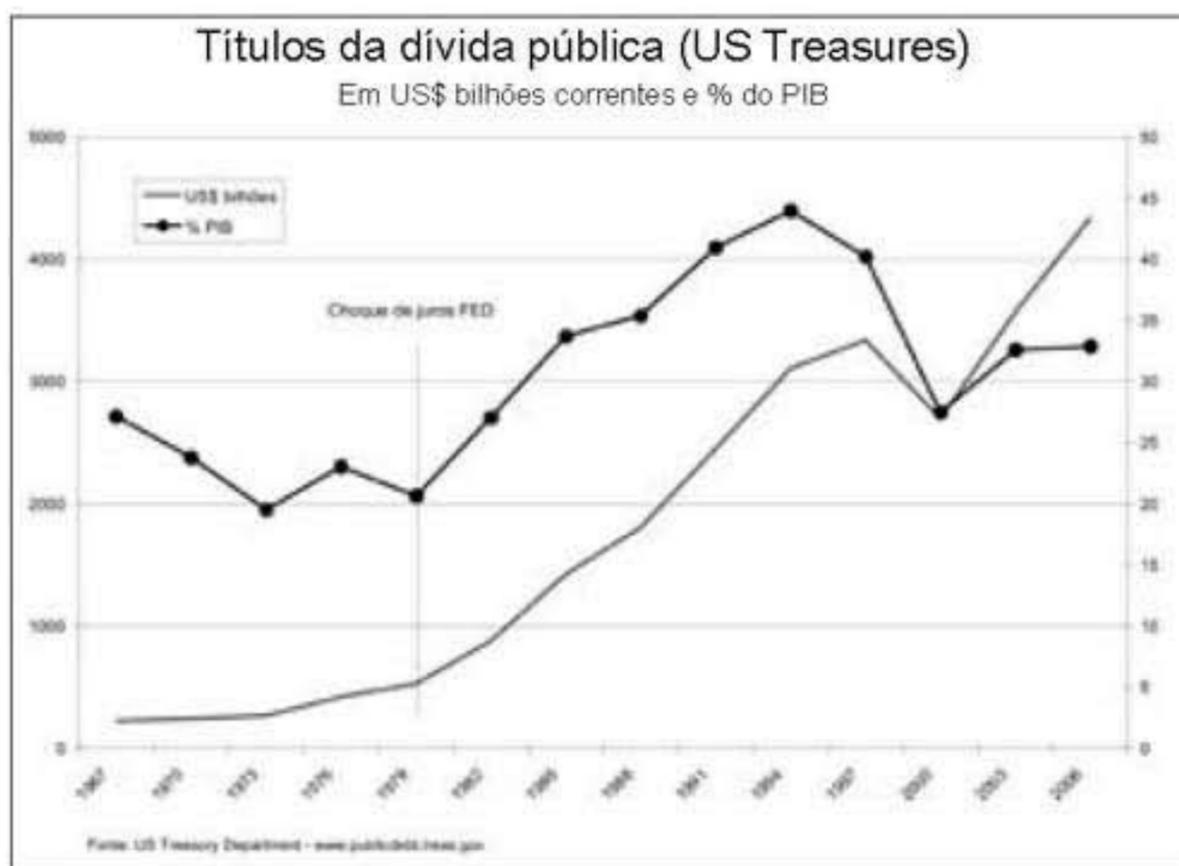
Já a partir de 1974, as leis e regulamentações americanas começaram a liberar seus fluxos de entrada e saída de capitais (Cruz, 2007, p. 384-388; Bremner, 2003, p. 55 e seg.), tendo o seu sistema financeiro saído na frente dos demais na criação de novos mecanismos e tipos de ativos financeiros (conta bancária remunerada, contratos de hedge etc.)³.

Porém, apenas as mudanças institucionais não bastavam, era preciso que o mercado financeiro oferecesse taxas de juros atrativas aos estoques de dólares no exterior (sendo o principal deles o eurodó-

lar, com base na City londrina), mas com a inflação e a taxa média de lucro em queda, essa oferta não poderia existir. As taxas reais do Fed para os títulos americanos ficaram negativas e a remuneração de ativos privados próxima a zero. O investimento, respondendo à expectativa de uma taxa média de lucro cadente, continuou caindo e a economia entrou em recessão prolongada (a “estagflação”). O dólar entrou em queda livre.

A ação do capital, juntamente com a intervenção apenas institucional do Estado americano, não foi suficiente para resolver o problema da moeda internacional. Foi quando o Estado entrou com a força de seu poder tributário. O choque de juros do Fed, em outubro de 1979, teve esse significado. O Fed, elevou à estratosfera a taxa básica do título do Tesouro, criando o atrativo que faltava para viabilizar o financiamento das contas externas e estabilizar o valor do dólar.

Daí para frente, tudo mudou. O dólar se restabeleceu como moeda internacional incontestável e os EUA recuperaram sua hegemonia combatida. Em



compensação, a dívida pública, inchada pelas emissões maciças e pelas altas taxas de juros reais, para atrair dólares, foi multiplicada (ver Gráfico), com o Estado e o povo americano assumindo um enorme passivo sobre seus tributos futuros. Foi o custo para manter a hegemonia e o privilégio de emissão da moeda internacional.

Na verdade, o choque de juros do Fed foi um instrumento para elevar – como um *deus ex machina* – a

taxa média de lucro em declínio, estabelecendo, primeiro para os capitais internos e, em seguida, para os demais capitais do centro capitalista um piso para os lucros. A consequência desse piso foi a eliminação de parte considerável do excedente de capital existente à época, preparando a retomada futura do ciclo de valorização⁴.

Sem a garantia do fluxo de recursos da tributação (que não é renda capitalista, mas sim derivada da relação de sujeição entre Estado/cidadão) não seria possível a nenhum capitalista americano, individual ou conjuntamente, oferecer taxas atrativas que viabilizaram a reafirmação do dólar como moeda internacional (nem o mecanismo de eliminação do capital excedente). Esse argumento reforça nosso ponto de vista de que não há moeda internacional sem a conjunção de forças do capital e do Estado.

Outro fenômeno importante a destacar é a mudança na natureza da moeda internacional. Vimos que o ônus da função monetária de reserva de valor foi transferido do dólar para o Tesouro americano. Parte dessa função foi mediada pelas instituições financeiras por meio de contratos de hedge, surgidos exatamente em 1972 (cf. Cruz, 2007, páginas citadas), início da flutuação do dólar⁵. Isto significa que o erário americano passou a arcar de forma direta (inclusive via hedge) com os custos de assegurar o valor dos capitais, passando de garante a financiador da função reserva de valor. Desse modo, as relações capital/Estado se estreitaram. Por outro lado, o dólar também perdeu parte de sua função de medida de valor (função sempre associada à de reserva), o que o permitiu apenas continuar funcionando como moeda de referência contratual.

Por consequência, o dólar, enquanto moeda, de fato se enfraqueceu. Não exerce funções que até então exercia como dólar-ouro. Historicamente, pode-se afirmar que o dólar-flexível é uma figura inédita de dinheiro internacional. Porém, a força que transparece do dólar a partir dessa mudança não decorre de sua nova forma de “moeda financeira”, mas sim da emanção direta do poder do Estado americano, representado pelo FED e pelo Tesouro.

O dólar-flutuante não ficou mais forte como moeda, enfraqueceu-se. Mas o poder estatal americano suplementou, com seus treasuries, a força perdida.

Também não nos parece verdadeiro que os EUA não tenham oferecido mais nenhuma garantia ao valor de seu dólar-flexível. Houve uma garantia implícita ao novo arranjo quando do choque de juros do Fed, em 1979. Essa garantia era o fundamento teórico do próprio choque: o combate à inflação deveria a prioridade da autoridade monetária e não haveria mais taxas básicas reais negativas na economia

americana. A garantia, sempre re-inteirada pelo Fed e pelo governo, foi quase sempre cumprida desde então, excetuando, naturalmente, as circunstâncias temporárias e extraordinárias de risco de superprodução aguda de capitais (risco sistêmico).

Essa é uma garantia importante não só porque juros positivos podem assegurar a atração de investimentos de curto prazo necessários, desde então, há uma mínima estabilidade do dólar. A maior importância da garantia de juros reais positivos é que estes reduzem o impacto fiscal no custo de manutenção de reservas em dólar de países superavitários do sistema capitalista. Havendo taxas de juros reais muito baixas ou negativas nos EUA, isso significa que esse Estado deixa de assumir custo fiscal pela emissão da moeda internacional, e que age com leniência frente à ameaça de eclosão de crise de superprodução de capitais. Esses dois últimos problemas vêm caracterizando a crise atual, decorrente da excessiva liquidez e da quebra financeira dos “subprimes”.

5. Entre a busca de uma moeda internacional alternativa e a afirmação de um dólar auto-sustentável

Agora teremos condições de expressar uma opinião mais objetiva sobre as questões centrais das duas teses iniciais: primeiro: já se iniciou um processo de derrocada do dólar, de modo a se poder vislumbrar um substituto à sua condição, mesmo que isso signifique que os EUA venham, no futuro, a dividir sua atual hegemonia com outra potência existente ou emergente? Segundo: em caso de negação, é sustentável o regime do dólar-flexível como principal moeda internacional, de modo a se assegurar – *ceteris paribus* – a não existência de nenhuma ameaça, mesmo a longo prazo, à sua posição?

O dólar vem se enfraquecendo e pode se vislumbrar sua substituição?

A primeira questão pode ser dividida em duas. Começamos pela parte da questão que trata do enfraquecimento do dólar, no sentido de que o processo de sua substituição já teve início. Conforme nossa argumentação, a resposta para esta parte do problema deve ser positiva.

Como argumentamos, a recuperação do dólar após a crise que derrocou os Acordos de Bretton Woods teve como elemento-diretor uma política do Estado americano para viabilizar institucionalmente uma liberalização dos fluxos de capitais – o fenômeno da globalização financeira. A estratégia melhorou o funcionamento da acumulação capitalista no

sistema, eliminando as distorções na formação das taxas médias de lucro, permitindo alcançar uma nova estabilidade para o dólar pelo financiamento do déficit de transações correntes por meio do retorno dos dólares em circulação no sistema internacional.

Entretanto, o prejuízo às funções de medida e de reserva de valor fez com que a força do Estado hegemônico – sua capacidade política (e militar) de cooptar e coagir – ficasse cada vez mais visível por trás do dólar. A ação do Fed, do Tesouro americano e o papel de sua dívida pública “politizou” o fenômeno monetário e financeiro.

A “politização” da economia tem duas faces. Por um lado, ela dá mais coesão, entre a ação do Estado e as necessidades do capital, reduzindo a autonomia relativa do Estado e criando-lhe restrições a sua capacidade de agir em defesa de sua própria legitimidade perante seu povo e os demais Estados do sistema⁶. Os agentes políticos americanos são “capturados” pela percepção de que a estabilidade do próprio Estado e de sua hegemonia apresenta-se cada vez mais comprometida por um processo de acumulação endogenamente enfraquecido pela superprodução ou a ameaça dela, e, também, pelo crescente desafio de antigas e novas potências emergentes no sistema. A segunda face da “politização” da economia é que as questões econômicas passaram a ser cada vez mais motivos de dissensões e contenciosos que vão confrontando cada vez mais os interesses nacionais e hegemônicos americanos vis-à-vis os dos demais Estados.

Em resumo, consideramos que o dólar está se enfraquecendo e admitimos que um processo de sua substituição já esteja a caminho. Esse processo pode

País	Estoque de Dívida Pública (final de 1997)* (US\$ bilhões)	Volume comercializado em moedas e títulos em moedas e títulos futuros (anual) (US\$ bilhões)	Turnover**	Spreads nas transações inter-dealers***
EUA	2.741	103.829	37,9	3
Japão	1.855	31.735	17,1	7
Itália	971	10.455	10,8	6
Alemanha	653	6.600	10,1	4
França	484	18.634	38,5	10
Reino Unido	459	6.516	14,2	4
Canadá	210	6.428	30,6	5
Bélgica	191	975	5,1	5
Holanda	168	450	2,7	-
Suécia	102	4.763	46,8	15
Suíça	27	215	8,1	10

(*) Valores nominais.
 (**) Definido como o volume comercializado anualmente dividido pelo estoque de dívida pendente.
 (***) Bid-ask spreads for on-the-run issues.
 Fonte: McCauley, Remolona (2000), BIS Quarterly Review, Nov/2000. Retirado de Metri.

ter se iniciado, pelo menos, desde que as reformas no sistema monetário e financeiro implementadas até o final dos anos 1990, para sustentá-lo, mostraram-se frágeis ou mesmo inúteis (ver Kregel, 2006). Porém, isso não significa, necessariamente, que esteja correta a segunda parte da questão: que substituição do dólar-flexível por outra moeda que já esteja no horizonte.

Como vimos, o regime do dólar-flexível é sustentado por três pilares: a dimensão do sistema financeiro americano, os títulos do Tesouro (treasuries), e a garantia de que estes serão sempre remunerados por taxas reais de juros positivas. Apesar do enfraquecimento do dólar e da desconfiança crescente, esses pilares ainda se mantêm.

A tabela 1 mostra o grande descompasso entre o mercado financeiro americano e os demais, quanto ao seu tamanho e liquidez. Embora os dados estejam defasados (são de 2000) e aí não estejam as praças financeiras do Leste asiático (Tóquio, Cingapura, Hong Kong e, agora, Xangai), a tabela guarda, no essencial, a enorme desproporção entre o poderio norte-americano e o dos demais mercados financeiros nacionais.

A tabela 2 demonstra também a dimensão do volume das garantias estatais americanas – seus treasuries – em relação aos demais principais Estados.

Como argumentamos, uma nova moeda inter-

Tabela 2 – Mercados de *bonds* no mundo
(US\$ bilhões)

Estoque no final de Junho de 2000		
	Emissões Totais Brutas	Setor Público (Total)
Todos Países do Mundo	36.690,10	19.808,20
EUA	17.230,20	8.664,30
Japão	6.681,20	4.889,90
França	1.399,00	665,9
Alemanha	2.518,80	763,5
Itália	1.535,90	1.094,60
Reino Unido	1.404,70	455,8

Fonte: Schinasi, Kramer, Smith (2001) com base em BIS, International Banking and Financial Market Developments (Nov/2000). Retirado de Metri.

nacional não poderá prescindir das duas forças conjugadas (capital e Estado), concretizadas em um sistema financeiro poderoso e em garantias estatais sobre o seu valor. A desproporção quanto a esses dois parâmetros fundamentais, quantificados de modo simplificado nas tabelas, mostra que nada existe de parecido aos EUA no mundo atual. A experiência histórica mostra também que constituir um sistema financeiro com capacidade de gerir a riqueza mundial é uma tarefa conjunta do capital e de um Estado nacional que pode levar uma geração ou mais, mes-

mo quando se parte de um patamar privilegiado.

Ainda é preciso considerar que uma nova moeda envolve um esforço de dotações tributárias e uma abertura para importações. Os custos econômicos e sociais daí decorrentes só podem ser suportados por uma nova potência emissora que tenha um grande desempenho na gestão estatal de conflitos internos e uma superioridade produtiva destacada (taxa média de lucro, taxa de exploração e monopólios tecnológicos). A combinação integral dessas duas condições parece também estar ausente em qualquer das supostas potências pretendentes à emissão da nova moeda internacional.

Desse modo, podemos afirmar que, embora o dólar tenha enfraquecido perante as situações anteriores – de Bretton Woods e também do dólar-flexível até as reformas do sistema financeiro dos anos noventa –, a possibilidade de sua substituição por outra moeda internacional ainda não está no horizonte. E pode levar uma geração inteira para que tal possibilidade venha se tornar plausível.

Deixaremos para tratar na conclusão de uma última possibilidade – talvez mais realista que a anterior –: uma derrocada do dólar se daria antes de outra moeda ocupar todas ou algumas de suas funções.

O dólar-flexível é sustentável?

Tratemos agora da questão fundamental da segunda tese: o regime do dólar-flexível é sustentável, sendo possível assegurar – se nada mais mudar – a não existência de nenhuma ameaça mesmo a longo prazo à sua posição.

Pelo que argumentamos até o momento esta tese também não pode ser aceita. Recapitemos os seus quatro fundamentos:

- (a) É possível aos EUA financiarem sucessivos déficits de transações correntes com a atração de investimentos em ativos financeiros de curto prazo, se o poder americano for autocontido e controlar o acúmulo de passivos de modo a manter a proporção adequada entre passivos/ativos externos (expressos em dólar).
- (b) Não há mais garantia por parte do EUA sobre a emissão de sua moeda, seu valor e estabilidade.
- (c) O dólar-flexível sofreu uma mudança em sua natureza, perdendo sua função de reserva de valor; transformou-se em um novo tipo de moeda, a “moeda financeira”.
- (d) O dólar-flexível continua a ser uma moeda forte.

O que há de inédito no dólar-flexível é a transferência direta de sua função de reserva de valor para títulos do Tesouro

Os dois fundamentos finais estão interligados e já foram refutados anteriormente, não vale a pena repetir. O que há de inédito no dólar-flexível é a transferência direta de sua função de reserva de valor para títulos do Tesouro. Confunde-se claramente neste argumento fraqueza econômica do dólar com força do Estado americano.

Embora seja possível concordar com a consistência da parte principal do argumento (a), a condicionalidade de sua eficácia à autocontenção (self restraint) de um poder político (ou econômico) o torna insustentável. Não há poder autocontido. Os gover-

nantes e capitalistas descobriram isso há séculos: sem intervenção estatal os bancos sempre se expandirão acima do risco prudente, os capitais se multiplicarão até a superprodução e a crise, e os ditadores se tomarão irrefreáveis.

A tentação de expandir capitais denominados em dólares tende a ser incont-

rolável nos termos do regime do dólar-flexível e das finanças não regulamentadas ou regulamentadas segundo “critérios” de mercado. Mesmo a tendência recente do poder americano, seja econômico ou político, de unilateralidade e extraterritorialidade, mostra quão verdadeiro e recorrente é este fundamento social.

A refutação desse pressuposto ao primeiro fundamento da tese inviabiliza o mecanismo de “equilíbrio” permanente do balanço de pagamento por meio do ingresso de ativos de curto prazo. E a própria tese da sustentabilidade do regime do dólar-flexível se torna insubsistente.

Por fim, a afirmação de que não há mais compromisso dos EUA em sustentar o valor e a estabilidade de sua moeda sob este novo regime, pode ser correta quanto ao compromisso formal ou institucional, mas não quanto a sua essência. Como argumentamos, existiu da parte do Estado americano, desde o choque de juros, uma garantia implícita quanto à manutenção da função de reserva de valor – por meio do compromisso com a manutenção de taxas de juros positivas dos treasuries – e também com a estabilidade, esta, de forma indireta, pelo atendimento de lastro aos contratos de hedge, com intermediação privada. Aliás, o reconhecimento do papel dos treasuries como reserva de valor por parte de M. C. Tavares e Melin (1997), implica, necessariamente, a existência de algum tipo de garantia pelo seu emissor.

Em resumo, podemos agora afirmar que o regime

do dólar-flexível não é auto-sustentável, episódios de desconfiança na sustentabilidade do financiamento do balanço de pagamentos dos EUA tendem a acontecer de forma recorrente, levando a crises monetárias e a ajustes mais ou menos violentos sobre a superprodução de capitais nos EUA.

Uma forma mais abrangente de entender a dinâmica entre Estado, capital e a moeda internacional

Porém – e isso é fundamental em nossa argumentação –, os defensores da tese do balanço de pagamentos auto-sustentável continuam a ter razão quando apontam que crises de desconfiança monetária não advêm diretamente da avaliação da “fragilidade” das contas externas. Em nossa opinião, essas crises advêm diretamente de episódios críticos no próprio sistema financeiro americano.

Embora a tese de sustentabilidade do balanço de pagamentos da potência hegemônica com uma moeda internacional em regime de flutuação tenha coerência, seu corolário de que isso significa, também, garantia da sustentabilidade para a própria moeda flutuante não é verdadeiro. Qualquer crise monetária do dólar-flexível só poderá decorrer – mantida as condições de hegemonia – a partir de crises financeiras internas, como houve com a crise da Bolsa de Nova Iorque, de 1987, da “nova economia”, em 2000, e agora sucede com a das hipotecas “subprimes”⁷.

Em outras palavras, a moeda internacional só

é posta em xeque – ou os agentes externos apenas percebem uma ameaça a ela, o que vem a ser a mesma coisa – quando o próprio valor do capital do país hegemônico, representado pelo valor de seus ativos financeiros, entra ou ameaça entrar em significativo declínio.

No caso de sobrevir a crise monetária, é papel do Estado hegemônico deter as perdas de seu capital financeiro. Se a ação estatal não ocorrer (por decisão ou falta de condição política de decidir) ou vier a suceder, porém sem êxito, a crise sistêmica iniciada no sistema financeiro pode gerar grave dano à moeda internacional ou mesmo vir a destruir o dólar como moeda internacional ou, pelo menos, como a principal delas. O que significará que a hegemonia de tal potência terá também chegado ao fim (embora ela possa permanecer com seu poderio político e militar inicialmente intacto – como sucedeu à Holanda e à Grã-Bretanha – porém sem mais a condição de *prima inter pares*).

Em síntese, não é possível a uma moeda internacional perder seu posto antes da derrocada ou substituição da hegemonia da potência que a emite. O que se aplica ao dólar-flexível.

6. O que esperar do futuro?

A afirmação de que o dólar-flexível não poderá perder seu atual posto de moeda internacional, antes que a hegemonia do próprio EUA esteja derrocada pode levantar dúvidas e contraditas. Porém, ela

Notas

- 1 A onça-troy equivale a 31,104 g.
- 2 Isso é conhecido como “Dilema de Triffin”, pois haveria um conflito entre provisão de liquidez ao sistema monetário internacional e a necessidade de preservar a paridade cambial da moeda internacional com o lastro ouro do sistema.
- 3 Para uma análise abrangente desse processo institucional e mudanças na gestão da riqueza, especialmente, a partir da sua consolidação nos anos 1980, ver Cintra e Freitas, 1998.
- 4 O que de fato aconteceu a partir de 1987, com a taxa média de lucro americana tornando a se elevar consistentemente até o final da década seguinte, quando sobreveio novo período de queda e eclodiu a crise da “nova economia” (cf. Brenner, 2003, Figura 8.9, p. 282).
- 5 Contratos de hedge são contratos de cobertura contra perdas por flutuações futuras de taxas de câmbio e cotações, que tem por lastro títulos públicos. Funciona como uma apólice de seguro, em troca a de um prêmio. A probabilidade de todos os ativos/passivos “cobertos” gerarem perdas é considerada sempre menor a unidade, o que faz com que uma unidade monetária em título público possa assegurar perdas bem maiores. Embora a experiência mostre que nem sempre a “cobertura” é segura, o seu financiamento se dá via dívida pública.
- 6 Essa restrição à autonomia estatal é bem ilustrada pela anedota, envolvendo um comentário de um assessor ao Presidente Clinton sobre a necessidade de se adotar, no início de seu primeiro governo, políticas convenientes ao “mercado”: “It’s the economics, stupid!”
- 7 Denominando de crise monetária toda e qualquer redução significativa do fluxo de investimentos em ativos financeiros nos EUA, que e traduz por uma pressão imediata de desvalorização do dólar frente às demais moeda conversíveis.

decorre estritamente da rejeição da questão fundamental das duas teses analisadas e, principalmente, da rejeição também do economicismo de que ambas padecem: a moeda é uma relação social e, como tal, construção comum do capital e do Estado.

Traçamos apenas um quadro conceitual para situar melhor o observador do cenário internacional. Primeiro, negando a possibilidade elevada de haver uma moeda substitutiva ao dólar, exceto em um prazo que exceda a uma geração; e, segundo, ao contrário, rechaçando idéias pouco realistas e sem exemplo histórico de que é possível desconsiderar o advento de uma crise hegemônica dos EUA em um horizonte temporal relevante para o presente.

Por fim, gostaria de enfatizar que tanto nossa análise como as duas teses examinadas excluem de seus cenários as contingências históricas, como é de praxe. Porém, elas existem e cumprem um papel relevante na história. Defendo que a sociedade é um sistema aperiódico cujo desenvolvimento é muito sensível a pequenas diferenças iniciais, que podem gerar resultados desproporcionalmente importantes. Essa compreensão explica por que a história nunca se repete, apesar de revelar regularidades que denotam a exis-

A História nunca se repete, apesar de revelar regularidades que denotam a existência de ciclos

tência de ciclos, e também por que somos incapazes de, no campo social, realizar previsões seguras.

Um cenário alternativo, já citado, pode decorrer dessa natureza aperiódica da história: aquele em que a moeda internacional e a hegemonia dos EUA venham a sofrer uma derrocada antes de haver outra potência em condição de substituí-la. Esse caso geraria uma situação catastrófica no sistema mundial. Se uma transição entre duas hegemônias já contém uma

parcela de catástrofe não desprezível (vide o exemplo do período das duas Grandes Guerras), um vazio hegemônico no sistema gerará possibilidades assustadoras de caos, mas, também, esperançosas de abrir brechas para superação histórica do capitalismo.

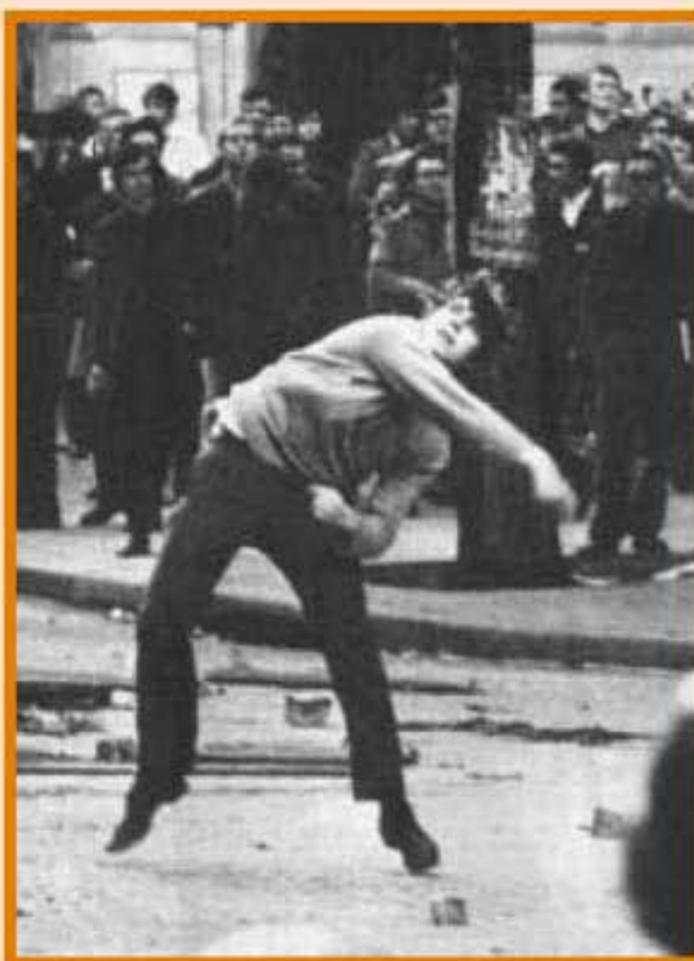
Isso talvez não seja provável, mas tampouco improvável. Por enquanto, o socialismo ou outra variante insuspeitada de superação do capitalismo continuará sendo sempre uma possibilidade entre as fraturas cíclicas da História.

Lecio Morais é economista, mestre em Ciência Política e especialista em orçamentos e planos políticos públicos. É assessor técnico da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados

Bibliografia citada

- Arrighi, Giovanni (1994). *O Longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp.
- Brenner, R. (2003). *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record.
- Cintra, M. A. e Freitas, M. C. (org.) (1998). *Transformações institucionais dos sistemas financeiros: um estudo comparado*. São Paulo: Fapesp/Fundap.
- Cruz Sebastião C. V. (2007). *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Unesp.
- Frankel, Jeffrey e Chinn, Menzie "The Euro May Over the Next 15 Years Surpass the Dollar as Leading International Currency". Harvard's Kennedy School, *International Finance* (Blackwell Publishers); March 2008.
- Kregel, J. (2006). "O novo Acordo de Basileia pode ser bem-sucedido naquilo em que o Acordo original fracassou?" In: *Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basileia*. Mendonça Ana Rosa e Andrade, Rogério P. (Orgs.). Campinas - SP: Unicamp. IE.
- Metri, M. M. O poder financeiro dos Estados Unidos no padrão monetário dólar-flexível. Disponível em 04/04/2008: http://www.desempregozero.org.br/artigos/o_poder_financeiro_dos_estados_unidos.pdf.
- Minsky, H. P. (1986). *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press.
- Minsky, H. P. (1993) "Financial integration and national economic policy". In: *Revista Economia e Sociedade*, Vol. 2, nº 1. Campinas - SP: Instituto de Economia/Unicamp, p. 21-36.
- Serrano, Franklin (2002). "Do ouro imóvel ao dólar flexível". *Revista Economia e Sociedade*, Vol. 11, nº 2. Campinas - SP: Instituto de Economia/Unicamp, p. 237-253, jul/dez.
- Tavares, M. C. (1997) "A retomada da hegemonia norte-americana". In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Tavares, M. C., Fiori, J. L. (Orgs.) Petrópolis: Vozes.
- Tavares, M. C., Melin, L. E. (1997) "Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana". In: *Tavares, M. C., Fiori, J. L. (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Triffin, R. (1972). *O sistema monetário internacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Wallerstein, I. (1974) *O sistema mundial moderno*, vol. 1 e vol. 2. Lisboa: Afrontamento, s/d. Edição original: *The modern world-system*, Nova York: Academic Press.

1968



Keystone-france/other images

Estudante enfrenta polícia em Paris em maio de 1968

A Revolução do Eu

JOSÉ CARLOS RUY

Maio de 1968 continua a suscitar debates e polêmicas sobre suas motivações, significados e alcances. Neste artigo afirma-se que seus slogans rejeitaram a política e colocaram o sonho, o desejo e a autonomia na ordem-do-dia. Todavia, este movimento esteve longe de ameaçar o capitalismo...

As revoluções russa de 1917 e o maio de 1968, cujos 40 anos se comemoram agora, ficaram como ícones da luta social e política do século XX: Nestes acontecimentos as massas irromperam no cenário político, com repercussão mundial, assinalando mudanças substanciais no modo de viver. Em um deles – 1917 – houve a construção da primeira experiência socialista estável e prolongada da história. No outro – 1968 – o que houve foi a marca de oportunidades perdidas (Jameson, 1991) e de uma grande reformulação no próprio funcionamento e organização do sistema.

Uma imagem parcial

O que ficou no imaginário popular sobre o movimento de 1968 foi o levante estudantil, cujo resultado foi a ruptura com a maneira de viver marcadamente hierárquica, convencional, que prevalecia até então. Mil novecentos e sessenta e oito trouxe a informalidade, a quebra de padrões rígidos, a liberdade de costumes (principalmente sexuais) e uma alegada tolerância em relação às diferenças. “Cada um na sua” é o lema que exprime bem aquelas mudanças, apontando para um individualismo que seria exacerbado nas décadas seguintes.

“É proibido proibir” talvez seja a bandeira de 1968 mais conhecida. Mas houve outras, com sentido semelhante. “A imaginação no poder”, ou “seja realista, exija o impossível”, foram outras; nos EUA surgiu o lema “*make love not war*” (faça amor, não a guerra), que se espalhou pelo mundo como bandeira pacifista e crítica ao modo de vida estadunidense, trazendo embutida uma nova visão de mundo.

Estas bandeiras resultaram da luta social que vinha desde o final da Segunda Grande Guerra, e que se acelerou nas décadas de 1950 e 1960, aprofundando a exigência por direitos civis, pela igualdade e pelo fim da discriminação racial. A luta anti-racista, contra a opressão masculina e a resistência contra a guerra ganharam grande visibilidade num movimento cujo centro estava nos EUA e na Europa industrializada, que foram cenário de grandes eventos sinalizadores da força da luta popular. Dois deles ocorreram nos EUA: em agosto de 1963, 200 mil pessoas se reuniram em Washington

para ouvir o famoso discurso Eu tenho um sonho, de Martin Luther King, contra a discriminação racial; mais tarde, em abril de 1967, milhares de pessoas ocuparam a capital dos EUA na Marcha pela Paz, contra a agressão estadunidense ao Vietnã.

Em maio do ano seguinte, foi a vez de Paris e do levante que ficou impresso na história como o grande marco daquela década, o chamado movimento de maio de 1968.

A imagem de 1968 como ano revolucionário, difundida pela mídia e incorporada como um de seus traços definidores pelo sistema que os protagonistas de 1968 pensavam combater, é parcial e reflete o principal limite daquele movimento. A forte luta operária daquele período é encoberta por esta imagem de um maio juvenil.

Maio foi tema de inúmeras interpretações e análises. Em 1985, os franceses Luc Ferry e Alain Renaut resumiram, no livro *Pensamento 68, as principais interpretações*. Havia para todos os gostos. A direita e o governo francês de Charles De Gaulle e George Pompidou viram nos acontecimentos um complô subversivo. Outros reduziram tudo a uma crise da universidade. Para intelectuais de renome (desde Edgard Morin até o jurista Raymond Aron) o que houve foi uma revolta juvenil, numa visão fortemente psi-



Martin Luther King em seu discurso “Eu tenho um sonho” durante a Marcha pelo Trabalho e Liberdade, Washington, 1963

Agipfue des archives

cologista. Outros pensaram que foi sintoma de uma crise civilizacional, com o questionamento da sociedade de consumo (André Malraux) e o ressurgimento do niilismo anarquizante. Houve também aqueles que diagnosticaram um descontentamento político contra a longa permanência de De Gaulle no poder e contra os mecanismos autoritários da III República francesa. Para os comunistas, por sua vez, era a luta de classes, refletindo a crise econômica (crescimento da economia em queda desde 1966) e o desemprego (que em 1968 era quatro vezes maior do que em 1964) (Ferry e Renaut, 1988).

Da política à cultura e ao comportamento

O historiador Eric Hobsbawn disse que os anos finais da década de 1960 foram um período “ruim para os profetas”. Acreditava-se, escreveu, ser “possível fazer uma revolução em um país industrial avançado em condições de paz, prosperidade e aparente estabilidade política”. Mas a “revolução não triunfou”, embora o regime político “mais orgulhoso e autoconfiante da Europa”, chefiado por De Gaulle, tenha chegado “à beira do colapso” (Hobsbawn, 2003).

O desafio é resgatar o que está oculto sob camadas de tintura midiática e mercadológica: como o mais extenso desafio enfrentado pela burguesia dos países capitalistas industrializados na segunda metade do século XX esvaiu-se em uma mudança cultural e comportamental forte mas insuficiente para levar ao chão a Bastilha do capitalismo e fundar uma sociedade nova.

Muitos problemas precisam ser investigados. Eles dizem respeito, entre outras coisas, às mudanças no sistema capitalista e seu impacto na forma de vida social; a crise econômica e a resposta burguesa a ela; a incapacidade do movimento revolucionário em propor saída articulada e avançada para a crise.

A problemática política dos acontecimentos na França foi analisada por Eric Hobsbawn no artigo de 1969, que apontou duas fases da mobilização em Paris: a primeira, de 3 a 11 de maio, envolveu os estudantes; a outra, de 14 a 27 de maio, trouxe os operários para as ruas com a maior greve geral da história da França. O movimento popular manteve a iniciativa até 29 de maio, quando o governo De Gaulle – apanhado desprevenido – conseguiu retomar a dianteira.

Hobsbawn destacou o papel dos comunistas.

Ao hostilizar De Gaulle e também aos comunistas, os estudantes acabaram ajudando o próprio governo

Uma frente popular sob hegemonia do Partido Comunista, que controlava a central sindical mais poderosa, era a única “alternativa viável de governo”, escreveu. Mas aquela frente tinha muitos problemas, entre eles a morosidade dos aliados não comunistas. Além disso, lembra ele, o PCF não mobilizou as massas e perdeu a oportunidade histórica de formar um governo que reunisse as forças mais avançadas do país (Hobsbawn, 2003).

Não se pode esquecer que, naquela época, o movimento comunista ainda não se havia recuperado da crise aberta, em 1956, com o XX Congresso do

Partido Comunista da URSS e sua opção pela coexistência pacífica e pela via eleitoral para o socialismo. Esse quadro foi agravado por acontecimentos como a ocupação soviética da Hungria em 1956 e pela condenação soviética (e depois repressão militar) da chamada “Primavera

de Praga”, um movimento de abertura política na Tchecoslováquia. Na China, desde 1967, estava em curso a Revolução Cultural Proletária, cujo apelo à juventude causou grande impacto entre a esquerda juvenil no ocidente industrializado, fazendo de Mao Tse Tung um dos teóricos de algumas correntes estudantis de 1968.

A rejeição ao comunismo pelos estudantes parisienses tinha suas raízes nessa crise. Naquela conjuntura renasceram entre eles tendências libertárias anarquizantes, traduzidas em slogans anti-autoritários como a denúncia de todas as formas de poder, e a valorização da subjetividade e do desejo: um deles dizia, por exemplo, “tomo meus desejos por realidade pois acredito na realidade de meus desejos”.

Nesse quadro, ao hostilizar De Gaulle e também os comunistas, os estudantes acabaram ajudando o próprio governo, fragilizando o movimento de massas, pois os operários, sob hegemonia comunista, não pensavam da mesma forma. Ao retomar a iniciativa, a tônica gaulista foi justamente o anticomunismo, registra Hobsbawn: ele “transformou a situação em uma defesa da ‘ordem’ contra a ‘revolução vermelha’” (Hobsbawn, 2003).

Estagnação, inflação e desemprego

O maio parisiense não foi um acontecimento isolado. Sua transformação em ícone do movimento ecoa a longa tradição revolucionária da capital francesa. A cidade convulsionada durante maio revivia

A ANP

É AQUELE JUIZ
QUE TORCE DE CORAÇÃO
PELO BRASIL.
E, AO MESMO TEMPO,
GARANTE REGRAS CLARAS
E UM JOGO LIMPO.



A Agência Nacional do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) defende os interesses
nacionais. Um desses interesses é a regulação das indústrias
do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis,
um setor-chave para o crescimento do Brasil.

Garantindo o cumprimento de regras claras e estáveis, a ANP ajuda
a atrair investimentos que são essenciais para o país descobrir novas
reservas e ampliar seu potencial energético. Com mais petróleo,
mantemos a auto-suficiência. Com mais gás natural, reduzimos
a nossa dependência externa. Com biocombustíveis, ampliamos
nossas alternativas. E tudo isso com desenvolvimento econômico
e social. Afinal, o crescimento do setor garante mais negócios para
a indústria nacional, aumenta os royalties para a União, estados
e municípios, estimula novas tecnologias, capacita
recursos humanos e gera empregos.

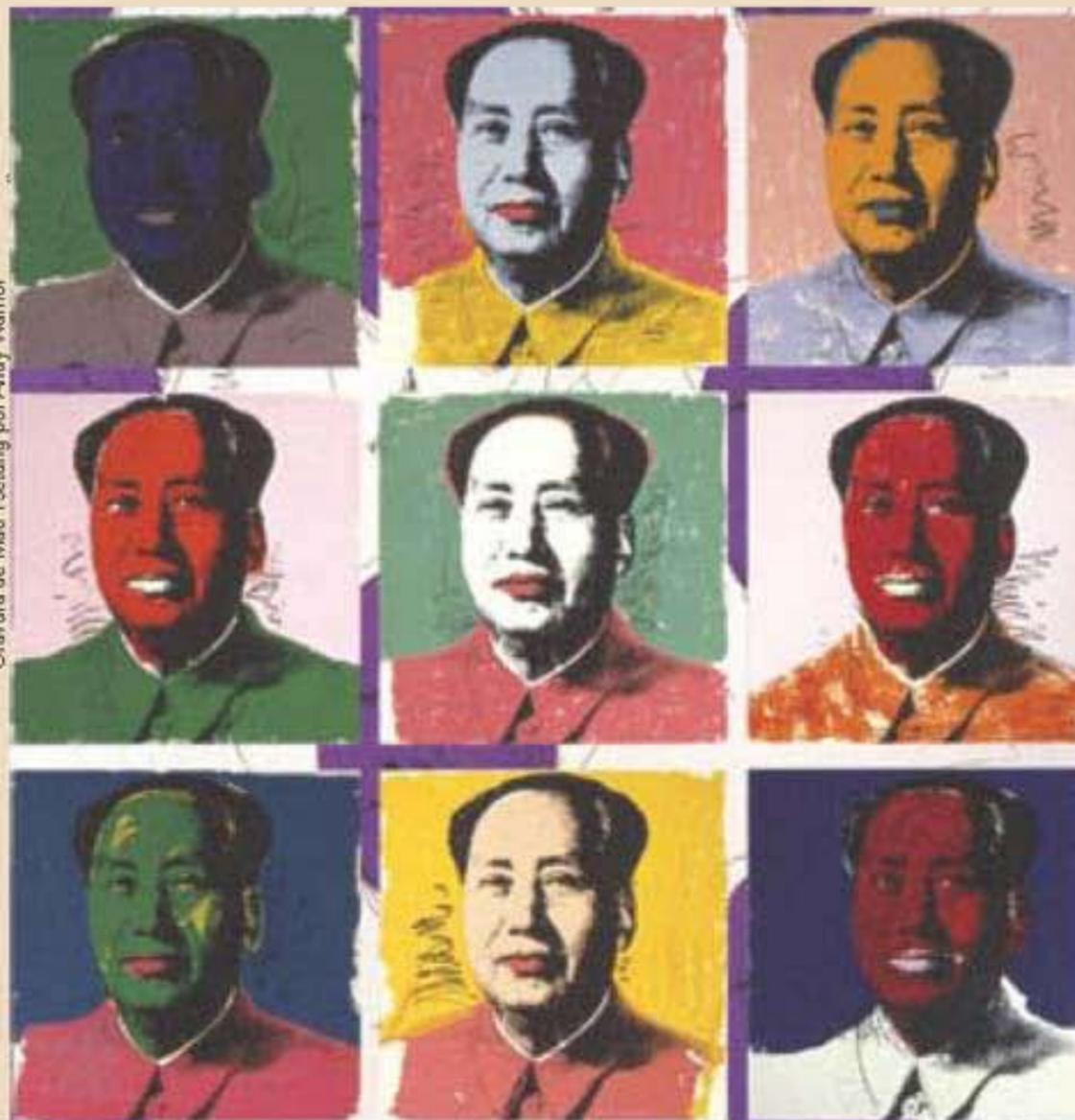
A ANP está em campo, trabalhando pelo Brasil.



10
a n o s

Ministério de
Minas e Energia





A ideia da produção industrial, marcou a Pop Art dos anos 1960. O culto à imagem fizeram de Andy Warhol ícone de sua geração

protagonismos ancestrais, como 1848 ou a Comuna de Paris, de 1871, numa das principais capitais do mundo capitalista industrializado.

Mas aqueles acontecimentos não foram somente franceses. Na época, o forte crescimento econômico do pós-guerra, na Europa e nos Estados Unidos, perdia ímpeto. Ao mesmo tempo, a nova geração – os filhos do *baby boom* do imediato pós guerra – cresceu embalada pela promessa de uma sociedade abastada, uma vida segura e um bem estar material crescente.

Promessa quebrada com a crise dos anos 1960, devido à queda nas taxas de crescimento entre 1960 e 1979 em países como EUA, França, Alemanha Ocidental, Inglaterra e Japão. No conjunto, o crescimento dos países da OCDE caiu da média anual de 5,1% em 1960-1968 para 4,7% entre 1968-1973 e 2,6% entre 1973-1979. O próprio “milagre japonês” balançava: as taxas anuais médias de crescimento caíram de 10,4% entre 1960-1968 e de 8,4% entre 1968-1973, para 3,6% entre 1973-1979. Era o fim dos “anos dourados” do pós-guerra, acumulando problemas e contradições que refletiam a acentuada queda na produtividade e na lucratividade nos países industrializados. Nos EUA, por exemplo, a taxa de lucro caiu de quase 6% em 1964 para algo em torno de 4,5% em 1970 (Harvey, 1992).

Contradições aprofundadas

A crise econômica acentuou as contradições que



Manifestação estudantil em Paris – maio de 1968

eclodiriam em maio de 1968. A luta social e sindical vinha desde o final da guerra. Nos EUA, andou de braços dados com a luta contra o racismo e a opressão da mulher. Lá, diz o historiador

Sean Purdy, durante o esforço de guerra, “muitas indústrias foram forçadas a contratar negros e reverter classificações operacionais discriminatórias”. A resistência contra o racismo era muito forte entre os trabalhadores negros e apenas em um ano (1943) houve cerca de 242 motins raciais, “provocados por tensões econômicas e sociais relativas a emprego e moradia”, em 47 cidades, entre elas Detroit, “onde 34 pessoas (25 negros e nove brancos) morreram e 700 ficaram feridas” (Karnal, 2008).

Quando a guerra terminou, a burguesia estadunidense começou a manobrar para cercar o movimento operário, cuja derrota “preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo” (Harvey, 1992). Na época a presença comunista nos sindicatos estadunidenses era forte e havia representantes do Partido Comunista dos EUA em onze dos 35 sindicatos filiados à CIO (*Congress of Industrial Organizations*). Eles foram expulsos daquela organização entre 1949 e 1950 (Herling, 1965), preparando o caminho para a fusão daquela central com a AFL (*American Federation of Labor*), em 1955.

Esta fusão pode ser vista, diz Jameson, como fundamental “para o desencadeamento da nova dinâmica política e social dos anos 60”. A expulsão dos comunistas e a fusão (“que foi um triunfo do macarthismo”) consolidaram o “novo contrato social apolítico entre os empresários e os sindicatos”, criando “uma situação em que os privilégios da força de tra-



“Primavera de Praga”, 1968. Um movimento de abertura política na Tchecoslováquia

balho masculina e branca asseguram-lhe a precedência face às demandas dos trabalhadores negros, das mulheres e de outras minorias” (Jameson, 1991).

Desta forma, as contradições sociais que vinham das décadas anteriores se aprofundaram, alimentadas pela segregação racial e pela opressão da mulher. Elas foram enfrentadas por um forte movimento grevista que desmente a tese muito difundida – principalmente por teóricos de grande evidência naqueles anos, como Herbert Marcuse – do “aburguesamento” da classe operária e sua acomodação aos valores vigentes.

O pós-guerra também foi um período de fortes mudanças na economia dos EUA, “afetando os trabalhadores em geral, mas especialmente as pessoas dos bairros pobres e negros das grandes cidades”. A indústria começou a se deslocar para lugares onde os trabalhadores eram menos organizados e a mão de obra mais barata. Primeiro, diz Purdy, “os subúrbios brancos das grandes cidades e depois para os estados anti-sindicais do Sul e eventualmente para outros países”, minando os ganhos dos trabalhadores (Karnal, 2008).

Nos EUA, a extensão da resistência dos trabalhadores pode ser medida pelas greves dos anos 1960 e 1970, com destaque para a grande greve de 200 mil trabalhadores dos correios de 1970. A luta era contra os patrões e o governo, e também contra os sindicalistas pelegos. “Movimentos ‘de base’ de mineiros e de caminhoneiros criticavam a burocracia, a corrupção e o conservadorismo dos seus líderes sindicais, conseguindo democratizar alguns aspectos do movimento sindical ligados às suas atividades profissionais” (Karnal, 2008).

Os governos John Kennedy e Lindoln Johnson, nos EUA, tentaram contornar estes problemas com um programa moderado de combate à pobreza. Mas seu

“fracasso em resolver antigos problemas sociais, como o racismo, provocaram uma explosão de diversos movimentos sociais – por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultural”. Entre 1963 e 1968 ocorreram 341 motins urbanos de negros em 265 cidades, diz Purdy. O movimento por direitos civis, diz ele, foi o “mais importante movimento social na história dos Estados Unidos”. O auge de suas mobilizações foi 1963, quando ocorreram mais de 1.412 manifestações; em uma única semana mais de 15 mil pessoas foram presas em protestos em 186 cidades (Karnal, 2008). A ligação entre a luta anti-racista e o protesto operário são simbolizados pelo assassinato de Martin Luther King, em 4 de abril de 1968: naquele dia ele estava em Memphis (Tennessee) justamente para apoiar uma greve de trabalhadores negros.

Surgiram, na época, várias organizações de protesto, que fortaleceram o movimento black power e o nacionalismo cultural afro-americano, e elas estavam ligadas à luta dos trabalhadores. Nos anos 1970, a Liga Revolucionária de Trabalhadores Negros organizou metalúrgicos negros em várias fábricas de automóveis. Uma organização como o Partido dos Panteras Negras tinha, em 1970, segundo um relatório do FBI, a simpatia de 25% da população negra (aumentando para 43% entre os menores de 21 anos). “Justamente por causa dessa popularidade ampla, a organização foi esmagada, entre 1969 e 1971, pelo FBI com muitos dos seus líderes assassinados ou presos em ações policiais” (Karnal, 2008).

Greves na Europa

Na Europa, a situação não era diferente e o movimento grevista crescia por todos os lados. Na França, foi de Decazeville (1961 e 1963), cidade industrial e

de mineração no sul do país, a Nantes, a oeste, em 1964. Em abril de 1965, os 12 mil metalúrgicos da Peugeot e da Berliet, pararam; em fevereiro de 1967, a fábrica de aviões Dassault, em Bordéus, a oeste, parou; houve paralisações, naquele ano, em toda a região de Lyon, mais para o sul. Em março e abril de 1967 foi a vez dos metalúrgicos de St. Nazaire, próximo a Nantes; em janeiro de 1968, uma greve na fábrica de caminhões Saviem, em Caen, no norte, teve confrontos com a polícia. Estes são apenas alguns exemplos da luta operária cujo auge foi a grande greve geral de maio-junho de 1968.

Outro cenário da luta operária foi a Itália. Apenas alguns exemplos: em novembro de 1968 houve paralisação de trabalhadores rurais em Ávola, Sicília, onde os dois grevistas morreram em choques com a polícia. Em abril de 1969 uma paralisação em Battipaglia iniciou o movimento grevista no norte; seu centro foi a fábrica da Fiat, em Turim, e a luta se estendeu até dezembro, incluindo a greve geral de 3 de julho, contra o aumento dos aluguéis.

Assim, em 1968, o norte industrial italiano parou em consequência de greves, barricadas e conflitos. Um deles ocorreu em Maghera, um pólo industrial que tinha então em torno de 60 mil trabalhadores, a meio caminho entre Pádua e Veneza. Ali, a greve começou em junho, com uma inovação: a reivindicação de salário igual para todos, inaceitável para os patrões e para os dirigentes sindicais. Quando os grevistas decidiram marchar sobre Veneza, houve choque com a polícia, com feridos nos dois lados; ao fim, a polícia se retirou e a multidão de 50 mil estudantes e operários marchou para a histórica cidade, onde ocuparam a Praça San Marco e dançaram até a madrugada.

Esponaneidade x liderança estruturada

Os acontecimentos de Maghera são significativos por juntar dois traços inspirados no movimento de Paris, no mês anterior – a mistura de luta e festa e as reivindicações fora do contexto tradicional das lutas operárias – com aquela que foi a característica própria do maio italiano: a união dos operários e dos estudantes.

Eles exemplificam o diagnóstico feito por Eric Hobsbawn trinta anos depois daqueles acontecimentos. Os “movimentos mais característicos de 1968”, escreveu, “idealizaram a espontaneidade e se opuseram à liderança estruturada e estratégia. Sua ideologia natural deveria haver sido o anarquismo” (Hobsbawn, 1998).

O maio de 1968 assistiu assim à reestréia da ação

direta na luta de massas, trazida pela nova esquerda e seus novos personagens da história – os estudantes, os negros, as mulheres e outras minorias oprimidas. Alguns teóricos daquele movimento – com destaque outra vez para Herbert Marcuse – chegaram a defender a tese de que estes novos personagens seriam os substitutos, dali para a frente, do proletariado como coveiros do capitalismo...

Nos EUA, um aspecto marcante das lutas dos jovens nas décadas de 1960 e 1970 foi o pacifismo. Além da denúncia contra o imperialismo, havia uma razão muito concreta: muitos jovens estadunidenses não aceitavam participar da guerra contra o Vietnã. Essa rejeição levou a um desengajamento inédito, enfraquecendo o apoio popular à guerra. Milhares de jovens rasgaram as convocações que recebiam para alistar-se. Muitos fugiam; cerca de 50 mil foram para o Canadá para escapar ao serviço militar. “Até 1968, manifestações, motins e ocupações foram comuns em faculdades por todo o país. Várias grandes manifestações feitas em Washington entre 1967-1970 inflamavam a oposição à guerra, quebrando o consenso político nacional e enfraquecendo a resolução dos governos em continuar o conflito” (Karnal, 2008). Entre 1967 e 1971, o número de desertores passou de 47 mil para 90 mil.

As condições concretas de maio de 1968

Não há roteiros pré-estabelecidos para os movimentos revolucionários: eles decorrem de certos momentos históricos e são condicionados pela situação particular em que se encontram as classes sociais, pela correlação de forças entre elas e pela compreensão mais ou menos clara que os agentes sociais e políticos têm da situação concreta, das tarefas postas ao movimento e da capacidade de enfrentá-las e superá-las.

A luta de massas da década de 1960 é um exemplo. Ela envolveu dois movimentos distintos e confluentes – a luta de classes do proletariado e também a luta de negros, mulheres e jovens pela igualdade por reivindicações “específicas”.

Por várias razões – que vão desde as articulações de governos conservadores e da direita patronal até a impotência das organizações proletárias em formular saídas próprias para a crise – a luta do proletariado não teve êxito. Na ausência de um programa proletário para romper o impasse e avançar, prevaleceram as palavras de ordem anti-autoritárias, subjetivistas e com ênfase na mudança de costumes, que foram características do movimento juvenil e das chamadas minorias.

Esta foi uma das ambigüidades daquele movimento, como o marxista estadunidense Frederic Jameson apontou. E ele vai além na caracterização daquelas ambigüidades: embora houvesse um forte traço anti-capitalista naquelas lutas, elas acabaram sendo funcionais para a nova etapa do desenvolvimento capitalista. “Os anos 1960”, escreveu ele, “freqüentemente imaginados como período em que o capital e o poder do Primeiro Mundo estão em retirada por toda parte, podem também igualmente ser encarados como período de expansão inovadora e plenamente dinâmica do capitalismo, equipado com todo um arsenal de técnicas e novos ‘meios de produção’” (Jameson, 1991).

A revolução do eu

Na década de 1960, a crise do sistema capitalista impunha a busca de novos caminhos, com mudanças profundas na organização da produção, na sociedade e na política. Eram escolhas conflitantes e a opção por uma delas dependia dos rumos que a luta de classes tomaria. E estes rumos dependiam, por sua vez, da capacidade do proletariado e de sua direção em formular um projeto de sociedade mais avançado, ultrapassando as contradições e abrindo caminho ao progresso social. Mas nem o proletariado nem sua direção pareceram, naquela conjuntura, capazes de chegar a tanto.

Foi significativo, conforme apontou Hobsbawn, a rejeição ao capitalismo não ter sido feita “em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo liberalismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda” (Hobsbawn, 1995).

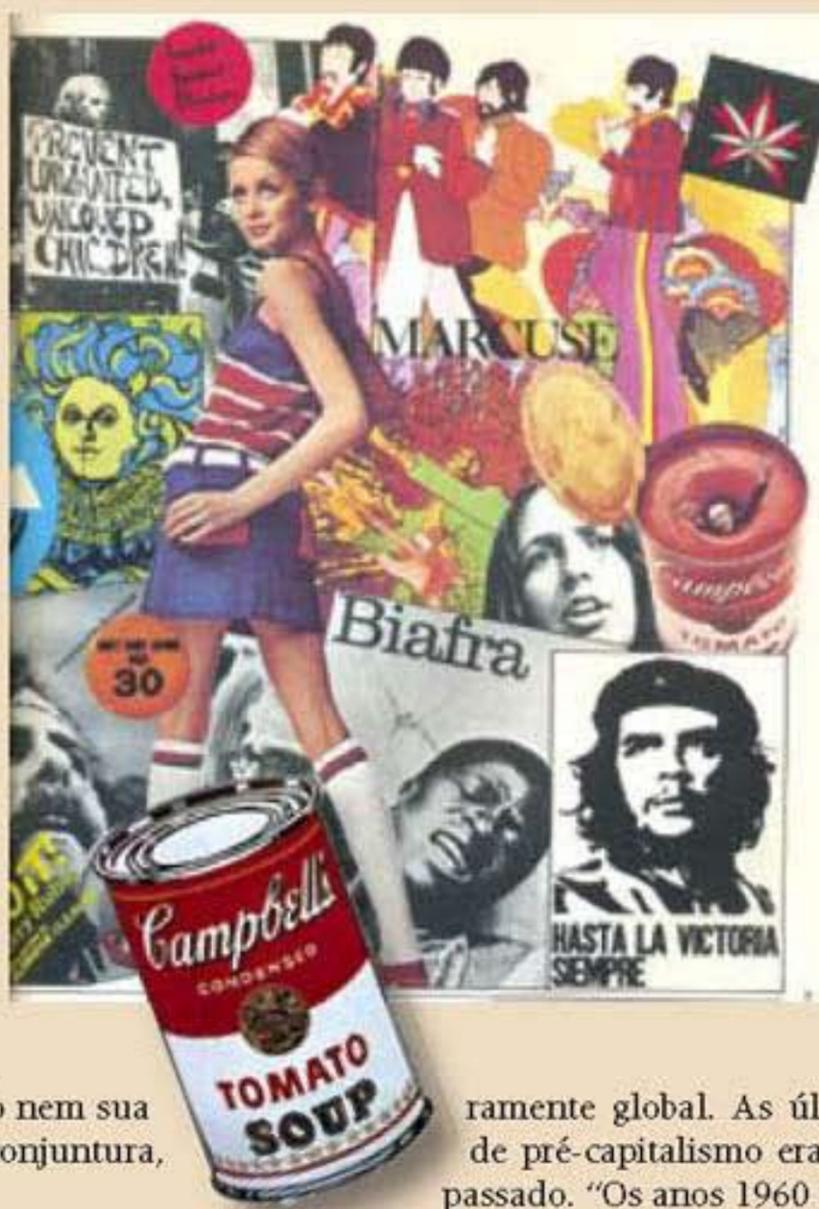
Isto é, na falta de um projeto de reorganização da sociedade, e frustrada a luta por uma superação classista das contradições do capitalismo – cujo horizonte fosse a transição para uma nova sociedade – prevaleceu a revolução do eu, prenúncio do liberalismo que viria nas décadas seguintes. “Assumia-se tacitamente agora”, prossegue Hobsbawn, “que o mundo consistia em vários bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos – não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham” (Hobsbawn, 1995).

A nova fase do desenvolvimento capitalista impunha o consumo de massas, e esta era a via para a satisfação daqueles desejos. A velha ética do trabalho baseada na produção, num padrão de consumo austero e na economia para o futuro, ficava para trás. Em seu lugar, abria-se um período hedonista, de busca do prazer e da satisfação de impulsos individuais, com ênfase no consumo – isto é, de subordinação ao desejo – centrado no indivíduo e suas ansiedades.

Além disso, o capitalismo tornava-se, pela primeira vez, verdadei-

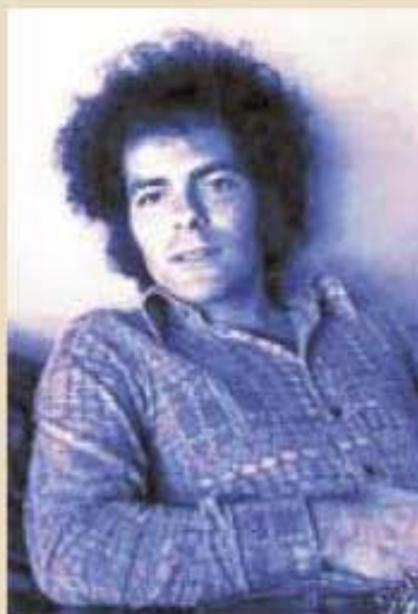
ramente global. As últimas zonas remanescentes de pré-capitalismo eram, cada vez mais, coisa do passado. “Os anos 1960 terão sido então o momento do período de transformação em que essa reestruturação sistêmica se fez em escala global” (Jameson, 1991).

Thomas Frank, um analista estadunidense, chama a atenção para o aspecto mercadológico da mudança. Para ele, a crise cultural e social dos anos 1960 significou um ajuste: agora, o capitalismo estava baseado no consumo e na diferença do acesso aos bens de consumo. As classes se consolidaram, diz ele, e isso impunha, para aqueles de renda mais alta, a necessidade de inventar novas diferenças para diferenciar-se da massa, levando à busca de novos padrões de identidade e à rejeição do convencional (na moda, no comportamento, no estilo de vida). Tudo como mar-



ca de distinção em relação aos demais, em relação à massa. Daí para a ênfase no desejo era um passo.

“A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos”, escreveu Hobsbawn. Um exemplo da nova situação foi a explosão do consumo dos jovens, ilustrada pelo crescimento na venda de discos ou nas mudanças no mundo da moda. Nos EUA, vendiam-se 277 milhões de discos em 1955, quando surgiu o rock. Em 1959, passou para 600 milhões; em 1973, alcançou a marca de 2 bilhões – sete vezes mais. Na França, 1965 foi o ano em que a indústria de roupas femininas produziu mais calças do que saias (Hobsbawn, 1995).



Ativista da nova esquerda nos anos 1960, Jerry Rubin tornou-se, na década de 1980, um capitalista de sucesso e teórico dos yuppies

pitalista de sucesso, investidor da *Apple Computers* e teórico dos yuppies individualistas dos anos 1980; agora, ele defendia que “a criação de riquezas é a verdadeira revolução americana”.

A trajetória dos hippies da década de 1960 foi dar nos yuppies de vinte anos mais tarde – e o traço de união entre as duas figuras foi o individualismo do cada um na sua.

A crise do capitalismo atravessou os anos 70 e a saída para ela foi conservadora, e não revolucionária; burguesa, e não proletária. Ela concretizou-se uma década após o maio de 68, com as campanhas vitoriosas do republicano Richard Nixon para a presidência da República nos EUA em 1968 e 1972 e sua promessa de restaurar a lei e a ordem. Mais adiante, no final da década de 1970, a direita se consolidou com um “projeto feroz para ‘restabelecer a autoridade social’” (Karnal, 2008). O sonho libertário de 1968 traduziu-se então no pesadelo anunciado pela ascensão ao poder de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos EUA. E deixou a impressão amarga de que todo aquele vigoroso movimento foi parte do ensaio geral da globalização e do neoliberalismo.

Ensaio geral para o neoliberalismo

A trajetória de Jerry Rubin é emblemática dos rumos seguidos após os anos 1960. Ativista da nova esquerda, ex-líder estudantil da *Students for a Democratic Society* (SDS), o principal movimento estudantil nos EUA na época, foi fundador do *Youth International Party* (Partido Internacional da Juventude), dos yuppies, envolvendo rock, drogas e esquerdismo. Naquela ocasião, informa a Wikipedia, declarou que os “yuppies são os verdadeiros revolucionários da Era de Aquário”.

Menos de duas décadas depois, Rubin era um ca-

José C. Ruy é jornalista membro da Comissão Editorial de Princípios e editor do jornal “A Classe Operária”

Referências

Analyses et documents

1973 – *As greves selvagens na Europa Ocidental* (tradução portuguesa de Analyses et documents, nº 182-183, março de 1970). Porto, Afrontamento. Ferry, Luc, e Ranaut, Alain

1988 – *Pensamento 68* – ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo, Ensaio Frank, Thomas

1998 – *The conquest of cool*. Chicago, University of Chicago Press Harvey, David

1992. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola

Herling, John

1965 – *História dos Sindicatos nos EEUU*. Rio de Janeiro, Lidador

Hobsbawn, Eric

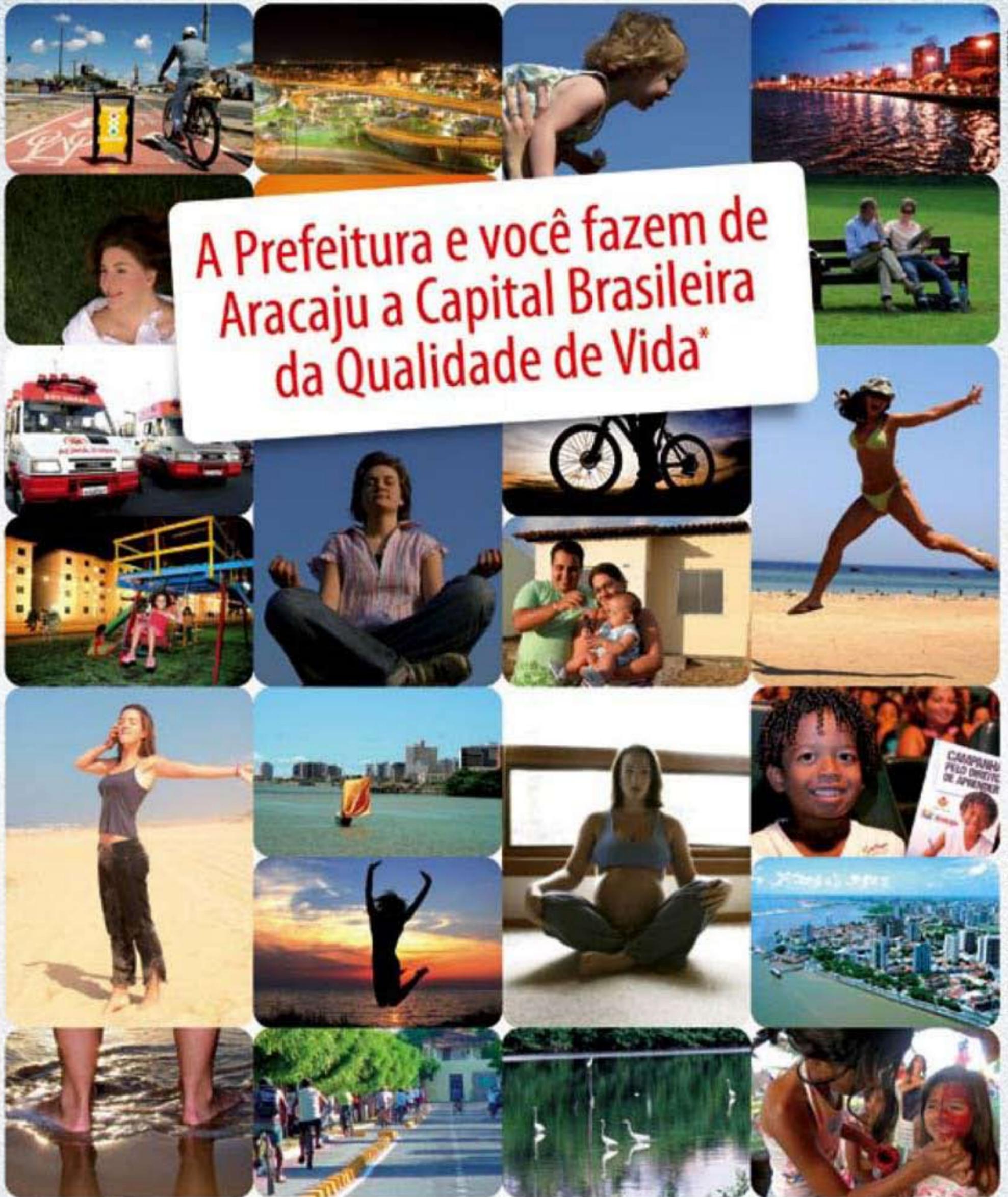
1995 – *Era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras

1998 – “O ano em que os profetas falharam”. Folha de S. Paulo (Mais!), 10.5.1998

2003 – “Maio de 1968”. In *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra Jameson, Frederic

1991 – “Periodizando os anos 60”. In *Pós-Modernismo e política*. Heloisa Buarque de Hollanda (org). Rio de Janeiro, Rocco Purdy, Sean

2008 – “O século americano”. In Leandro Karnal e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto. http://en.wikipedia.org/wiki/Jerry_Rubi



A Prefeitura e você fazem de Aracaju a Capital Brasileira da Qualidade de Vida*

Aracaju avança como nunca antes em sua história. Lado a lado com o cidadão, a Prefeitura transforma a cidade com obras estruturantes e serviços que melhoram a vida do aracajuano. Além disso, investimentos na saúde e na educação garantem dignidade e cidadania a todos. É por isso que hoje Aracaju é a capital mais saudável do país, de acordo com pesquisa do Ministério da Saúde divulgada pelo Globo Repórter. É a Prefeitura transformando Aracaju na capital brasileira da qualidade de vida. Parabéns, cidade. Prefeitura de Aracaju. Cidade de Todos.



*De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde.

1968

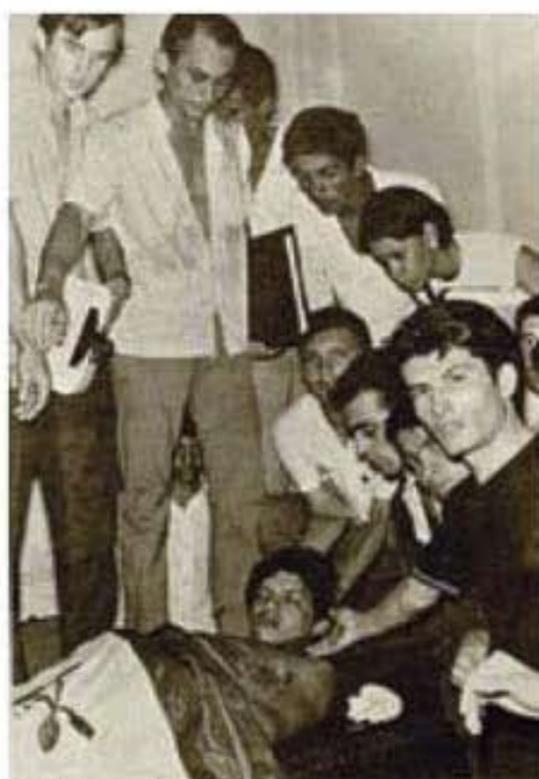
As camadas médias e a crise do regime militar



Passeata dos Cem Mil, a maior ocorrência contra a ditadura até março de 1968

AUGUSTO BUONICORE

As camadas médias, que apoiaram o golpe militar no Brasil, tiveram, logo nos primeiros anos da ditadura, suas expectativas frustradas. Foram justamente os estudantes que anunciaram esta decepção



Estudantes velam o corpo de Edson Luis, março de 1968

O ano de 1968 foi um ano emblemático. Nele aflorou uma série de contradições que se encontravam latentes na sociedade brasileira. Mais do que aflorar, diríamos, muitas delas explodiram. Este artigo procurará ajudar no desvendamento das origens da crise política que atravessou a ditadura militar naquele memorável ano. E isso não é possível sem nos determos no complexo problema da luta de classes, entendida não como simples expressão da polarização entre proletários e burgueses.

Nas formações sociais e conjunturas concretas se articulam, de maneira dinâmica, classes, frações de classes e categorias sociais. O desenvolvimento dessas múltiplas contradições, antagônicas ou não – e que tem por base interesses históricos e/ou imediatos concretos – é que explica e dá sentido aos confrontos que ocorrem na chamada cena política. Este artigo procurará focar particularmente as mudanças ocorridas nas camadas médias urbanas e os seus reflexos no campo da luta social e política após o golpe militar.



O golpe militar e as camadas médias

No início de 1964 formou-se uma aliança de todos os setores das classes dominantes contra o governo João Goulart. O movimento oposicionista, dirigido pela grande burguesia, conseguiu galvanizar amplos setores das camadas médias urbanas. Estas últimas é que deram a base social que faltava ao golpe de Estado, lotando as ruas das grandes cidades brasileiras nas chamadas “marchas da família, com Deus, pela liberdade”.

Aqui defino as camadas médias como um amálgama de diversas classes e categorias sociais. Composta de pequeno-burgueses, profissionais liberais e assalariados médios (trabalhadores assalariados não-manuais de status social acima dos operários).

Às vésperas do golpe, elas estavam temerosas com a ascensão do movimento operário e popular que, através da luta corporativa e da pressão política, foi arrancando do governo e dos patrões o aumento gradual de direitos sociais e salários – minimizando assim o efeito da inflação que crescia rapidamente. As camadas médias, por sua vez, não tinham condições de recompor no mesmo ritmo o seu padrão de vida e culpavam os operários por esta situação. O fantasma da proletarização passava a atormentá-las. Esse medo foi habilmente utilizado pelas classes economicamente dominantes: a grande burguesia e o latifúndio.

No entanto, se existe consenso quanto ao apoio dessas camadas ao golpe militar, contraditoriamente,

o mesmo não acontece em relação a um dos seus setores historicamente mais dinâmicos: os estudantes universitários. Fica a pergunta: qual teria sido o papel desempenhado por esta categoria social, composta majoritariamente por pessoas pertencentes às camadas médias? Para responder a esta pergunta utilizarei, livremente, a análise pioneira do professor Décio Saes.

No início da década de 1960, apenas 0,5% da população brasileira cursava a universidade. A quase totalidade desses estudantes provinha da burguesia ou das camadas médias da sociedade. Como não poderia deixar de ser, eles também foram impactados pela opção conservadora (e golpista) feita pelas classes aos quais pertenciam.

Não se pode confundir a propensão político-ideológica de uma categoria social, como a estudantil, com a de sua direção. Muitas vezes ocorre o que alguns autores marxistas chamam de “crise de representação”. Isso aconteceu no movimento estudantil entre 1963 e 1964. Neste período as entidades dirigidas pela esquerda socialista e nacionalista foram para a esquerda e a massa estudantil não a acompanhou deslocando-se para o centro e mesmo para a direita.

Esse fenômeno explica a dificuldade de mobilização sentida pelas entidades estudantis mais comprometidas como o projeto democrático e popular, especialmente a UNE, e, mesmo os resultados das eleições para importantes – e tradicionais – entida-



O Golpe de militar mudou profundamente a política brasileira, de uma democracia para uma ditadura militar. Nesta foto de outubro de 1964 Castelo Branco posa ao lado de Mascarenhas de Moraes e Charles De Gaulle.

À direita: Estudantes presos no Congresso de Ibiúna

des acadêmicas. A esquerda universitária, em curto espaço de tempo, perdeu as eleições em várias UEEs importantes. A maior derrota ocorreu na União Metropolitana dos Estudantes (UME) da Guanabara. Vários líderes estudantis em 1968 haviam sido simpáticos ao golpe militar.

Em pouco tempo, a ditadura decepcionaria muitos de seus apoiadores, especialmente entre as camadas médias. Os estudantes, por sua situação particular, seriam os primeiros a anunciar esta ruptura de expectativa.

As camadas médias rompem com o regime

Num primeiro momento existiu uma preocupação dos golpistas em dar uma aparência “liberal-democrática” ao novo regime. As grandes manifestações que antecederam – e sucederam – ao golpe militar tinham como eixo a defesa da Constituição de 1946 e das liberdades ameaçadas pelo avanço do comunismo. Isso, em parte, explica por que o parlamento não foi fechado e mesmo os partidos políticos tradicionais puderam funcionar até 1965.

Mas, o golpe militar não representou apenas uma mudança de governo ou mesmo, como desejavam alguns, um interregno passageiro entre um governo populista – contaminado pelo comunismo – e um governo democrático-liberal expurgado dos vícios anteriores. O golpe trouxe uma mudança em profundidade no regime político brasileiro – de uma democracia burguesa (ainda restrita) para uma ditadura militar. A Intentona de 1964 também representou uma alteração de classes no próprio bloco no poder.

No período imediatamente após o golpe, as forças sociais nacional-industrialistas foram deslocadas do centro do poder político e ocorreu um fortalecimento das frações burguesas antiindustrialistas, ligadas mais diretamente ao imperialismo norte-americano. Liberais ortodoxos, como Otávio de Bulhões e Roberto Campos, assumiram os ministérios da fazenda e do planejamento. Entre as primeiras medidas estavam: a revogação da lei de controle de remessa de lucros e a aplicação de uma política econômica antiinflacionária de caráter abertamente monetarista – assentada em compressão salarial, cortes nos gastos públicos, en-

xugamento de créditos, aumento de impostos etc.

Essas medidas ortodoxas agravaram sobremaneira o quadro recessivo do país. Cerca de cinco mil empresas fecharam suas portas, somente no estado de São Paulo. Entre 1964 e 1967, o Brasil viveu um momento de estagnação econômica, crescendo apenas 1,4% ao ano. Até mesmo a burguesia industrial paulista, ativa participante do complô anti-

Jango, protestou. A grita empresarial foi geral. Apenas os grandes monopólios pareciam contentes com a nova política econômica da ditadura.

O descontentamento no campo econômico tendia, naturalmente, a transbordar para a esfera da política. O monopólio dos militares sobre o poder de Estado – que sistematicamente excluía os interesses das camadas médias, inclusive da média burguesia industrial e comercial – passava a causar

mal-estar em amplos setores da população, que perdia a capacidade de intervir nos rumos da economia e da política. Vencido o comunismo e diante da ditadura dos monopólios, renovam-se nas camadas médias urbanas as antigas propensões liberal-democráticas, ainda que com fortes marcas oligárquicas.

O projeto político da cúpula militar ia muito além da simples rejeição ao chamado populismo. Ela desconfiava da própria democracia liberal e de seus políticos profissionais. Acreditava que eles não seriam capazes de deter o avanço da demagogia trabalhista e do comunista. Isso explica o seu desprezo pelo parlamento e pelos políticos em geral, inclusive aos que apoiaram o golpe militar. Era preciso destruir o mal pela raiz. Neste caso, a raiz era a própria democracia política, ainda que burguesa.

A política monetarista trouxe crescente desprestígio ao regime, que acabou sentindo o golpe na eleição para os governos estaduais, ocorrida no final de 1965. A oposição, encabeçada pelo PSD, venceu em dois importantes estados, Minas Gerais e Guanabara. Logo após, prevenindo-se contra novas surpresas, o governo editou o AI-2. Este estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República, governos de estado, capitais e áreas de segurança nacional. Também foram extintos todos os partidos políticos, inclusive a UDN, e estabelecido o bi-partidarismo.

Estas medidas não estavam nos planos iniciais das camadas médias liberais que viam seu poder de inter-

O regime pretendia transplantar para as entidades estudantis o mesmo modelo da estrutura sindical implantada por Vargas na década de 1930. Elas perderiam sua liberdade e estariam sujeitas ao controle do ministério da educação



O Jornal O Estado de São Paulo de dezembro de 1968 anuncia o Ato Institucional n. 5

venção política ser reduzido ainda mais. O seu principal porta-voz, Carlos Lacerda, foi o primeiro a protestar e o fez de maneira bastante dura. Os sucessivos atos promulgados pelo governo militar haviam lhe fechado as portas para a candidatura à presidência.

O monopólio militar do poder representou a exclusão política das camadas médias. Sentindo-se traídas quanto aos rumos da economia e em relação às promessas democráticas de Castelo Branco, elas se afastaram do regime que haviam ajudado a implantar. As organizações corporativas típicas das camadas médias, como a de advogados, jornalistas, professores e engenheiros, engrossaram o coro em defesa da democracia. Pelo contrário, a grande burguesia monopolista parecia, finalmente, ter encontrado, na ditadura militar, sua República ideal.

Ao ajudar a derrubar o populismo as camadas médias viram-se isoladas diante da grande burguesia monopolista, aliada ao capital estrangeiro. Repetia-se no país um fenômeno muito comum nas contra-revoluções. Ao destruir a esquerda, o centro vê-se à mercê da direita. Em outras palavras, ao derrotar o proletariado, as camadas médias urbanas se vêem esmagadas pela grande burguesia.

O movimento estudantil retoma a cena

Uma das principais lutas travadas pelos estudantes pós-golpe foi contra a lei Suplicy de Lacerda que atrelava suas entidades ao Estado ditatorial. O regime pretendia transplantar para as entidades estudantis o

mesmo modelo da estrutura sindical implantada por Vargas na década de 1930. Elas perderiam sua liberdade e estariam sujeitas ao controle do ministério da educação.

No plebiscito organizado pelo movimento estudantil, a maioria absoluta repudiou a lei. Nesta luta participaram, lado a lado, os liberais, que ainda detinham maioria em várias entidades, e a esquerda. O resultado era um sinal de que maioria dos estudantes já tinha rompido com o governo militar e ingressava na luta pela democratização do país e da universidade.

No segundo semestre de 1966 o movimento estudantil fez sua reaparição pública e tomou as ruas das principais cidades. Diante da ameaça de realização do congresso da UNE, a polícia ocupou o centro de Belo Horizonte. Isso não impediu que os delegados se reunissem secretamente num convento. Dias depois o congresso da UEE de São Paulo foi dissolvido e 178 estudantes presos. Em resposta às sucessivas agressões policiais foi decretada, no mês de setembro, uma jornada nacional de luta contra a ditadura, que ficaria conhecida como “setembrada”.

A esquerda começou rapidamente a recuperar a influência política junto à juventude universitária, que se radicalizava, e a ganhar a direção de várias entidades, inclusive a UME da Guanabara. Os liberais viram reduzir sua ascendência sobre os estudantes.

Em meio à retomada do movimento estudantil surgiu a Frente Ampla. Ela era, fundamentalmente, uma articulação entre três renomados políticos brasileiros: Lacerda, Juscelino e Jango. A união dessas personalidades tão contrastantes era algo inimaginável antes da eclosão da primeira crise política da ditadura. A Frente Ampla foi uma válvula de escape para a camisa-de-força do bipartidarismo. A própria



19 de março de 1964 – Em SP palanque com a Marcha da Família com Deus

imprensa liberal-conservadora, como o jornal *O Estado de São Paulo*, passou a aumentar o tom da crítica ao autoritarismo.

O governo do general Costa e Silva, empossado em março de 1967, acenava com a democratização e o diálogo com a oposição. Mas, a crise econômica e a divisão no interior do governo e das classes dominantes criariam as condições para a emergência dos setores populares na conjuntura de 1968.

A oposição estudantil foi a primeira a se aproveitar das brechas abertas no regime. Ela começou o ano timidamente travando uma luta contra os chamados excedentes. A demanda pelo acesso às universidades públicas havia crescido mais rapidamente do que as vagas oferecidas, levando um número cada vez maior de jovens a não poder ingressar no ensino superior. Lutava também contra a cobrança de taxas nas universidades. Este havia sido um meio encontrado pelo regime militar para compensar a redução das dotações orçamentárias e abrir caminho para implantação do ensino pago. Ao longo dos meses as lutas universitárias foram se canalizando para a bandeira de mais verba para a educação e liberdade nas escolas.

A crise da universidade pública era um reflexo da exclusão das camadas médias, que pagava pela política econômica liberal ortodoxa assentada no enxugamento do Estado e na privatização. Os estratos inferiores das camadas médias foram os primeiros a sentir o efeito da falta de verbas e da não ampliação de vagas. Eles viam o ensino universitário – sua principal via de ascensão social – lhes ser vedado.

O clima era explosivo quando um acontecimento trágico faria o paiol ir pelos ares. Em 28 de março uma manifestação estudantil, que pleiteava a melhoria na alimentação no restaurante Calabouço, foi reprimida à bala. O saldo do confronto foi um estudante morto e vários feridos. Estava dada a largada para o que seria o maior movimento de contestação popular desde o golpe militar. O ano de 1968 estava apenas começando.

O cortejo fúnebre de Edson Luís contou com a participação de cerca de 50 mil pessoas. A missa de sétimo dia foi marcada pela violência das forças policiais, que perseguiram e agrediram os participantes que saíam pacificamente da igreja da Candelária. A alta hierarquia católica, que apoiara o golpe,

começava a mudar sua posição e se colocava mais abertamente no campo da oposição ao regime.

A repressão desmedida ao movimento estudantil provocou cisão nas próprias fileiras golpistas. O general Mourão Filho – presidente do Superior Tribunal Militar e o principal expoente do golpe de 1964 – declarou: “É incrível que a polícia atire contra estudantes, em uma democracia. Estou indignado, fora de mim, com tais acontecimentos (...), quando se permite que policiais atirem contra estudantes, não podemos ficar tranquilos em casa”. Lacerda, rompido com o regime, elevou o tom de suas críticas. “É inaceitável que o Exército trate os estudantes como

A crise econômica e a divisão no interior do governo e das classes dominantes criariam as condições para a emergência dos setores populares na conjuntura de 1968

uma horda de inimigos”. Continuou, “o Brasil está ultrajado pela orgia da violência (...) É tempo de fazer a revolução pela qual a mocidade anseia, a revolução pela educação e o voto”.

A Frente Ampla – rechaçada pelos estudantes no enterro de Edson Luís – pagaria a conta pelos acontecimentos daqueles dias. Ainda em abril o governo proibiu sua existência

e estabeleceu a prisão de quem, estando banido ou cassado, fizesse qualquer pronunciamento político. A imprensa foi proibida de tratar do tema. Este era o diálogo de Costa e Silva.

No início de abril os estudantes retornaram às salas-de-aula e se voltaram para as lutas específicas. O abandono das ruas seria temporário. Em 20 de junho mais de 500 estudantes cariocas foram presos após uma assembléia e conduzidos presos para o campo do Botafogo, onde foram agredidos e seviciados. As fotos das agressões, fartamente divulgadas pela imprensa, indignaram a “opinião pública”.

No dia seguinte uma manifestação de protesto se transformou num grande conflito de rua. Ocorreram enfrentamentos sangrentos entre o povo e as forças de repressão. A batalha campal se estendeu por horas a fio. Centenas de pessoas foram feridas e quatro morreram, inclusive um policial. Era a chamada “sexta feira sangrenta”. Neste dia os estudantes não lutavam sozinhos. A eles se uniram bancários, comerciários, trabalhadores de escritório etc. Aquele foi mais que um simples protesto, foi uma verdadeira rebelião urbana.

A resposta das personalidades e organizações das camadas médias e populares veio em 26 de junho através de uma passeata com mais de 100 mil pessoas. A maior já ocorrida até então contra a ditadura



Nem toda a mídia é marrom. Visite

www.vermelho.org.br

militar. Estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e assalariados urbanos em geral tomaram as ruas da Guanabara. Como afirmou Décio Saes, o movimento estudantil – em certa medida – cumpriu naquela conjuntura o papel que o tenentismo havia assumido na década de 1920: vanguarda política das camadas médias urbanas.

O golpe no golpe

No segundo semestre a maré contestatória começou a refluir. Em setembro a polícia invadiu a UnB e agrediu indiscriminadamente estudantes, professores e até parlamentares. Isso teve impacto imediato no Congresso Nacional. Setenta deputados da Arena protestaram contra a repressão. No mês seguinte o congresso clandestino da UNE, realizado em Ibiúna, foi descoberto e todos os delegados presos. Isto representou um duro golpe para o movimento estudantil que, numa só tacada, perdeu suas principais lideranças. Ainda ocorreram protestos por todo o país, mas 1968 estava chegando ao fim.

O ritmo da vanguarda não é sempre o mesmo da massa da classe que ela deveria representar. Muitas vezes ocorre uma crise de representação. No primeiro semestre de 1968 houve uma adequação entre os interesses da vanguarda estudantil e a massa por ela representada. Isso não havia ocorrido nas vésperas do golpe. Podemos dizer que uma nova inadequação começava a ser sentida já no final de 1968. A vanguarda foi muito mais à esquerda que o conjunto da categoria estudantil – com muitos de seus líderes optando pela luta armada.

O pretexto para o recrudescimento do regime foi dado por um acontecimento aparentemente sem importância, ocorrido no Câmara dos Deputados. Num de seus discursos, Márcio Moreira Alves defendeu o boicote às comemorações de Sete de Setembro e uma “greve de sexo” das namoradas dos cadetes e oficiais em protesto contra as agressões que vinham se dando contra os estudantes.

O discurso não teve a menor repercussão na imprensa. No entanto, os militares, insuflados pela li-

nha dura, exigiram do governo que fossem tomadas providências enérgicas contra o deputado. Costa e Silva solicitou ao Congresso licença para poder processá-lo. O descontentamento dentro dos partidos políticos pode ser medido pelo resultado da votação do pedido. Em 12 de dezembro ele foi derrotado por 216 votos contra 141. Parte importante da Arena ajudou a derrotar o governo que deveria defender.

Não só o poder legislativo havia imposto uma derrota ao regime. Um dia antes o Supremo Tribunal Federal ordenou a libertação de 81 estudantes, inclusive as principais lideranças. Poucos, por manobras do regime, continuariam presos. Até mesmo no STM podiam se ouvir vozes discordantes.

O futuro da ditadura e do seu projeto sócio-econômico parecia estar em jogo. Em 13 de dezembro foi decretado o Ato Institucional número 5. Nos dias seguintes, trinta e sete deputados da Arena perderam seus mandatos. Lacerda foi cassado e passou alguns dias na prisão assim como de milhares de brasileiros. A ditadura entrava numa nova etapa.

Iniciou-se um dos períodos mais sombrios da história brasileira. Todos os caminhos para a contestação legal ao regime estavam fechados. Até a oposição liberal-conservadora foi atingida pelas novas medidas repressivas. Neste quadro político difícil reforçavam-se as teses que propunham a luta armada, como única alternativa para derrotar a ditadura.

Em 1968 o regime militar conheceu a sua primeira grande crise política. Mas, ele conseguiu, inicialmente através da violência do Estado, se equilibrar e, em seguida, graças ao desenvolvimento econômico – ainda que excludente e assentado nos grandes monopólios privados e estatais – neutralizar, provisoriamente, vários setores das camadas médias. Entrávamos a partir de 1969 na chamada era do “milagre econômico”. Levaria alguns anos para que o movimento social se recuperasse de sua derrota e pudesse retomar as ruas.

Augusto Buonicore é historiador e membro da Comissão Editorial da Princípios

Bibliografia

- Boito, Armando. *Estado, Política e Classes Sociais*, Ed. Unesp 2007.
Martins Filho, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*, Papyrus, 1987, SP.
Poerner, Artur J. *O poder jovem*, Civilização brasileira, 1979.
Reis Filho, Daniel Aarão e Moraes, Pedro de. *68: a paixão de uma utopia*, Ed. FGV, 1988.
Saes, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, T.A. Queiroz, SP, 1985.
Sanfelice, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*, Autores Associados, 1986.
Sirkis, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, Global, 1992.
Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Paz e Terra, SP/RJ, 1994.
Ventura, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*, Nova Fronteira, 1988.

13 de Maio

uma história mal contada

BERNARDO JOFFILY

Desenho de Jean Baptiste Debret

Carneiro de Gaspar – óleo sobre tela, séc XIX – Museu Imperial, Petrópolis



Ferramentas e instrumentos de repressão de escravos

Cento e vinte anos depois, o 13 de Maio de 1888 ainda causa celeuma. Perde terreno a versão da historiografia oficial, da princesa que presenteia os pobres cativos com a Lei Áurea. Mas boa parte do movimento negro e da intelectualidade, ao rechaçá-la como um presente, rejeita também o maior acontecimento das lutas do movimento negro no Brasil: a Campanha Abolicionista de 1879-1888

Princesa Isabel



Paulo Harro-Harring, 1840



A cadência do passo dos carregadores de café prefigura a marcha-rancho do Carnaval carioca

É certo que a Campanha Abolicionista não foi obra exclusivamente dos trabalhadores escravizados, ou destes e dos negros libertos. Uniu estes a movimentos de trabalhadores livres, desde os jangadeiros cearenses até o jovem proletariado paulista; a estudantes, intelectuais e outras camadas esclarecidas das camadas médias; por fim, como acontece inevitavelmente em casos assim, cindiu as classes dominantes, atraindo ou neutralizando parte dela. Isto não é um defeito, mas um dos seus maiores méritos.

Pioneira das campanhas nacionais de massas

Foi a primeira vez em que o povo brasileiro funcionou como um povo capaz de produzir um movimento político-social articulado em todo o país, com uma infinidade de formas de luta – desde recitais de poesia até ações armadas e revoltas coletivas nas senzalas – visando a um objetivo comum. Os movimentos avançados anteriores foram fragmentados, com âmbito regional, e esta foi uma das causas de sua derrota.

Mais: a Campanha Abolicionista é a mãe de toda uma prole de campanhas nacionais de massas. Descendem dela, entre outras, a Aliança Liberal que desembocou na Revolução de 30, a Aliança Nacional-Libertadora de 1935, o movimento pelo envio da FEB para combater o nazismo, a Campanha do Petróleo é Nosso! nos anos 1940-50, a Campanha das Reformas de Base sob o governo Goulart (1961-1964), a Campanha da Anistia nos anos 1970, a Campanha das Diretas Já!, que assinou a sentença de morte da ditadura em 1984, ou a do Fora Collor, que levou ao impeachment de 1992.

Alguém com uma suficiente dose de parcialidade sectária sempre poderá encaixar cada uma delas na bitola de “farsas da elite” – e há quem o faça. No entanto, em um país que nunca viveu uma revolução social vitoriosa, elas é que marcaram alguns dos pontos altos da presença do povo na cena político-social, e algumas das suas maiores vitórias.

A criação das condições da Abolição

Passemos, porém, à análise concreta dos fatos da década de 1880. Neles reside, afinal, a chave para se chegar à real história do 13 de Maio.

O Brasil vivia, desde o fim do tráfico negreiro em 1850, a fase caracterizada por Clóvis Moura (*Dialética Radical do Brasil Negro*) como “escravismo tardio”. A população escravizada passara de 2,5 milhões em 1850 para 1,5 milhão no censo de 1872, concentrada nas três províncias negreiras cafeicultoras (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que em 1842 representavam 54% do total). A área dinâmica da expansão cafeeira, o Oeste Novo de São Paulo, já empregava o colonato e outras relações de trabalho não escravista. Em 1887 os escravos eram 723 mil. Sua taxa de mortalidade era o triplo da dos brancos e a de natalidade, inferior: o escravismo colonial, que teve no “sistema brasileiro” o seu maior e mais típico exemplo, “gastava” (matava de trabalhar) um ser humano em dez a 15 anos; caso único, era um sistema de relações de trabalho que não permitia sequer a reprodução da sua classe trabalhadora; sem o tráfico, não tinha como repô-la.

No plano externo, o império britânico – depois de dominar o tráfico humano no século XVIII, fazendo dele uma lucrativa fonte de acumulação primitiva de

capital – abolira o tráfico em 1807 e passara a pressionar pelo fim do trabalho escravo, por interesse na expansão de seu comércio, e embora a inglesa Saint John d'El Rey Mining Company mantivesse 1.690 trabalhadores escravizados em sua mina de ouro de Morro Velho, Minas Gerais. A derrota do Sul escravocrata na guerra civil estadunidense em 1865 vibrara um duro golpe no sistema. Com a abolição da escravatura em Porto Rico (1873) e Cuba (1886), o Brasil se tornaria o único país escravocrata do Ocidente.

Estavam dadas, portanto, as condições históricas para o fim do escravismo. Porém há uma grande distância entre criação das condições e sua efetivação. Os senhores de escravos, uma gorda fatia das classes dominantes do império, resistiam tenazmente.

O “Ventre Livre”, saída dos escravocratas

Em 1866 o imperador Pedro II recebeu um apelo da Junta Francesa de Emancipação, assinado por intelectuais da elite, para que pusesse fim à escravidão. Lisonjeado, mandou o ministro dos Estrangeiros responder que a abolição, “consequência necessária da abolição do tráfico, é uma questão de forma e oportunidade”. Datam do mesmo ano as primeiras cartas de alforria concedidas pelo paço imperial, a cativos que se alistam para a guerra do Paraguai. Na Fala do Trono seguinte o imperador toca, elipticamente, no “elemento servil”, sugerindo que, “respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação”. Dom Pedro II tem então 41 anos de idade e 25 de trono.

O tema do “elemento servil” só retorna em 1870 com a volta das tropas do Paraguai, influenciadas pelas idéias abolicionistas. O conservador visconde de Rio Branco, presidente do Conselho de ministros, que em 1867 o achava “inoportuno” e “perigoso”, em 1871 encaminha a chamada Lei do Ventre Livre, que alforria os filhos de escravos, mas os deixa sob a “tutela” dos seus senhores até os 21 anos.

Ainda assim 35 deputados e quatro senadores votaram contra a Lei do Ventre Livre. O gabinete de Rio Branco foi acusado de “governo comunista, governo de morticínio e de roubo”. Ao proferir seu

voto, Sousa Carneiro opinou que o projeto não passava de “pretexto para a agitação, revolução e subversão social, aproveitado por anarquistas e gritadores das ruas”, favorecendo “passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas”, oriundas de certa “associação comunista” (na verdade a Confederação Abolicionista).

Apesar desses protestos, em 1871 parecia que a “questão servil” seria “resolvida” no Brasil do modo mais favorável aos escravocratas: a conta-gotas. Os nascidos depois da lei iriam se emancipando da “tutela”, a partir de agosto de 1891; e lá por meados do século XX a natureza se encarregaria de acabar com o último preto velho nascido antes do ventre livre e, portanto, escravizado (A mesma lei criou um “fundo estatal de emancipação”, mas este em 12 anos alforriou apenas 11 mil cativos, 0,7% do total). O imperador regozijava-se. A Inglaterra aplaudia.

A Campanha espatifou esse plano

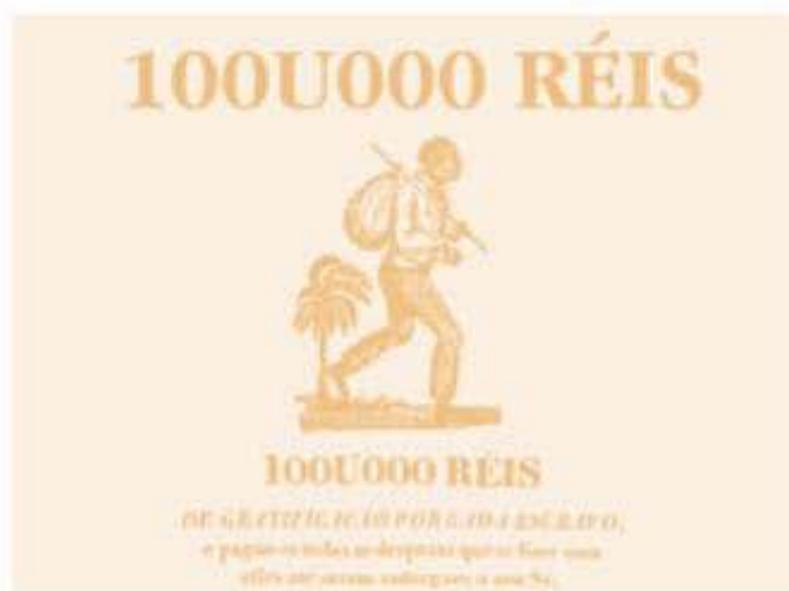
A Campanha Abolicionista é que subverteu e espatifou esse plano, quando ele já estava em pleno andamento e

parecia inevitável. Graças a ela, e não a nenhuma princesa ou potência estrangeira, o fim da escravidão no Brasil trilhou o caminho mais avançado e radical, embora vergonhosamente tardio.

Antes da campanha já havia o movimento abolicionista, que criara associações (Bahia, 1852 e 1869, Campos, RJ, 1870) e produzira quadros, como o poeta romântico e agitador Castro Alves (1847-1871).

Em geral se considera que a Campanha Abolicionista começou em 5 de março de 1879, com um discurso do deputado baiano Ferreira de Menezes, que prega a emancipação de 1 milhão de brasileiros escravizados – e é aparteado por um parlamentar escravista que protesta: “Brasileiros não!”. Para Joaquim Nabuco (Minha formação), é o Fiat da Campanha.

No ano seguinte, Joaquim Nabuco apresenta um projeto de abolição em dez anos (!), derrotado na Câmara por 77 votos a 16 (!!), e o filho de escravos Ferreira de Menezes funda no Rio a *Gazeta da Tarde*, jornal de maior tiragem da época, dirigido depois de 1881 por José do Patrocínio e tendo a abolição co-



mo pauta central. Em 1883, quando a Confederação Abolicionista lança seu manifesto, num teatro do Rio de Janeiro, conta com dezenas de organizações espalhadas pelo país.

Três correntes dividem a sociedade

Três correntes, permeadas por nuances e meiotons, dividem então a sociedade:

1. A escravocrata tem seu reduto nos fazendeiros do café do Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo). Já não defende a eternização do sistema, mas o seu fim suave pela via da Lei do Ventre Livre. Funda os Clubes da Lavoura, que criam Centros, Ligas e Clubes de Defesa Agrícola – os últimos são milícias armadas para fazer frente ao abolicionismo radical.

2. A emancipacionista quer reformas graduais, moderadas, sem afetar a lavoura. Privilegia as vias institucionais, a pressão sobre o Parlamento e especialmente sobre o imperador, seu simpatizante. Foge da agitação de massas e sobretudo da mobilização da escravaria. Seu principal expoente é Joaquim Nabuco (1849-1910), notável tribuno, criado no engenho de sua família aristocrata. “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e além disso um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens que a Lei de Lynch, ou a justiça pública imediatamente haveria de esmagar”, diz Nabuco. Ele teme “a vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais”.

3. A abolicionista radical, como a chama Clóvis Moura, alia-se com os escravos e os concita à ação direta contra o cativo. Seu mais notável representante é o jornalista, poeta e advogado Luís Gama (1830-1882), ex-escravo (foge aos 18 anos), filho da africana escravizada Luisa Mahin, insurreta de 1835 em Salvador da Bahia; proclamava que “o escravo que mata o seu senhor pratica um ato de legítima defesa”.

A versão oficial do 13 de Maio sempre privilegiou o abolicionismo à moda de Nabuco. É uma injustiça e um engodo, no qual caem hoje os militantes do movimento negro que rejeitam a abolição como uma farsa da elite branca.

Os radicais em campanha pela Abolição

Sem prejuízo dos méritos dos emancipacionistas moderados, gradualistas e conciliadores, há evidên-

cias históricas de que o catalisador da crise que precipitou o fim da escravidão foi outro: as agitações de massas, as ações de desafio à ordem escravista e muito especialmente o levante mais ou menos geral dos trabalhadores escravizados que marca a fase final da campanha.

Em São Paulo atuam os Caifazes*, tendo como líder o magistrado mulato Antônio Bento, seguidor de Luís Gama. Desfilavam pela cidade exibindo os instrumentos de tortura da escravidão, e as vítimas destes, forras ou fugidas. Organizaram uma rede de estímulo à fuga de escravizados, individuais e coletivas, com apoio de cocheiros e ferroviários. “Não havia trem de passageiro no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse”, escreve J. Maria dos Santos (*Os republicanos paulistas e a abolição*).

Em Campos, área de canaviais e engenhos no norte da província do Rio de Janeiro, operam as Bastilhas de Luís Carlos de Lacerda (avô do tristemente célebre Carlos Lacerda que foi um dos líderes paisanos do golpe de 1964). Promoviam palestras, tinham seu jornal. Mas também organizam fugas, queimam canaviais, arrebataam negros do tronco, executam capitães-de-mato.

Este é também o caminho do Clube do Cupim, fundado em 1884 em Pernambuco e com mais de 300 membros. Em uma única ação, em 23 de abril de 1888 (três semanas antes do 13 de Maio...), embarcou 119 ex-cativos para a liberdade. O grupo de Cesário Mendes, em Cachoeira (Recôncavo Baiano), o de Francisco Alves, em Buquim (Sergipe) e outros usam igualmente “todos os meios” contra “a hidra da escravidão”. Pode-se somar a essa vertente o magnífico exemplo de desobediência civil dos jangadeiros do Ceará, liderados por Francisco Nascimento, o Dragão do Mar, que ainda iria ser o estopim de um incidente que desaguaria na Proclamação da República.

Tudo isso acontece em orquestração com um grande movimento de luta de idéias, sem precedentes no país, de mobilizações de massas – as primeiras do Brasil, na acepção moderna do termo –, e subcampanhas para acabar com a escravidão em uma província (Ceará, Amazonas), em uma cidade (Porto Alegre, Petrópolis), em uma vila (Aracape, Ceará), em uma rua (do Ouvidor e Uruguaiana, no Rio de Janeiro, Largo de São Francisco, em São Paulo).

Nestas circunstâncias é votada em 1885 a Lei do Sexagenário. Ultimada no governo do conservador escravocrata barão de Cotegipe, estende a idade da alforria para 65 anos (que só uma ínfima minoria de cativos atinge). Mas tem o cuidado de estabele-

cer penas mais severas para quem “seduza ou acoite (esconda)” fugitivos da escravidão.

Um movimento quilombola de novo tipo

É uma mentira conservadora e racista dizer que os trabalhadores escravizados foram espectadores passivos da Campanha Abolicionista. Apesar do trabalho embrutecedor, da opressão intelectual que lhes vedava o acesso à educação, do isolamento da vida rural, os trabalhadores escravizados perceberam que podiam contar com aliados, que seus senhores estavam divididos, sem discurso, atordoados. Puseram-se em movimento. E há motivos para se concluir que vibraram o golpe de misericórdia na escravidão.

A historiografia do movimento quilombola rende homenagem, com justa razão, ao grande reduto negro de Zumbi dos Palmares. Talvez peque por não frisar com a necessária ênfase que ele não foi um raio em céu azul, e sim um entre milhares de quilombos que acompanharam todos os 377 anos de escravismo no Brasil (a contar dos 36 primeiros escravizados de que se tem registro, indígenas, carregados em Cabo Frio na nau Bretoa em 1511). Certamente peca por subestimar a grande maré de fugas que acompanhou, e provavelmente decidiu, o sucesso da Campanha Abolicionista.

Era um movimento quilombola de novo tipo, politicamente articulado, tendo como paradigma o grande quilombo do Jabaquara. Este ficava no município de Santos, parte nas encostas da Serra do Mar (no atual município de Cubatão) e parte no Sítio Jabaquara, dentro da própria cidade. Há quem sustente que sua população chegou a superar a de Palmares. Santos foi uma espécie de território livre, um santuário abolicionista encaixado na província negreira que é São Paulo. Ali os negros fugidos circulavam simplesmente, protegidos pela cumplicidade dos cidadãos. Quintino de Lacerda, o negro forro que liderava o quilombo, depois da abolição elegeu-se vereador na cidade (1895).

Um quilombo deflagra o processo abolicionista

O quilombo do Jabaquara teve um papel de detonador da crise política que enterrou a escravidão. O enorme e crescente reduto de negros fugidos, em lugar sabido por todos e até dentro de uma grande cidade, parece um insulto aos olhos do gabinete liberal-escravocrata do Barão de Cotegipe. Este ordenou que o exército reprimisse os quilombolas, fazendo o papel de capitão-de-mato – já que, àquela altura, os capitães-de-mato de profissão já tinham que ocultar

debaixo de panos as algemas dos cativos que conduziam, para não incorrerem na ira do povo.

O Clube Militar (formado há apenas quatro meses e presidido pelo marechal e herói do Paraguai Deodoro da Fonseca [1827-1892]) respondeu com uma “súplica” à princesa regente: “Não consinta que os soldados sejam encarregados de captura de pobres negros que fogem à escravidão”. Já não havia capitães-de-mato que pudessem manter pela força uma relação de trabalho que somente na força poderia se apoiar.

A carta de Deodoro é de 26 de outubro de 1887: seis meses antes do 13 de Maio.

Àquela altura os dias da escravidão estavam contados. Calcula-se que mais de um terço dos 100 mil escravos de São Paulo fugiram antes do Parlamento e da princesa se resolverem a libertá-los. Nos engenhos de Campos os fujões chegaram a mais da metade. O insuspeito Oliveira Viana, historiador oficial das classes dominantes da república Velha, descreve:

“Os escravos se levantavam, passavam a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de 10 mil desceram as encostas do Cubatão para o asilo de Santos. Outros fizeram-se conspiradores em conspirações perigosas. Outros, rebelando-se, assassinavam os senhores”.

O gabinete Cotegipe caiu, como resultado da rebelião dos militares que não aceitaram reprimir a rebeldia dos escravizados. Estávamos então em 10 de março de 1888, a 64 dias do 13 de Maio. E a princesa regente chamou para formar governo o conservador, porém emancipacionista, João Alfredo Correia de Oliveira.

Um parêntese sobre a princesa Redentora

Aqui vale um parêntese sobre Isabel Cristina de Bragança e Bourbon, a princesa imperial, e o seu papel na Abolição. No dia 13 de maio de 1888 ela tinha 41 anos de idade e exercia a regência há 10 meses. Sua conversão ao abolicionismo, porém, estava completando 90 dias. Fora em 12 de fevereiro, durante o Carnaval daquele mesmo ano, em Petrópolis (Rio de Janeiro), que a regente explicitara essa adesão, ao participar de uma “batalha de flores” abolicionista (eram mesmo incontáveis as formas de luta que a campanha empregava).

A tardia opção da princesa não foi a única. Obedeceu a todo um movimento no andar de cima da pirâmide social do império, admitindo que se tornara indispensável sacrificar o escravismo para salvar o resto do edifício social existente. No caso da

chamada Redentora, influenciou também sua devoção de católica extremada (embora não como sua avó, Dona Maria, a Louca, cuja loucura era mania religiosa). Em janeiro, Nabuco voltara ao Rio de uma de suas muitas viagens à Europa. Relatara à imprensa uma audiência que tivera com o papa Leão XIII, e a promessa do pontífice, não cumprida, aliás, de incluir em sua próxima encíclica uma condenação da escravidão no Brasil. A princesa ouviu a voz de Roma e por fim decidiu-se: foi à “batalha de flores”; indicou João Alvedo para formar governo; encaminhou ao Parlamento em 3 de maio uma Fala do Trono pedindo a extinção do elemento servil (“Que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido”); e promulgou a lei. Um papel positivo, mas secundário e dramaticamente tardio. Nem de longe justifica o pedestal que a historiografia oficial lhe erigiu.

O Parlamento faz a lei cercado de povo

O gabinete João Alfredo assume em plena crise. Os escravizados já estão votando, com os pés, o fim imediato da escravidão. Um derradeiro projeto gradualista, do conselheiro Antônio da Silva Prado (da poderosa oligarquia cafeeira dos Prado de São Paulo), ainda tenta fazer com que os escravizados por fim libertos sejam obrigados a permanecer nas fazendas por dois anos; naufraga em 20 de abril, a 24 dias do 13 de Maio.

O leitor há de perdoar a insistência com a cronologia da crise. Ela é importante para dar idéia de sua extensão e profundidade.

Em 3 de maio o Parlamento abre sua sessão, com a leitura da mencionada Fala do Trono. Em volta do prédio, um sobrado no centro do Rio de Janeiro, uma enorme multidão cerca e vigia os parlamentares; permanecerá a postos até a saída da lei, onze dias depois.

No dia 7 o ministério João Alfredo se apresenta. Nabuco discursa. Diz: “é este, incomparavelmente, o maior momento da nossa pátria”, que se encontra “à beira da catadupa dos destinos nacionais”. O tema único é a abolição.

No dia 8, uma terça-feira, a Câmara recebe o projeto do Executivo, lido pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Silva:

“Artigo 1º – É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Artigo 2º – Revogam-se as disposições em contrário.”

A tramitação é velocíssima. No mesmo dia o pro-

jeto é votado, recebendo 64 votos favoráveis e nove contrários (!). O relator, Duarte de Azevedo, requer que se dispense a impressão do resultado para que a tramitação se acelere em um dia.

O projeto chega ao Senado no dia 10, quinta-feira. Os senadores estão tomados pela mesma pressa febril. O debate é sumário. Cotegipe, um dos poucos oradores, adverte que, embora não seja contra a Abolição, acha o projeto “precipitado” e até “visionário”. Admite porém ser naquele momento “o homem mais impopular do país”. Paulino Soares de Sousa vai pelo mesmo caminho, lamentando que não se espere pelo menos a próxima safra. Não há mais oradores. Não há observações à ata; não há expediente; não há pareceres. Os senadores (todos indicados pelo imperador e não eleitos) não têm tempo a perder. A votação acontece às 11 horas do dia 13, um domingo, fato nunca visto nem antes nem depois em toda a história do Senado. Do lado de fora a multidão os vigia. Ainda assim, cinco senadores votam contra a Lei Áurea (!).

A essa altura a princesa já desceu de Petrópolis, pois também tem pressa. Recebe a delegação de parlamentares com o projeto aprovado, visivelmente nervosa, com um discurso de dez segundos, assina a lei e volta logo a Petrópolis. É a multidão, 20 mil pessoas, que toma conta da missa campal que se segue.

A Campanha Abolicionista venceu. Em toda a linha. Não foi um negócio de brancos. Não foi tampouco a revolução social que o Brasil ainda não fez e um dia fará. Mas foi a maior batalha social já vencida pelo povo brasileiro.

Acusações a-históricas

Acusam o 13 de Maio de não ter completado o fim da escravidão com a indenização dos escravos nem com uma reforma agrária que lhes desse acesso à terra. É uma crítica a-histórica, que não parte da realidade concreta dos anos 1880, mas de formulações que só nasceram algumas gerações mais tarde.

A bandeira democrática da reforma agrária foi introduzida no Brasil mais de uma geração depois, pelo Partido Comunista fundado em 1922, com base no modelo da revolução russa de 1917. E apenas no intervalo democrático de 1945-1964 deixou de ser uma palavra-de-ordem de propaganda para se transformar em grande movimento social concreto, incorporando-se em caráter permanente ao programa das lutas sociais e políticas brasileiras.

Quanto à bandeira da indenização, ou reparação, é ainda mais recente. Entrou em cena nos Estados Unidos em 1988, depois que o então presidente Ronald

Reagan decidiu compensar com uma indenização em dinheiro os cidadãos estadunidenses de origem japonesa internados em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. E só ganhou algum relevo fora dos EUA a partir da conferência da ONU contra o racismo em 2001.

Exigir que os abolicionistas empunhassem estas demandas nos anos 1880 é, pior que uma injustiça, um completo anacronismo. A imprensa abolicionista chegou inclusive a abordar os dois temas, no âmbito da propaganda de denúncia do regime escravocrata. Mas não se poderia exigir da Abolição que abraçasse causas ainda não nascidas.

A grande batalha das indenizações

Entretanto, a Campanha Opositorista enfrentou – e venceu! – uma enorme batalha estratégica ligada ao tema indenização: impediu que os senhores de escravos fossem indenizados pela perda de suas “propriedades”.

Em meados da década de 1880 – quando o abolicionismo já tinha se tomado um rio caudaloso, formado sua Confederação e forçado a sua inclusão na plataforma do Partido Liberal – as hostes do escravismo recuaram para esta última trincheira da sua desesperada resistência. E nela combateram, com unhas e dentes, até mesmo depois do 13 de Maio; foi para inviabilizá-la que Rui Barbosa, já na República, mandou queimar os arquivos da escravidão, causando inestimável prejuízo ao estudo do tema.

O discurso dos escravistas seguia a seguinte lógica: Admitimos que a liberdade é um direito dos seres humanos. Mas o direito à propriedade é igualmente sagrado. Não se pode espezinhar este em nome da defesa daquele. Aceitamos a abolição, mas exigimos a indenização.

Em favor dessa tese os escravistas esgrimiam argumentos internacionais. Também o império britânico seguiu o mesmo raciocínio, quando libertara os escravos de suas colônias, em 1838. A burguesia inglesa, intransigente do direito de propriedade, reservara então um fundo público de 20 milhões de libras para a indenização dos ex-proprietários de seres humanos. A França seguiu o mesmo caminho quando, depois da revolução de 1848, extinguiu a escravidão em seus domínios coloniais (pela segunda vez; a primeira, fruto da revolução de 1789, fora revogada por

Napoleão em 1802).

A ala latifundiário-emancipacionista da Campanha dispôs-se a conciliar com essa reivindicação dos senhores de escravos. Porém a ala popular-radical atacou-a de frente, evidenciando a completa imoralidade de se indenizar alguém por ter escravizado seres humanos. Ao fim de uma luta de idéias e

projetos como nunca se vira no país, venceu a alternativa mais avançada. O texto da chamada Lei Áurea, na concisão dos seus dois artigos, expressa essa vitória, que merece ser aquilata-da em seu justo valor pelo movimento negro e todas as forças progressistas da atualidade.

A Abolição teve também seus limites. Não foi, repetimos, uma revolução social (ao contrário do que defende o historiador gaú-

cho Mário Maestri, que em outros aspectos traz uma interessante contribuição para este debate); não derrubou do poder político as classes dominantes da sociedade brasileira. Ao manter intactos o latifúndio e o poder dos latifundiários, atirou os cativos recém-libertos no porão da pirâmide social, tanto no campo como nas cidades, onde não por acaso nasceram então as primeiras favelas. Manteve uma sociedade feita à imagem e semelhança das idéias e práticas de suas classes dominantes, discriminatória, preconceituosa, racista, apesar de seu discurso hipocritamente benévolo.

Por isto, continua a haver no país uma questão negra, e um imenso espaço a ser ocupado por um movimento negro, parte integrante das forças avançadas do país. Em seu combate, ele já inscreve com orgulho o quilombo de Zumbi dos Palmares; é de justiça que inscreva também a Campanha Abolicionista de Luís Gama, Antônio Bento, Quintino de Lacerda e tantos outros.

Bernardo Joffly é jornalista e editor do Portal Vermelho

A Campanha Abolicionista venceu. Em toda a linha. Não foi um negócio de brancos. Não foi tampouco a revolução social que o Brasil ainda não fez e um dia fará. Mas foi a maior batalha social já vencida pelo povo brasileiro

* Nota: O intrigante nome Caifazes vem de uma frase atribuída ao sacerdote Caifás no evangelho de São João (Jo. 11,50): "Vós nada sabeis, nem compreendeis que convém que um homem morra pelo povo, para que o povo todo não pereça?"

A crise dos EUA, os emergentes e o Brasil

DILERMANDO TONI

A discussão sobre as conseqüências da crise pela qual passa a economia dos EUA sobre os chamados países emergentes tem despertado interesse generalizado.

Um setor do governo brasileiro procura resguardar o interesse nacional, precavendo a economia dos efeitos da recessão norte-americana. Mas o setor conservador, muito pelo contrário.

A verdade é que poucos se arriscam no terreno das opiniões peremptórias sobre a crise e o nível de decoupling¹. A prudência indica que se leve em conta as novidades na cena econômica internacional e, daí, se procure descobrir as tendências de desenvolvimento do quadro. Neste sentido, há dois fatores emoldurando a crise, que precisam ser devidamente considerados. O primeiro deles é o fenômeno da financeirização neoliberal² e, o segundo, a nova situação da economia mundial, especialmente dos países em desenvolvimento, fruto da dinâmica contraditória do relacionamento dos países centrais com os países periféricos. Ao lado disto, deve-se examinar a própria crise, sua profundidade e duração, considerada pelo próprio Federal Reserve como severa e demorada, e pelo FMI como ampla, profunda e prolongada.

Na ordem econômica imperialista contemporânea o mundo das finanças – tão velho quanto o próprio capitalismo – assume o papel central e dominante, o que não é o mesmo que sua exacerbação, submetendo a economia real, através das seguintes novidades:

1) os seus volumes gigantescos, suas novas instituições (várias das quais não bancárias), sua en-

- vergadura e dinâmica mundializadas;
- 2) o poder de domínio da oligarquia financeira (fração da burguesia), baseada nos EUA;
 - 3) a velocidade de suas operações e os moderníssimos instrumentos telemáticos de que dispõe, a nova configuração das Bolsas de Valores e de mercados futuros;
 - 4) a diversidade e complexa modalidade de seus papéis (incluindo derivativos e *hedge funds*);
 - 5) a moeda dominante, o dólar norte-americano, flexível e tendo como lastro os papéis da dívida pública dos EUA, portanto, um inédito padrão monetário, cuja posição dominante vai aos poucos se enfraquecendo;
 - 6) a tendência característica para formação de bolhas expansivas, que embutem especulações de toda ordem e moldam as crises financeiras como a atual;
 - 7) a promíscua relação com os governos pela via de um novo papel dos bancos centrais que, além de instrumentos de aplicação rígida da política macroeconômica ortodoxa/monetarista, são emprestadores de última instância que não podem deixar quebrar os credores das gigantescas dívidas públicas de seus Estados nacionais;
 - 8) as próprias avaliações dos riscos e securitização dos mesmos;
 - 9) a sua instabilidade crescente advinda das expectativas de lucros em estratosféricas apostas de realização futura de mais-valia;
 - 10) as exigências à liberalização, à desregula-

mentação dos mercados financeiros para que o capital possa circular o mais rápida e livremente possível; e

- 11) a imposição das privatizações e da chamada flexibilização das relações de trabalho, a fim de aumentar a massa e a taxa de mais-valia para os monopólios privados.

O mercado de capitais mundial – ações, títulos das dívidas públicas e de empresas, ou seja, excluídos os derivativos – atinge hoje US\$ 150 trilhões, enquanto o PIB mundial é de aproximadamente US\$ 60 trilhões, segundo o banco mundial. A base principal deste sistema corresponde aos EUA, que têm a maior economia do mundo e um portentoso e hegemônico mercado de capitais de US\$ 48 trilhões. A dinâmica de funcionamento do capitalismo atual trouxe consigo uma nova situação na economia mundial, de tendências contraditórias e crises com novas características. As repercussões deste quadro na esfera geopolítica apontam para um mundo em transição, rumo à multipolaridade, de lento declínio do império dos EUA e de rápida ascensão da China socialista.

Sob dominação das finanças mundializadas, as interpenetrações e interdependências entre os países são muito maiores. Pode-se falar em uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o centro dinâmico da economia se desloca progressivamente para a Ásia, o comércio mundial cresce mais rapidamente que a produção, e a produção tem alto nível



de internacionalização. Os EUA convivem com enormes desequilíbrios estruturais que vão colocando-os como o maior devedor do mundo, cuja economia apresenta alto índice de parasitismo. A compensação dos déficits pela via financeira e sua contrapartida, o crescimento das reservas internacionais de vários países em desenvolvimento, aumentam este entrelaçamento econômico. Por este prisma, a crise financeira dos EUA tende a contagiar as finanças, o comércio e a produção mundiais³. Quanto às finanças, as turbulências nas Bolsas de Valores se fazem sentir globalmente, mas é no mercado financeiro europeu onde se dão os maiores danos. Os mercados de crédito em crise, nos EUA e na Europa, levam os problemas para a economia real. Tanto que na área do Euro não se espera para este ano um “crescimento” maior que 1,6%, registrando forte desaceleração. Na Itália e na Espanha a situação é mais grave.

Por outro lado, uma queda na demanda interna dos EUA pode trazer também algum impacto à economia da China, pois estes países são dois grandes parceiros comerciais. O que pode acontecer também com outros países exportadores asiáticos. No conjunto, o México e o Canadá pelo grau de integração econômica com os EUA, devem possivelmente ser os países mais atingidos, onde não se pode descartar a hipótese de recessão.

Acontece que o desenvolvimento desigual do capitalismo e deste sistema com o socialismo possibilitou o aparecimento de países medianamente desenvolvidos na periferia, cujas economias já respondem por aproximadamente 50% do PIB mundial, o que, pelo menos genericamente, os coloca em melhores condições para enfrentar os efeitos da crise dos EUA. Neste conjunto destacam-se Brasil, Rússia, Índia e China Socialista, alcunhados de BRICs, que desempenham papel de importância crescente na cena política e econômica contemporâneas.

Segundo o banco mundial no fim de 2005 comparando os dez países de maior PIB do mundo, a China aparecia em segundo lugar, a Índia em quinto a Federação Russa em oitavo e o Brasil em décimo. As populações chinesa e indiana se equivalem e, somadas, ficam próximas dos 2,5 bilhões de habitantes, cerca de 2/5 do total mundial, aos quais se somam aproximadamente outras 350 milhões de pessoas das populações do Brasil e da Rússia. Parcela considerável destes contingentes está experimentando melhoria em seus rendimentos, compondo um setor médio de peso razoável, o que criou uma outra dinâmica para a demanda doméstica destes países. O desenvolvimento do consumo interno de massas diminui a vulnerabilidade diante dos abalos externos.

Porém, o fator mais importante a ser considera-

do como defesa diante de um possível contágio da crise dos EUA é o crescimento do consumo produtivo nos BRICs, sobretudo na China socialista que se transforma rapidamente em poderosa locomotiva da economia mundial. Lá são consumidos metade de toda a produção de cimento no mundo, um terço do aço e um quarto do alumínio. O consumo de petróleo em 2007 foi 35 vezes maior que em 1999, a de cobre 23 vezes. Os gráficos e tabelas relativos à produção de aço mundial⁴ são bem ilustrativos. A produção chinesa de aço em fevereiro do ano corrente (38,9 milhões de toneladas métricas) foi maior do que toda a produção brasileira em 2007 (33,8 mmt). Com uma taxa de investimento próxima a 40% de seu PIB, a economia chinesa cresceu 11,5% em 2007 e tem previsão de crescer cerca de 10% em 2008 e 2009.

O nível elevado de demanda chinesa fato verdadeiramente novo na situação da economia mundial pode manter a economia da periferia funcionando razoavelmente bem por algum tempo. Preços elevados de commodities de matérias-primas e alimentos, de energia, particularmente do petróleo, dão fôlego à economia de vários países africanos, sul-americanos e asiáticos. Há previsão de crescimento sustentado para todos estes continentes. Para a América Latina prevê-se um crescimento de 4,5% tanto para 2008 quanto para 2009.

Evolução percentual da produção mundial de aço, 2001 e 2007

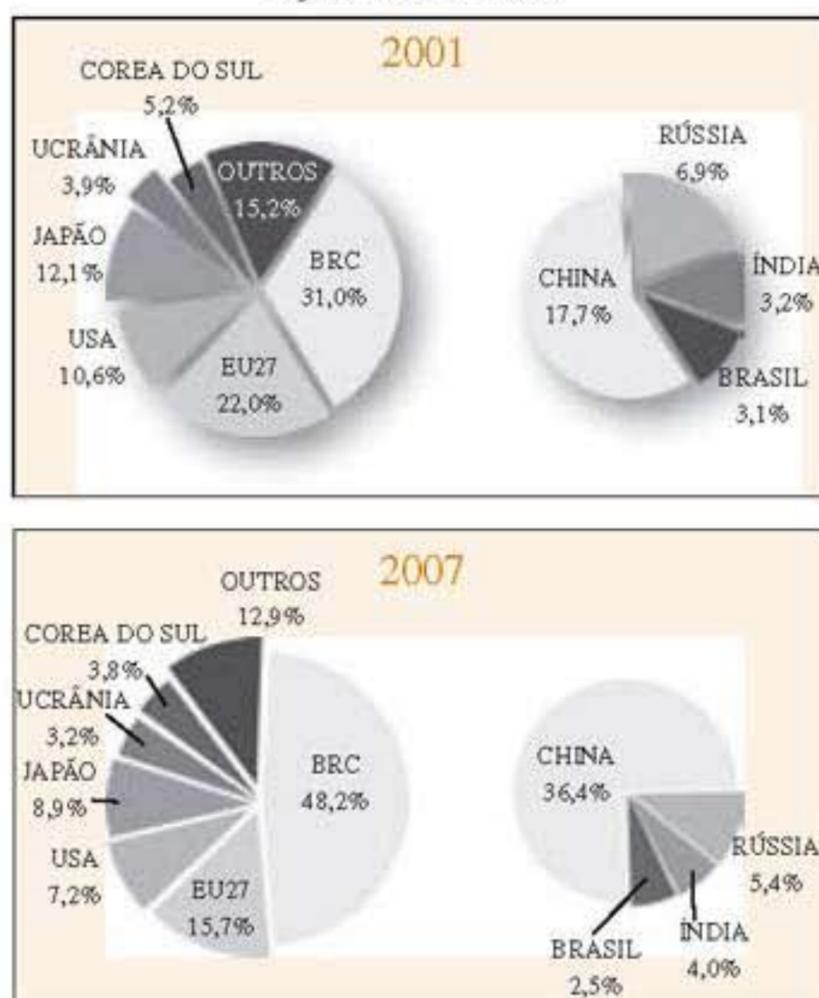


Tabela 1

Os 10 países maiores produtores de aço				
País	Rank	2007	2006	% 07/06
China	1	489.0	422.7	15.7
Japão	2	120.2	116.2	3.4
Estados Unidos	3	97.2	98.6	-1.4
Rússia	4	72.2	70.8	2.0
Índia	5	53.1	49.5	7.3
Coreia do Sul	6	51.4	48.5	6.0
Alemanha	7	48.5	47.2	2.8
Ucrânia	8	42.8	40.9	4.7
Brasil	9	33.8	30.9	9.3
Itália	10	32.0	31.6	1.2

Fonte: Instituto Internacional do Ferro e do Aço

Tabela 2

Números e previsões do FMI				
Economias avançadas em recessão ou desaceleração; muitas economias emergentes manterão o crescimento. (variação anual percentual do PIB)				
Projeções atuais				
	2006	2007	2008	2009
Produção mundial	5.0	4.9	3.7	3.8
Economias avançadas	3.0	2.7	1.3	1.3
Estados Unidos	2.9	2.2	0.5	0.6
Área do Euro	2.8	2.6	1.4	1.2
Alemanha	2.9	2.5	1.4	1.0
França	2.0	1.9	1.4	1.2
Itália	1.8	1.5	0.3	0.3
Espanha	3.9	3.8	1.8	1.7
Japão	2.4	2.1	1.4	1.5
Reino Unido	2.9	3.1	1.6	1.6
Canadá	2.8	2.7	1.3	1.9
Economias emergentes e em desenvolvimento	7.8	7.9	6.7	6.6
África	5.9	6.2	6.3	6.4
Sub-Sahara	6.4	6.8	6.6	6.7
Europa Central e do Leste	6.6	5.8	4.4	4.3
Rússia	7.4	8.1	6.8	6.3
China	11.1	11.4	9.3	9.5
Índia	9.7	9.2	7.9	8.0
Oriente Médio	5.8	5.8	6.1	6.1

Fonte: IMF, World Economic Outlook, Abril 2008.

As constatações e projeções do FMI divulgadas no Panorama da Economia Mundial de abril de 2008⁵ também sustentam uma possibilidade menor de contágio, nos países emergentes e em desenvolvimento, embora alertando para o fato de, no mundo de hoje, não haver países ilhados economicamente. A tabela 2 coloca o crescimento real em 2006 e 2007 e faz projeções para 2008 e 2009.

O surgimento de países medianamente desenvolvidos tem possibilitado uma nova relação comercial no mundo contemporâneo. Desta maneira crescem o comércio Sul-Sul e o comércio regional. O Brasil, por exemplo, situa-se como um grande exportador de minério de ferro e de soja para a China que, por sua vez, já é o segundo maior exportador de mercadorias para o Brasil. Em toda a Ásia, na América do Sul e na África vão surgindo inúmeras formas de parcerias comerciais, de integração de países de uma mesma região. Também por essas novas formas de inserção soberana, contra-hegemônicas, as vulnerabilidades menores se explicam.

O caso brasileiro

O momento econômico pelo qual passa o país é razoavelmente bom, de relativa estabilidade. O crescimento reapareceu mais robusto no ano passado e poderá manter a mesma performance em 2008, com base no crescimento dos investimentos – cuja taxa, medida pela formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, situou-se em cerca de 18% em 2007 – o que se refletiu em aumentos das produções industrial e agropecuária. Para este ano espera-se uma safra agrícola de mais de 140 milhões de toneladas de grãos. As reservas beiram os US\$ 200 bilhões. Chega-se a dizer que o país tem posição credora, mesmo levando-se em conta toda a dívida externa privada, muito maior que a pública. A inflação apresenta índices moderados. Há crescimento significativo no consumo a partir dos aumentos reais do salário-mínimo, do crescimento da massa salarial, de maiores facilidades de crédito – onde o sistema público se destaca – e mesmo dos programas sociais do governo. O país tem atraído um bom volume de investimentos estrangeiros diretos. Esta situação favorável diminui o perigo de um contágio imediato e profundo da crise americana aqui no Brasil, como era comum acontecer em situações anteriores assemelhadas.

De outra parte, a vulnerabilidade continua a existir e pode crescer, sobretudo se a política monetária, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, adotada pelo governo brasileiro, aprofundar-se. Já há algum tempo o Copom/BC interrompeu a trajetória de

queda da taxa Selic estabilizando-a em 11,25% aa. Mais grave é o fato de que o BC elevou o taxa de juros em 0,5 na reunião de meados de abril, partindo da avaliação de que haveria pressões inflacionárias indesejáveis, por causa do aumento do consumo sem a devida contrapartida da produção/oferta. Segundo o ponto de vista ortodoxo-monetarista do BC, estas pressões deveriam ser abafadas com a elevação do preço do dinheiro, desconsiderando números que mostram que a indústria ainda não está trabalhando no limite de sua capacidade instalada.

As taxas de juros brasileiras se situam entre as maiores do mundo, o que tem provocado uma avalanche de capital especulativo de curto prazo em direção ao Brasil. Especula-se arbitrando o diferencial entre as taxas de juros externas baixas e as internas altas, numa ponta (operações conhecidas como *carry trade* com dinheiro proveniente do Japão e da Suíça), e, noutra, aposta-se na valorização do Real ganhando-se com a compra de papéis



garantidos pelos contratos de *swap* cambial reverso⁶. O governo intervém, comprando divisa norte-americana com o objetivo de diminuir a velocidade da valorização do Real. Isto tem propiciado o aumento das reservas internacionais, mas ao mesmo tempo provoca efeitos colaterais danosos. O primeiro e mais importante deles é o reaparecimento do déficit em transações correntes, o que coloca o país em situação diferente dos outros integrantes do BRICs.

O câmbio valorizado tem levado à diminuição dos superávits comerciais. Agora as exportações crescem em ritmo muito menor do que o das importações, resultando em um saldo comercial, nos dois primeiros meses do ano em curso, 67,1% menor que o de janeiro e fevereiro de 2007. Para 2008 espera-se um superávit comercial de apenas US\$ 10 bilhões.

Soma-se a isto o crescimento nas remessas líquidas nas contas de serviços e rendas (remessa de lucros e dividen-

Tabela 3

Transações correntes						
US\$bilhões						
Descrição	2007			2008		
	Fevereiro	Janeiro	Ano	Fevereiro	Janeiro	Ano*
Transações correntes	0,4	0,0	1,5	-2,1	-6,3	-12,0
Balança comercial	2,9	5,4	40,0	0,9	1,8	27,0
Exportações	10,1	21,1	160,6	12,8	26,1	182,0
Importações	7,2	15,7	120,6	11,9	24,3	155,0
Serviços	0,8	-1,6	-13,4	-1,4	-2,7	-14,4
Transportes	-0,4	-0,8	-4,5	-0,5	-1,0	-6,0
Viagens internacionais	-0,1	-0,2	-3,3	-0,3	-0,7	-4,0
Computação e informática	-0,2	-0,4	-2,1	-0,3	-0,5	-2,3
Aluguel equipamentos	-0,4	-0,8	-5,8	-0,4	-1,0	-6,0
Demais	0,2	0,6	2,3	0,2	0,5	3,8
Rendas	-2,0	-4,4	-29,2	-1,9	-6,1	-28,4
Juros	-1,0	-2,3	-7,3	-0,6	-1,9	-4,7
Lucros	-1,0	-2,2	-22,4	-1,3	-4,3	-24,0
Salários e ordenados	0,0	0,1	0,4	0,0	0,1	0,4
Transferências correntes	0,3	0,5	4,0	0,3	0,6	3,8

* Projeção

Fonte: Banco Central do Brasil

dos). Estas passaram de US\$ 37,1 bilhões em 2006 para US\$ 42,6 bilhões em 2007. Em janeiro e fevereiro do ano corrente o crescimento em relação às despesas de serviços e rendas foi de 39,5% e 64,3%, respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado. Dessa forma, só nos dois primeiros dois meses de 2008, o déficit em conta corrente atingiu US\$ 6,3 bilhões (veja tabela)⁷. Oficialmente o BC projeta um déficit, para o final do ano, por volta de 12 bilhões de dólares. Há, porém, quem preveja que ele pode alcançar os US\$ 20 bilhões, sem perspectiva visível de reversão em médio prazo. O que tem possibilidade de fechar esta conta sem maiores percalços são as significativas entradas de capital estrangeiro de investimento direto. Seria uma tremenda ingenuidade supor que com a crise em andamento vão se colocar estas mesmas facilidades de financiamento.

Por isto, há um fundado temor de que o Brasil – a persistir e se aprofundar a política monetária adotada pelo Banco Central – poderá voltar a ser bastante vulnerável aos efeitos deletérios da crise norte-americana.

A principal lição que esta crise oferece aos países em desenvolvimento talvez seja a de que vale a pena prosseguir na busca de seus próprios caminhos, sem aceitar a ingerência das grandes potências, cujo modelo neoliberal só aprofunda as desigualdades e assimetrias. A alternativa é fortalecer e ampliar as relações mútuas com o objetivo de promover os desenvolvimentos soberanos, democráticos e em benefício dos povos.

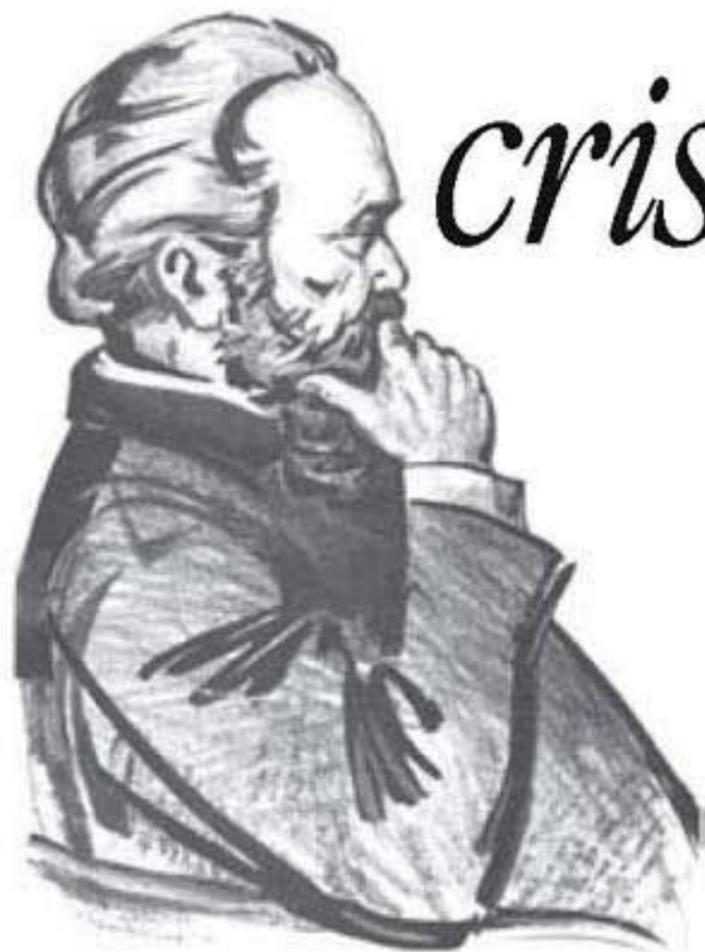
Dilermando Tomi é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas e referências bibliográficas

- 1 Palavra em inglês com a qual os economistas discutem a possibilidade de um maior ou menor descolamento das economias periféricas em relação à crise dos EUA.
- 2 A gênese da análise teórica dos processos agora sendo chamados de financeirização está no que Marx falou sobre o capital como mercadoria, sob categoria de capital monetário de empréstimos, portador de juros e dividendos, que envolve o sistema de crédito e o mercado acionário, tem características de ficticidade, especulação e parasitismo. Autonomiza-se até certo ponto, relativamente à economia real, a partir de determinado volume e sofisticação com que se dá a distinção entre ele e o capital empresarial (industrial e comercial). Ver diversos capítulos do Livro III d' *O Capital – "O Processo Global da Produção Capitalista"* – de K. Marx, tais como, no tomo 1, XXIII – "Juro e ganho empresarial"; XXIV – "Alienação da relação-capital na forma do capital portador de juros"; XXV – "Crédito e capital fictício"; no tomo 2, XXIX – "Partes constitutivas do capital bancário"; XXX, XXXI e XXXII, "Capital monetário e capital real", I, II e III. Ver ainda os pontos 1 a 4 dos "Aditamentos" do volume III das "Teorias da Mais-Valia: A renda (revenue) e suas fontes. A economia vulgar".
- 3 Em certa medida as características da crise atual se parecem com várias outras ocorridas na história do capitalismo. Basta ver, por exemplo, como Marx e Engels descreveram a crise que sucedeu aos anos de prosperidade industrial de 1843 a 1845, fatos ocorridos há mais de 150 anos: "Como ocorre sempre, a prosperidade fomentou muito rapidamente a especulação. A especulação aparece, em geral, nos períodos em que a superprodução já alcançou sua plenitude. Fornece a esta seus canais momentâneos de desafogo, acelerando exatamente com isto a irrupção da crise e aumentando sua pujança. A crise estala primeiro no campo da especulação e só depois se estende à produção. Olhando superficialmente parece, pois, como se a causa da crise fosse não a superprodução, e sim a super-especulação, que, por sua vez, não é mais que um sintoma daquela". Esta dedução se deu com base nas observações da gigantesca expansão do sistema ferroviário inglês, da constante elevação dos preços das ações e do "pânico geral" que se estabeleceu na Inglaterra e depois nos mercados acionários do continente. "Em Paris, Hamburgo, Frankfurt e Amsterdã se efetuavam vendas forçadas a preços muito baixos, que provocavam a bancarrota de banqueiros e corretores de Bolsa", diziam Marx e Engels em "De Mayo a Outubro [de 1850]", in *Escritos Econômicos Vários*.
- 4 World crude steel output increases by 7,5% in 2007, www.worldsteel.org 23/jan/2008.
- 5 IMF predicts slower world growth amid serious market crisis, www.imf.org 9/abril/2008.
- 6 Denominação dada a operações conduzidas pelo Banco Central que têm como objetivo enxugar o excesso de dólares no mercado futuro. As instituições que adquirem estes contratos recebem em troca a variação do dólar no período, enquanto o BC recebe em troca a variação dos juros no período de validade do contrato.
- 7 Banco Central do Brasil, Relatório da Inflação, março de 2008.

Notas teóricas em torno das

crises financeiras



A. SÉRGIO BARROSO

Exacerbam-se as características típicas da crise capitalista como a recorrência e a propagação global: tornam-se mais frequentes, pelo aumento na rapidez da acumulação fictícia – decorrente especialmente da velocidade das transações com ativos financeiros

A tempestade econômica que se espalha dos Estados Unidos, desde agosto de 2007, demanda reflexões acerca dos mecanismos das crises financeiras. A crise, aliás, ensejou até transe psicopáticos. O outrora chefe do Fed (Banco Central dos EUA), Alan Greenspan – “maníaco soprador de bolhas”, acertou-o em cheio Belluzzo –, por exemplo, afirmou que a crise atual ocorre sob a égide de modelos em que “respostas inatas do ser humano resultam das oscilações entre a euforia e o medo”.^[1]

Em três partes – metologicamente heterogêneas – e breves conclusões, este artigo discorre sobre elementos de aproximações à gênese e à dinâmica das crises financeiras. A idéia central consiste em encaixar formulações de pensadores consagrados, entre clássicos e contemporâneos, nos possibilitando “juntar peças” que dão forma à relação entre as crises financeiras hodiernas e a especulação.

PARTE I

Há uma idéia crucial (e indevassável) em Marx: as crises econômicas do capitalismo devem ser compreendidas como uma espécie de ruptura imanente e cíclica dos circuitos de fluxo e refluxo dos processos produtivos^[2]. Quando, a dado passo, uma queda

geral dos preços estagna (e desorganiza) o processo de reprodução do capital, interrompem-se inúmeros “pontos da cadeia de obrigações de pagamento” em prazos antes estabelecidos, levando ao “desmoronamento do sistema de crédito”; advêm crises violentas com depreciações bruscas, até o decréscimo real da produção (Marx, idem p. 292).

Esse movimento não pode ser dissociado de outro fenômeno, típico do desenvolvimento desse regime de produção: segundo Marx, “o sistema bancário é, pela forma de organização e pela centralização, o resultado mais engenhoso e mais refinado a que leva o modo capitalista de produção”^[3]. Originariamente é isso que catapulta o movimento D-D’ – o capital portador de juros no capitalismo propriamente dito –, o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que cria dinheiro, “sem que dessa forma se descubram os vestígios de seu nascimento” (Marx, apud Mazzucchelli, 2004: 74).

Por conseguinte, “no capital produtor de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital” – escreve Marx noutra passagem^[4]. Ou seja, a forma capital a juros traz em si a seguinte idéia: toda a renda determinada e regular em dinheiro aparece como juros de um capital, vindo ele de um capital determinado ou não. Isso, para Marx, quer dizer que, no capital portador de juros, o cessionário

o lança na circulação como capital, é valor de uso para obtenção de mais-valia e que se conserva desde o circuito, à volta. Noutras palavras de Marx:

“Cede A seu dinheiro não como dinheiro, mas como capital. O capital não experimenta aí transmutação [metamorfose] alguma. Muda apenas de mão. Sua conversão real em capital só se efetua nas mãos de B. Mas para A tornou-se capital em virtude da simples cessão feita a B. Só para B se verifica o retorno efetivo do capital, do processo de produção e circulação. (...) Cessão, empréstimo de dinheiro por determinado prazo, e devolução do dinheiro com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento próprio do capital a juros como tal” (Livro 3, v. 5, 396-403).

O que conflui para a formação do capital fictício ^[5].

Quer dizer, é válido aos papéis que rendem juros o mesmo fenômeno ocorrente nas crises e estagnações dos negócios em geral: “o capital-mercadoria perde em grande parte a capacidade de representar capital-dinheiro potencial”. Aduz Marx, anunciando já então um aspecto estrutural (e contemporâneo!) que integra as crises financeiras:

“Esse capital fictício reduz-se enormemente nas crises, e em consequência o poder dos respectivos aos proprietários de obter com ele no mercado. A baixa nominal desses valores mobiliários no boletim da Bolsa não tem relação com o capital real que representam, mas tem muito que ver com a solvência do proprietário” ^[6].

Dito tudo isso em duas palavras mais claras: 1. Marx alude A como se fosse uma bifurcação do capital financeiro, o portador de juros e o fictício; 2. O capital fictício consistiria em títulos negociáveis no futuro (para ele composto por ações ordinárias das Bolsas, títulos públicos e a própria moeda de crédito - bancária) ^[7].

De conjunto: a acumulação de capital à base da apropriação do trabalho excedente, a taxa de lucro calibrando a taxa de juros, o capital portador de juros gestando capital fictício. Numa determinação que se relaciona com a busca incessante de valorização do valor, para a qual a especulação passa a ser parte constitutiva do desenvolvimento do moderno sistema de crédito. Especulação ^[8],

vinculando-se à deflagração de crises:

“Quem precisa de uma casa nova escolhe-a entre as construídas para especular (...) Levantam-se recursos por meio de hipotecas, e o empresário vai recebendo dinheiro na medida em que anda a construção das diversas casas. Sobrevindo uma crise que paralise o recebimento das cotas devidas (...), na pior [das hipóteses], são penhoradas e vendidas pela metade do preço” (Marx, Livro 2, v. 3, Cap. XII).

Sim, pura e simples especulação imobiliária (“subprime”) e crise. Segundo Marx, em meados dos anos 1840, a sofisticação especulativa (“derivativos”) já corria solta na City londrina. Onde – descreve ele – A ordenava B comprar mercadorias a C em Manchester, para serem remetidas a D nas Índias Orientais; B pagava a C com letras de seis meses,

emitidas por C contra B; mas B se “cobria”, emitindo por sua vez letras de seis meses contra A; quando a mercadoria era embarcada, A emitia, conhecendo o embarque, letras de seis meses contra D ^[9].

Também John Hobson (1894) – logo após a publicação do Livro 3, por Engels – aborda a relação entre o sistema de crédito e a especulação, o que aparece destacadamente no capítulo “O Financiarista”, de John Hobson e seu marcante estudo ^[10]. Mas é Rudolf Hilferding quem avança inovadoramente na radiografia do capital financeiro na época dos monopólios.

Hilferding, ressaltando o caráter anárquico do sistema de produção capitalista, considera que a variação de preços é decisiva para o processo de expansão ou contração produtiva, para o começo de outra arrancada na produção etc. Se a perturbação na formação dos preços é periódica, é igualmente periódica a perturbação na lei dos preços – diz Hilferding. Imaginando, também, que a crise “supõe escassez de venda” ^[11], pela sua análise a crise é o momento em que ocorre a baixa na taxa de lucro, precedida de um período de prosperidade, com preços e lucros elevados, numa virada de “atividade febrilmente intensa, de altos lucros e da acumulação elevada” (1985: 245-6). Nessas fases – argumenta –, com a gradual subida da taxa de juros, o que faz cair a taxa de lucro; enquanto “aumenta o lucro do capital bancário”. Em tais circunstâncias, “a especulação tanto em mercadorias quanto em papéis de crédito nesse período está em florescência e exige

Hilferding, ressaltando o caráter anárquico do sistema de produção capitalista, considera que a variação de preços é decisiva para o processo de expansão ou contração produtiva, para o começo de outra arrancada na produção

muito crédito" (idem, p. 248).

No sugestivo Capítulo "As mudanças das crises. Cartéis e crises", Hilferding destaca a relação entre as crises e o desenvolvimento do capitalismo. No sentido das transformações da produção capitalista levarem a certas mudanças nas formas de manifestação das crises: há, diz Hilferding, "fenômenos particulares, correspondentes a uma fase do capitalismo, ou talvez casuais, mas que se trata de tendências resultantes da essência do desenvolvimento capitalista" (idem, p.271) ^[12].

Assim, para ele (pp. 272-3), a) a mudança de uma crise de crédito em crise bancária, de um lado, e, de outro, em crise monetária têm a ver seja com

as mudanças na instituição creditícia, seja pelas mudanças existentes entre indústria e comércio; b) as mudanças fenomênicas de crises aparecem a partir dos progressos da concentração capitalista; e a crise do crédito "se desdobra em crise monetária quando o colapso do crédito gera uma escassez brusca de meios de pagamento" ^[13].

PARTE II

Especialmente após a 1ª Grande Depressão (1873-96), de impulso a seus monopólios e enorme centralização do capital bancário, os EUA expandem de uma maneira inédita seu poderio financeiro. Mais

Quadro I

Crises financeiras (1720-1987)	
Países-cidades/ano	Objeto inicial de especulação
Inglaterra/França (1720)	Ações da Cia. Dos mares do Sul, obrigações do governo/ Cia. Misissippi, Banque Générale, Banque Royale
Amsterdã (1763)	Commodities (açúcar?)
Grã-Bretanha/Amsterdã (1772)	Habitagens, estradas com pedágio, canais/ Cia. da Índias Orientais
Inglaterra (1793)	Mania dos canais
Inglaterra (1797)	Títulos, canais
Hamburgo (1799)	Commodities
Inglaterra (1810)	Exportações para o Brasil
Inglaterra (1815-16)	Commodities de exportação, continente europeu e EUA
Inglaterra/EUA (1819)	Commodities, títulos/Manufatura sob embargo
Inglaterra (1825)	Bônus latino-americanos, minas, algodão
França (1828)	Canais, algodão, terrenos para construção
Inglaterra (1836)	Algodão, ferrovias
EUA (1837)	Algodão, terras
França (1838)	Algodão, terrenos para construção
Inglaterra (1847)	Ferrovias, trigo
Continente europeu/EUA (1848)	Ferrovias, trigo, construções (Colônia)/ Ferrovias, terras públicas
Inglaterra/Continente europeu (1857)	Ferrovias, trigo/ Ferrovias, indústria pesada
França (1864)	Algodão, estaleiros em geral
Inglaterra/Itália (1866)	Algodão, estaleiros em geral
Alemanha-Áustria/EUA (1873)	Terrenos para construção, ferrovias, títulos, commodities/ Ferrovias, chácaras, construção civil em Chicago
França (1882)	Ações de novos bancos, Lyons
Inglaterra/EUA (1890)	Títulos argentinos, abertura de capital por parte de empresas privadas/ Prata, ouro
Austrália (1893)	Terras
EUA/França-Itália (1907)	Café, union Pacif/Empréstimos de bancos a indústrias
Grã-Bretanha/EUA (1920-21)	Títulos, navios, commodities, inventários
EUA (1929)	Terras (até 1925), ações (1928-29)
Europa (1931-33)	Não concerne
Abrangência mundial (Anos 50 e 60)	Moedas estrangeiras
EUA-abrangência mundial (1974-75)	Ações, REITS, prédios de escritórios, navios petroleiros, Boeing 747
EUA-Mundo (1979-82)	[Relações com] Empréstimos a bancos do Terceiro Mundo, aumento dos preços dos combustíveis (1979, OPEP), transações imobiliárias no sudoeste dos EUA, terras de fazendas nos EUA, dólar. [Pânico, crash]: Dólar (1979), terras de fazendas (1979), combustíveis (1980), dívida do Terceiro Mundo (1982)
EUA (1982- 87)	[Relações com]: Mercado de ações, residências de luxo, prédios de escritórios, dólar. [Pânico, crash]: Ações (19/10/1987), bancos do Texas durante todo o período

Fonte: Kindleberger, C. (1992), Quadro estilizado das crises financeiras, Apêndice; dados e informações selecionados e elaborados

precisamente “O império da alta finança”, denominado por Victor Perlo em sua destacada obra ^[14].

Como bem evocou Frederico Mazzucchelli, os anos 1920 nos EUA foram marcados pela explosão do consumo de massas, fascínio pelos automóveis, facilidades do crédito, expansão dos subúrbios, renovação dos imóveis, multiplicação das rodovias, difusão da energia elétrica, crescimento do emprego, elevação dos salários reais, liberação dos costumes, a revolução do jazz etc. ^[15]. Exuberância, crescimento excepcional do produto industrial, e Grande Depressão. Uma antinomia de resultado lógico: os EUA em 1929 controlavam 42% da produção mundial total, enquanto Alemanha, Grã-Bretanha e França, juntos, detinham a fatia de menos de 28% da mesma; daí o impacto fulminante da crise. A recuperação vem apenas com o *New Deal*, de F. Roosevelt, mas persiste a crise internacional e sucede a ascensão do nazismo, até 1939; daí à 2ª Guerra Mundial.

Grande Depressão que, de acordo com John K. Galbraith, em *Moeda: de onde veio, para onde foi* (*Novos Umbrais*, 1983), nos EUA, em 1929 faliram 659 bancos, em 1930 1.352, número que atingiu 2.294 em 1931. “Em 1933, 4.004 bancos faliram ou foram considerados em situação imprópria para a reabertura após o feriado bancário” – afirmou o grande economista canadense ^[16].

Crise deflagrada pelo demolidor crash financeiro de Wall Street, e que mereceu do famoso economista Charles Kindleberger a obra *The World Depression (1929-1939)*; e, notavelmente, numa decisiva contribuição para a interpretação da origem, dinâmica e repercussões nas relações internacionais em *Manias, pânico e Crashes*. Um histórico das crises financeiras. ^[17].

Nessa obra, que examina o fenômeno das crises financeiras por quase três séculos, Kindleberger nos apresenta um multifacético painel repleto de lições, talvez ainda não devidamente valorizado. Note-se, no Quadro abaixo, valiosos registros analíticos que podem ser extraídos de sua pesquisa, notadamente os variados circuitos de busca desesperada pela valorização do capital – e o incontornável “material inflamável” da especulação.

Noutro estudo, para Kindleberger – em conformidade com Alexandre Lamfalussy –, em meados dos

anos 1980, o Sistema Monetário Internacional experimentava quatro “revoluções” conjuntamente: 1) um regime de taxas de câmbio flexíveis não considerado como provisório; 2) uma rede nova e mais barata de transportes e comunicações atando os mercados financeiros; 3) uma variedade de novos instrumentos financeiros que o mundo precisa de experiência para aprender como lidar; e 4) a ampliação acelerada da desregulamentação financeira ^[18].

Reexaminemos sinteticamente o que ocorreu.

PARTE III

Sabe-se que Leis e medidas regulatórias do sistema

financeiro, após a Grande Depressão dos anos 1930, adotadas pelo presidente F. Roosevelt, sofreram ataque em fins dos anos 1960. Mas o processo de desregulamentação e liberalização financeira nos EUA brota da crise da década de 1970, demolindo os acordos de Bretton-Woods (1944), que continham, fundamentalmente: a) taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis; b) fixidez nas (baixas) taxas de juros; e c) controle sobre

os fluxos financeiros globais. Fez-se elevado crescimento econômico no capitalismo central (\pm 1945-75) – a Era de Ouro, comemoravam os ingleses; os Trinta Gloriosos, diziam os franceses ^[19].

Adveio a crise (estagflação), com intensa volatilidade nas taxas de câmbio, de juros e desvalorização da moeda central. O poder do Estado norte-americano e do dólar responderam unilateralmente com erosão das bases do sistema monetário internacional: 1971, dólar sem lastro, depois chamado “padrão flexível”; 1973, flutuação cambial; 1979-81, brutal elevação da taxa básica de juros. Esse “programa” pavimenta a supremacia crescente do grande capital financeiro norte-americano. A moeda-reserva expressa a força financeira (mercado vasto, profundo e líquido), sustentada no poderio militar, econômico e ideológico dos EUA. Impulsionou-se a globalização financeira. Internacionalizaram-se as operações dos Fundos de Pensão, Mútuos e das Seguradoras. Feroz intensificação da concorrência entre esses Fundos, bancos e agências que reúnem grande legião de investidores e administram carteiras de ativos bastante diversificadas (ações, bônus, hipotecas garantidas etc).

Os EUA, em 1929, controlavam 42% da produção mundial total, enquanto Alemanha, Grã-Bretanha e França, juntos, detinham a fatia de menos de 28% da mesma; daí o impacto fulminante da crise

Globalização “financeirizada”: padrão de acumulação capitalista aprofundado pela plutocracia dos Estados capitalistas. Difundiu-se na ilusão do regresso à utopia do capitalismo liberal (neoliberal), na era do “supermonopólio” das finanças; das grandes operações dos Bancos Centrais dos países ricos; fusões e aquisições centralizam massas gigantescas de capital. Tais fenômenos, originários nos EUA, foram planetarizados com a desestruturação geopolítica (e ideológica) da bipolaridade mundial (1989-91): o colapso dos países socialistas do Leste europeu e da URSS (o “socialismo real”). (Todo o antigo Leste europeu socialista regressou ao capitalismo desestabelecido da globalização neoliberal).

Configuram a globalização financeira, a internacionalização e a liberdade de movimentos de capitais, a integração de mercados financeiros e de capitais. Para garantir a investidores e especuladores de todo caráter, exige-se uma legislação a mais uniforme possível e monitoramento global de riscos. Desse modo floresce um novo tipo de gestão dessa riqueza, “financeirizada” pela burguesia rentista. Nos EUA, a desregulamentação ascensional, desde meados dos anos 1980 [20], vinculou-se a processos de securitização de dívidas (garantias), institucionalização da poupança e de mecanismos de transferência de riscos (derivativos, hedges) e arbitragem (jogatina internacional com moeda, câmbio, juros, commodities).

Deveras facilitada pelo aporte das Novas Tecnologias de Informática e Comunicações, e transportes, a integração global dos mercados financeiros, passou a vivenciar uma crescente instabilidade estrutural. Fábrica de crises financeiras internacionais a um intervalo cada vez menor, iniciadas pelo grande crash de Wall Street (1987) – analisado minuciosamente por Kindeblinger. Vinte anos depois, lá, o furacão originário das hipotecas “subprime” (propensas ao calote) faz a economia dos EUA afundar. “Crise financeira épica”, denominou-a recentemente o economista liberal P. Krugman.

Ora, a instabilidade estrutural do ciclo capitalista motivou J. Schumpeter e J. M. Keynes, em enfoques distintos, a acentuarem um caráter endógeno e sistêmico das oscilações. Schumpeter, considerando a função das inovações tecnológicas no movimento de “destruição criativa”; Keynes, argumentando sobre a preponderância da incerteza numa economia monetário-financeira, a nublar as decisões de investimento e expectativas do cálculo capitalista.

Depois, H. Minsky reposicionou o olhar à perene instabilidade presente no capitalismo de hoje: a Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF) era incontornável nos países capitalistas de “mercados financeiros sofisticados” [21]. Segundo Farhi [22], na

atualidade, a concentração e a universalização das instituições financeiras produzem um forte aumento das operações especulativas e por uma intensa utilização da alavancagem na incessante busca pela rentabilidade mais elevada.

Instabilidade, pânico e crise. A partir daí, sublinhara o especialista M. Aglietta, nas crises financeiras “plenas” o passo seguinte é o “credit crunch” (aperto no crédito). Recordando as crises patrimoniais “mais violentas” que envolveram o setor imobiliário de vários países, na virada dos anos 90 passados, alertara Aglietta: “As crises de crédito resultantes de subavaliação dos riscos privados e do excesso de endividamento são desordens cujas consequências são mais lentas, mas freqüentemente mais insidiosas sobre a economia real” [23].

Breves conclusões

Essencialmente, pensamos que as crises financeiras hodiernas [24]:

- Assemelham-se às crises de superprodução de capital, refletindo o excesso de valorização do capital relativamente à determinada taxa de juros. A crescente e sofisticadíssima especulação – hoje sistemicamente baseada em alavancagens de títulos/derivativos –, como procuramos demonstrar, se estabelece estruturalmente na medida em que o próprio regime do capital vai se desenvolvendo; ela pertence à natureza do capital.

- No entanto, exacerbaram-se as características típicas da crise capitalista como a recorrência e a propagação global: tornam-se mais freqüentes, pelo aumento na rapidez da acumulação fictícia – decorrente especialmente da velocidade e do volume das transações com ativos financeiros.

- Ademais, passaram a ser abrigadas pela burla (interesseira) do descontrole regulatório do sistema bancário internacional e pela absoluta falência das agências de “risco”. (O gigantesco rombo de centena de bilhões de dólares, particularmente no sistema bancário internacional, decorrente da crise das “hipotecas subprimes”, voltou a motivar a cantilena oficial da “regulamentação financeira”).

- Chegou-se à anarquia completa de não se ter a mínima idéia precificação de ativos “podres” e generalizadamente contaminadores.

- É evidente que esse capitalismo é regime superado. Mas continuará a espalhar miasmas e barbárie enquanto não for derrubado, sepultado e soterrado.

Sérgio Barroso é doutorando em Economia Social e do Trabalho (Unicamp) e diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Maurício Grabois

NOTAS

- [1] "Como podemos errar tanto?", se pergunta ainda Greenspan, fazendo-se de idiota ("Preço estável das residências deve encerrar crise", *Financial Times/Valor Econômico*, 18/3/2008, C-10).
- [2] "As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito" (Karl Marx, *O Capital*, Livro 3, volume 4, p. 286, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s/d).
- [3] E continua ele, enriquecendo a formulação: "Só o desenvolvimento completo do sistema de crédito e do sistema bancário promove e efetiva por inteiro esse caráter social do capital" (Marx, *idem*, Livro 3, volume 5, p. 695, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira).
- [4] Livro 3, volume 5, p. 459, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- [5] Daí Marx ter antecipado que "a formação do capital fictício se chama capitalização. Para capitalizar qualquer rendimento periódico, o que se faz é considerá-lo, com relação à taxa média de juros, como rendimento que daria um capital emprestado a esta taxa de juros" (Marx, *apud*, Mazzucchelli, p. 78, Campinas, IE/Unicamp, 2004, 2ª edição).
- [6] Antes, afirmara: "com o juro ascendente cai o preço deles [dos papéis]. O que também provoca essa queda é a escassez geral de crédito, que força os detentores a lançarem-se em massa no mercado para obter dinheiro" (Livro 3, volume 5, pp. 566-7).
- [7] Ver a discussão em "A transformação do capital financeiro", de Robert Guttman, Campinas, *Economia e Sociedade*, nº 7, dez./1996.
- [8] Note-se uma importante referência de Marx, à página 507, sobre as consequências do desenvolvimento do sistema de crédito e lucro a partir dos juros: "Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação das sociedades, lançamento e comércio de ações" (Livro 3, v. 5, p. 507).
- [9] Livro 3, v. 5, p. 472.
- [10] Ver: *Evolução do capitalismo moderno. Um estudo sobre a produção mecanizada* (São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1894]). Diz ele, a exemplo que qualquer "grupo de financistas, armado de recursos suficientemente grandes, pode controlar com firmeza um título, utilizando-o seja para esfolar o público investidor ingênuo, levando-o a comprar e vender com prejuízos, seja para 'segurar' o título e esmagar outros financistas que não 'estão por dentro'" (p. 184).
- [11] E adiante, com clareza Hilferding: "A expressão superprodução de mercadorias é, em geral, tão sem sentido quanto a expressão 'subconsumo'. (...) Contudo, precisamente por isso, a estreita base do consumo é apenas uma condição geral para a crise, que, de modo algum, é explicada pela constatação do 'subconsumo'" (*O capital financeiro*, São Paulo, Nova Cultural, 1985:233).
- [12] Prossegue: "Somente sua expansão implica a generalização da produção mercantil, a criação do mercado nacional e do mercado mundial concebido em permanente expansão. Com a ampliação do mercado, desenvolveram-se também as condições sob as quais pode haver crises" (*idem*, p. 271-2).
- [13] Importa notar referências de Hilferding aos transportes e à comunicação, relativamente aos movimentos especulativos, dada a dinâmica da época. Escreve: "Finalmente, atua, na restrição da especulação mercantil, o desenvolvimento dos meios de transportes que reduziu muito a distância do mercado exatamente com as mercadorias sujeitas à especulação. Para isso concorre também a evolução do serviço de informação que a cada momento dá a posição de situação dos mercados" (*idem*, p. 275).
- [14] Entre 1929 e 1955, Perlo lista oito grandes super-impérios norte-americanos, que "fundem", principalmente, bancos, indústria, minas, petróleo, química, transportes e eletricidade: Morgan, Rockefeller, First National Bank, City Bank, Du Pont, Mellon, Cleveland, Chicago, Bank of América. In: *O império da alta finança. Gênese do capitalismo monopolista de Estado nos EUA*, v. II, Lisboa, Estampa, 1976 [1956].
- [15] Ver, do autor: *Os anos de chumbo. Notas sobre a economia internacional no entreguerras*, mimeo, 2007, prelo.
- [16] Em seu clássico *A crise de econômica de 1929 – anatomia de uma catástrofe financeira* (Lisboa, Dom Quixote, 1972, 4ª edição), Galbraith vai direto ao assunto: "Como já se frisou tantas vezes, o colapso do mercado de ações de outono de 1929 estava implícito na especulação que o precedeu. Sã havia uma dúvida: por quanto tempo a especulação duraria" (p. 254).
- [17] Porto Alegre, Ortiz, 1992 [1989]. Lá sublinha Kindleberger, debatendo as razões várias da Grande Depressão: "A idéia de que a especulação, como causa de manias e crashes, repousa em uma instabilidade inerente ao crédito é antiga" (p. 96). E mais adiante: "Quando ocorreu o crash, o sistema de crédito congelou subitamente" (p. 86).
- [18] Ver: *Movimentos internacionais de capitais*, p. 103, São Paulo, Record, 2007 [1987].
- [19] L. Belluzzo, após dizer que os sistemas financeiros em Bretton-Woods eram voltados ao crescimento econômico, assim vê o pós B-W: "Não foram poucos os ataques especulativos contra paridades cambiais, os episódios de deflação brusca de preços de ativos reais e financeiros, bem como as situações de periclitamento dos sistemas bancários" ("O inimigo assusta os mercados", in: *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*, p. 18 e 22, São Paulo, Unesp/Unicamp, 2004).
- [20] Em "A montagem de um novo regime monetário-financeiro nos Estados Unidos: 1982-94", Cintra, também descreve, pioneiramente, o caminho para o domínio das finanças diretas e globalizadas (in: *Transformações institucionais dos sistemas financeiros – um estudo comparado*, de M.C.P. Freitas e M.A.M. Cintra, São Paulo, Fapesp/Fundap, 1998).
- [21] Como bem argumentou Minsky, tal comportamento turbulento e caótico pode assumir a forma de: a) inflação interativa; b) bolhas especulativas; c) profunda deflação de débitos inter-relacionados. Ver: "Integração financeira e políticas monetárias", de H. Minsky, Campinas, *Economia e Sociedade*, nº 3, dez./1994.
- [22] Ver: "Riscos e instrumentos da finança contemporânea", de M. Farhi, revista *Princípios*, nº 89, abr./mai 2007.
- [23] Ver: *Macroeconomia financeira. Crises financeiras e regulação monetária*, de M. Aglietta, p. 13, São Paulo, Loyola, v. 2, 2004.
- [24] A propósito da crise atual, assim anotou Braga: "A crise tem assumido novas formas em razão das mutações em curso. Mudanças no dinheiro e nas finanças, nas corporações que se tornaram simultaneamente produtivas e financeiras, nas decisões de investimento, nas decisões de consumo, nas interações entre juros e câmbio, nas operações dos bancos centrais, nas relações entre Estado e mercado, na natureza das relações entre países centrais e periféricos etc" ("Incertezas globais e teoria econômica", de Braga, J.C.S., *Valor Econômico*, 11/1/2008).

Contra-ofensiva imperialista:

contexto da agressão colombiana ao Equador

RONALDO CARMONA

O ataque colombiano ao acampamento das Farc no Equador evidenciou o pacto do governo colombiano com o imperialismo estadunidense e explicitou a lógica do governo de Uribe: aniquilar a guerrilha a despeito da vida dos presos e da relação com os países vizinhos



Colômbia, Equador e Venezuela: área de tensão

O ataque “preventivo” colombiano a um acampamento das Farc em território equatoriano, às 00h25min do passado 1º de março, com apoio do Comando Sul dos EUA, foi uma operação militarmente premeditada e politicamente calculada. Tinha alvo certo: pôr na defensiva ou impor recuos à tendência progressista e antiimperialista que avança na América Latina.

A deflagração de uma guerra na América do Sul seria, sob todos os ângulos, o pior dos cenários que poderia se apresentar para o desenvolvimento da tendência progressista e antiimperialista no subcontinente.

Certamente, no pior cenário desenhado como resultante da agressão colombiana, poderia deflagrar uma guerra com o Equador – num conflito com potencial para envolver a Venezuela e até o Brasil, dadas as possibilidades de provocações e transbordamento e o fato de ambos países possuírem imensa, e

pouco guarnecida, fronteira com a Colômbia.

Além disso, seria uma guerra com a participação direta dos Estados Unidos, dado o irrestrito apoio político, econômico e militar oferecido pelo governo Bush a Álvaro Uribe. Neste episódio da violação do território equatoriano, Bush foi o primeiro – e ao que consta único – governante do hemisfério a apoiar reiteradamente o ato, sem qualquer ressalva.

A ameaça de guerra foi dissipada após forte tensão, através de acordo ao qual se chegou entre os países latino-americanos, no âmbito do Grupo do Rio – que depois se repetiu em termos semelhantes na OEA.

O impedimento do conflito, pela via política e diplomática, foi uma vitória dos povos da América Latina e de suas representações políticas e sociais mais avançadas, pois a estas, absolutamente, não interessa a hipótese de uma guerra entre dois ou mais Estados nacionais na América do Sul. Uma guerra na região representaria um duro golpe ou mesmo um golpe de morte na integração sul e latino-americana, justamente quando são mais favoráveis as condições a seu aprofundamento.

A costura da paz começou logo no dia 5, numa reunião extraordinária dos embaixadores na OEA (Organização dos Estados Americanos). Nela, foi reafirmado “o princípio de que o território de um Estado é inviolável”. Mas diante da não condenação explícita da Colômbia, a tensão permanece. Logo em seguida, no dia 7 – aproveitando a coincidência de uma reunião pré-agendada do Grupo do Rio em Santo Domingos, um mecanismo de consulta política entre países da América Latina –, uma Declaração dos presidentes “rechaça a violação à integridade territorial do Equador”, por “qualquer que seja o motivo”. Registra, ainda, as desculpas e o compromisso de Uribe “de que esses fatos não irão se repetir no futuro em nenhuma circunstâncias” – um jogo de cena. Dias depois, o ministro da Defesa colombiano, deixando a diplomacia de lado, declara que o país agirá contra “objetivos militares legítimos” estejam onde estiverem.

O rechaço dos chefes de Estados latino-americanos também se imporia na OEA – tradicionalmente uma instituição hegemônica e controlada pelo Departamento de Estado norte-americano, homologadora de golpes de Estado e invasões imperialistas ao longo da história da América Latina. Na reunião de chanceleres da OEA, dia 17 – convocada já pela reunião do dia 5 –, decide-se respaldar os termos do Grupo do Rio. Assim, a declaração da OEA decide “rechaçar a incursão” colombiana.

Diante da união latino-americana – que atuou

“como um time”, nas palavras do chanceler venezuelano – restou apenas ao embaixador estadunidense na OEA marcar posição contra a resolução e, isolado, defender seu aliado Uribe e a política das guerras preventivas.

O fato é que houve um explícito e inequívoco isolamento da posição colombiano-estadunidense. A própria Secretária do Departamento de Estado norte-americano, Condolezza Rice, às pressas e às vésperas da reunião de chanceleres na OEA, organizou um périplo pela região tentando, inutilmente, convencer os latino-americanos a aceitar o inaceitável: admitir agressões externas a seu território caso o pretexto fosse o de atacar “terroristas”. O argumento “jurídico” estadunidense-colombiano se apoiava nas resoluções 1368 e 1373 do Conselho de Segurança da ONU, aprovadas a toque de caixa na esteira da comoção mundial pós-11 de setembro, que autorizaram a invasão norte-americana ao Afeganistão.

Para os latino-americanos, aceitar a tese equivaleria a legitimar tardiamente os preceitos da Doutrina Monroe e de seu Big Stick (grande porrete),



Oligopólios da mídia absolveram o agressor (Uribe), culparam o agredido (Rafael Correa) e voltaram o alvo contra Hugo Chávez

ou sua versão mais recente e “moderna”, a Doutrina Bush de guerras preventivas e soberania limitada. A decisão do Grupo do Rio fez exatamente o inverso, rejeitando essas teses e reafirmando como princípio básico e fundamental das relações inter-americanas o respeito à inviolabilidade das fronteiras nacionais.

A tentativa de “latino-americanizar” tardiamente a Doutrina Bush se dá num péssimo momento, exatamente quando esta política de guerras do imperialismo norte-americano é derrotada no Iraque e é um dos fatores centrais de seu crescente isolamento, e objeto de uma ascendente contestação da hegemonia estadunidense no mundo.

No debate político-jurídico-diplomático de fundo ocorrido destaca-se o papel de proa do Brasil. Através do Itamaraty que, fazendo jus a sua tradição progressista e de defesa do interesse nacional, é voz firme na defesa dos princípios do direito internacional e da inviolabilidade das fronteiras.

É correta a atitude: ao Brasil e a seu povo, dono de imenso território, com imensas riquezas naturais e vasta e porosa fronteira, ter na paz a variável fundamental de sua estratégia nacional e geopolítica na América do Sul e no Atlântico Sul. Ao lado da bandeira de construir uma América do Sul e Latina desenvolvida, próspera, integrada, logrando constituir um pólo que permita exercer com soberania e independência nossos destinos civilizatórios no mundo em aliança com nossos vizinhos¹.

Durante o conflito, foi impressionante a reação dos oligopólios de mídia em todo o continente que, subvertendo a lógica e os fatos, absolveram o agressor (Uribe), culparam o agredido (Rafael Correa) com “provas” de um suposto computador de Raul Reyes e voltaram o alvo contra Hugo Chávez, demonizado e apontado como “ameaça militar” na região. Noutro plano, o complexo midiático absolveu os EUA e seu histórico de intervenções imperialistas no continente. Um exemplo é a raivosa revista *Veja*, cuja capa é uma demonstração de histeria e manipulação direitista.

Mas o presidente venezuelano soube driblar a armadilha e o circo midiático. Na reunião do Grupo do Rio, foi “o discurso pacificador de Chávez que permitiu que a reunião se transformasse numa reunião produtiva”, como sublinhou o presidente Lula.

O fato é que na atual conjuntura latino-americana trava-se uma feroz batalha de idéias. Há uma intensa mobilização de intelectuais e formadores de opinião, com amplo espaço nos grandes meios de comunicações oligapolizados a difundir a ameaça do “neopopulismo”, da “esquerda radical” e até,

no caso de alguns reacionários mais recalcitrantes, da “ameaça” do socialismo.

A calculada agressão de Uribe ao Equador

A pressão sobre Álvaro Uribe para uma saída negociada no conflito colombiano ameaçava se tornar irreversível politicamente. Até o presidente francês Nicolas Sarkozy – interessado nos ganhos políticos internos na opinião pública francesa – anunciou que iria às selvas colombianas negociar com emissários da guerrilha. Além disso, desde que Uribe afastou, em novembro, a mediação de Hugo Chávez no conflito, as Farc dobraram a aposta, decidindo utilizar a tática de soltura unilateral de reféns em seu poder, liberando dois prisioneiros em janeiro e outros quatro em fevereiro – estes últimos, quatro dias antes do bombardeio de seu acampamento no Equador.

A atitude da guerrilha forçava um envolvimento da comunidade internacional – a idéia de um “grupo de amigos” da paz na Colômbia ganhava força. A tática da guerrilha era clara. Como disse a senadora colombiana Piedad Córdoba, interlocutora do intercâmbio humanitário, “(Raul Reyes) estava convencido de que a situação da América Latina favorecia uma negociação”².

Além disso, a guerrilha estava na iminência de criar um fato político novo e de grande repercussão: libertar Ingrid Betancour, como deu a entender o presidente Rafael Correa em visita à Nicarágua. Em episódios, todavia não totalmente esclarecidos, dois ou três dias antes da morte de Reyes, um emissário do governo francês teria conversado, desde o Panamá, com o dirigente guerrilheiro por meio de um telefone por satélite. Negociava-se aquilo que poderia ser uma ação decisiva para instalar o processo de paz e liquidar politicamente o apoio social à política de guerra de extermínio de Uribe.

A exposição de Reyes como homem público da guerrilha, recebendo visitas políticas e mantendo regulares contatos com o exterior por telefone via satélite, levanta suspeitas de que já há algum tempo ele estaria sendo monitorado por sofisticados aparelhos de monitoramento instalados na Base norte-americana de Manta. Recorde-se que em 2007 a Colômbia criou uma unidade especial de inteligência (Dipol) cuja função era exatamente localizar e aniquilar os sete membros do secretariado das Farc, entre eles Reyes³. A Uribe, caberia então decidir o momento certo de eliminá-lo de acordo com seu cálculo político. A ação de ataque ao acampamento guerrilheiro no Equador, pois, foi premeditada, calculada; visava a matar o principal

negociador e interlocutor da guerrilha.

Segundo informes das Forças Armadas do Equador, publicados no diário *El Comercio*, de Quito, foram usadas dez bombas GBU-12, de 227 quilos – que podem ser guiadas por laser, GPS ou tecnologia intersensorial. O grau de destruição é enorme; as bombas provocaram crateras de 2,40 metros de diâmetro por 1,80 metros de profundidade no acampamento guerrilheiro. Tratam-se, aliás, das mesmas bombas utilizadas pelos Estados Unidos no Iraque.

Há outros indícios de o ataque ter sido realizado com suporte logístico e tecnológico da base norte-americana de Manta, localizada no território equatoriano. Segundo dados da inteligência equatoriana divulgados na imprensa local, um avião HC-130 partiu da base de Manta em 29 de fevereiro, às 19 horas e retornou em 1º de março, às 06h30min – pelo que, estima-se que tenha dado suporte logístico à ação colombiana.

Em síntese, a ação do governo Uribe, objetivamente, visou a criar uma situação que abortasse as solturas unilaterais por parte da guerrilha que pudessem levar a uma irreversibilidade de uma saída política e negociada. Afinal, nunca como hoje houve condições tão favoráveis a uma saída política e negociada para o antigo conflito colombiano.

Vale lembrar não ter sido a primeira violação de soberania alheia posta em prática por Uribe. Em janeiro de 2004, o serviço secreto colombiano seqüestrou em Quito, Simon Trinidad, comandante das Farc para, em seguida, extraditá-lo aos EUA. Em dezembro do mesmo ano foi a vez de Rodrigo Granda, da Comissão Internacional das Farc ser seqüestrado em Caracas. Em ambos os casos, aplicou-se um dos princípios da Doutrina Bush, segundo o qual, na “guerra contra o terrorismo” não se respeita fronteiras e soberania de quem quer que esteja no caminho.

A política do governo Uribe não é outra senão a de aniquilar militarmente a guerrilha a qualquer custo; assim, qualquer outro tema se subordina a esse objetivo central, inclusive a vida dos presos e as relações com os países vizinhos.

O longo conflito colombiano e suas conseqüências

O conflito colombiano atual tem suas raízes no assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, candidato presidencial às eleições de 1948, de perfil nacionalista, cuja morte gerou o episódio conhecido como Bogotazo, uma enorme onda de reação de massas em Bogotá. O que foi seguido por outro episódio histórico conhecido como La Violencia, uma forte reação conservadora e oligárquica que executa milhares de assassinatos até os anos 1960. As Farc, surgidas em 1964, desde então são militarmente ativas em grande parte do país.

Ao longo dessas décadas, assim como hoje, o governo não pôde vencer as Farc, embrenhadas nas selvas e utilizando táticas de guerra de guerrilhas e de “guerra assimétrica” – a despeito de o Estado colombiano contar, mais recentemente, com fartos recursos, armamentos e assistência técnica militar e de treinamento de pessoal proporcionados pelos EUA. Tampouco as Farc podem vencer o conflito. Nesse último caso, soma-se outro fator de natureza objetiva da atual conjuntura: o atual

As vitórias de governos progressistas na América Latina nos últimos dez anos – que mudaram a feição dos governos da região, que passaram de subordinados ao projeto hemisférico estadunidense a países independentes e soberanos – fizeram soar o alerta em Washington

ciclo de vitórias das forças progressistas e antiimperialistas na América Latina tem ocorrido a partir de vitórias eleitorais; na Colômbia estão as últimas guerrilhas do continente. De fato, não há nenhuma saída militar para o conflito que redunde na vitória de um dos lados com o aniquilamento do outro.

Independente desse fato, a razão de ser do governo Uribe é a destruição das Farc pela via militar. Sob essa bandeira, da mão dura contra a guerrilha, se elegeu em 2002 e reelegeu-se em 2006. Desde então, a esse objetivo subordina qualquer outra questão em seu governo.

Como conseqüência, há um aprofundamento de um drama humanitário de graves proporções. Dezenas de presos junto às guerrilhas – de “personalidades”, como Ingrid Betancour, a soldados colombianos e norte-americanos. Mais de 3 milhões de colombianos “desplazados” (deslocados, refugiados), 865 mil entre 2002 e 2005; só na Venezuela, estima-se que vivam 3 milhões de cidadãos colombianos. Além disso, dezenas de milhares de assassinatos políticos – inclusive três candidatos à presi-

dência da República, oito congressistas e centenas de prefeitos, deputados estaduais e vereadores. Na década de 1980, entre 1985 e 1988, uma primeira tentativa de incorporação de setores guerrilheiros à vida política resultou em 500 candidatos e militantes da União Patriótica (UP) assassinados. Além disso, entre 2,6 e 6,8 milhões de hectares de terra tomados de camponeses e proprietários rurais. Entre 1991 e 2006, são 1.113 sindicalistas assassinados⁴.

Some-se a isso o que os colombianos denominam como paramilitarização da política, isto é, a forte presença de narcotraficantes na política. A Corte Suprema de Justiça da Colômbia já mandou prender 26 parlamentares por vínculos com as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), grupo paramilitar e narcotraficante de ultra-direita, e investiga outros 30 parlamentares (em um total de 268) – quase todos da base de Uribe⁵.

Manter e aprofundar o curso da tendência progressista na América Latina

As vitórias de governos progressistas na América Latina nos últimos dez anos – que mudaram a feição dos governos da região, passando de subordinados ao projeto hemisférico estadunidense a países independentes e soberanos – fizeram soar o alerta em Washington. Já há alguns anos está em curso uma reação, ou melhor dizendo, uma contratendência ou contra-ofensiva do imperialismo norte-americano. Seu sentido é o de neutralizar e mesmo reverter a tendência dominante, visando a preservar a América Latina e o Caribe como área de influência estratégica dos EUA. Insere-se na estratégia de segurança nacional estadunidense que preconiza conter o surgimento e a afirmação de pólos que contestem sua hegemonia unipolar.

A ameaça de guerra resultante da violação das fronteiras do Equador não é fato isolado. Guarda re-

lações com outros movimentos contra-ofensivos recentes, como a ação que causou a derrota da proposta de reforma constitucional no referendo venezuelano em dezembro último, que explicitamente trazia em seu bojo a consigna ou a proclamação pelo “socialismo bolivariano” na Venezuela. As digitais da reação também se apresentam no bloqueio das mudanças na Bolívia, por meio de ameaças separatistas e em vários outros episódios recentes da conjuntura latino-americana.

A ação firme, decidida e unida da América Latina e Caribe contra a latino-americanização da Doutrina Bush e o rechaço unido à atitude da Colômbia, ao mesmo tempo em que evitou a guerra, preservando a paz, foi uma mensagem positiva para seguir afirmando a tendência progressista e antiimperialista na região. Embora não tenham eliminado a luta de contrários que caracteriza a transitória situação latino-americana atual seguirão em curso movimentos estratégicos por parte do imperialismo visando a reverter ou pelo menos neutralizar os governos à esquerda na região.

No caso da Colômbia, dado seu papel de cabeçade-ponte do imperialismo na América do Sul e na Amazônia, as forças progressistas devem levantar com força a bandeira da saída política e negociada para o conflito colombiano. É preciso trabalhar uma saída a partir de instrumentos como a conformação de um Grupo de amigos da Colômbia, que force concessões de Uribe. Olhando um exemplo histórico, uma espécie de novo Grupo de Contadora – na década de 1980 buscou saídas políticas e negociadas nos conflitos armados de El Salvador, Nicarágua e da Guatemala que, como o conflito colombiano atual, é uma ameaça de desestabilização de toda a região sul-americana.

Ronaldo Carmona é sociólogo, membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB.

NOTAS

- 1 - A agressão colombiana ao Equador e o aparecimento de propostas novas que valorizam a soberania sul-americana – como é o caso da proposta brasileira do Conselho Sul-americano de Defesa –, coloca na ordem-do-dia, como questão estratégica para o povo brasileiro, a atualização da “doutrina” geopolítica do Brasil. Por um lado, é preciso sepultar definitivamente as teorias geopolíticas remanescentes da guerra fria sobre o “pan-americanismo” – os interesses do Brasil não são, absolutamente, os mesmos dos Estados Unidos. Por outro, urge atualizá-la à luz do novo cenário mundial, de crescente perda da influência e da hegemonia unipolar do imperialismo estadunidense e de crescentes potencialidades de intervenção soberana do Brasil no mundo.
- 2 - Revista *Cambio*, jornal *El Tiempo*, 18/03/08.
- 3 - *El Comercio*, 16/03/2008. No dia 07, foi morto outro membro do secretariado das Farc, Ivan Rios, demonstração da ativa política de assassinar lideranças da guerrilha.
- 4 - Dados que constam de “Álvaro Uribe es el jefe del ocultamiento”, *Pólo Democrático Alternativo*, set. 2007.
- 5 - *El Tiempo*, 01/04/2008. Além disso, biógrafos de Álvaro Uribe apontam seu vínculo estreito, e de sua família, com paramilitares de direita.

Entrevista com o professor Julio Voltarelli

Estado laico ou teocrático?



Julio Voltarelli no julgamento sobre o uso de Células-tronco em pesquisa, no STF, em 5 de março de 2008.

POR CAROLINA RUY

A liberação da pesquisa com as células-tronco embrionárias desenvolverá a ciência no Brasil e representará a superação de dogmas religiosos

O Supremo Tribunal Federal começou a julgar, no dia 5 de março de 2008, a constitucionalidade do uso, para fins de pesquisa e terapia, de células-tronco embrionárias humanas produzidas in vitro e não utilizadas no respectivo procedimento.

As pesquisas com as células-tronco, que vinham sendo feitas desde 2005, após a aprovação da Lei de Biossegurança foram prejudicadas devido a uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin 3510), movida pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Foi o 1º julgamento no STF aberto ao público na história do Brasil, para o qual foram convidados 34 cientistas para depor sobre as implicações éticas da pesquisa em questão. O tom do debate que se travou no Tribunal foi acentuadamente filosófico, tendo como centro a questão sobre o início da vida e o direito à vida. Por um lado, o advogado-geral da União José Antônio Dias Tóffoli defendeu que apenas a partir do nascimento o embrião tem direito à vida, e, por outro, Ives Gandra Martins, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), argumentou que a vida tem início no momento em que o embrião é fecundado. Pela opinião sustentada pela CNBB, o debate sobre o uso das células-tronco ignora o significado de um embrião e as consequências para a criação de uma mentalidade desumana.

Pelo Congresso Nacional, o advogado Leonardo

Mundim defendeu que a manutenção da pesquisa com o uso das células-tronco, sob a luz do controle social, evitaria o uso clandestino e irregular. Ainda segundo alertou Mundim, nos países mais ricos a pesquisa avança e se a decisão for de proibi-la no Brasil, ficaremos para trás na posição de importadores de tais terapias. Ele levantou que as entidades científicas de maior porte apóiam a pesquisa, assim como os órgãos de imprensa, o governo e a opinião pública.

A revista *Princípios* conversou com o cientista e professor do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto Julio Voltarelli sobre a atual polêmica em relação ao uso das células-tronco em pesquisas científicas e sobre a expectativa em relação ao julgamento em processo no STF. Voltarelli é um dos cientistas que tem acompanhado de perto e exercido influência no que diz respeito ao uso das células-tronco embrionárias. Seus estudos têm proporcionado contribuições para a medicina nesta área.

Princípios – Quais resultados concretos as pesquisas que utilizam as células-tronco já apresentaram ao mundo?

Voltarelli – Transplantes de células-tronco da medula óssea adulta ou do cordão umbilical têm sido realizados há várias décadas para doenças do sangue (como leucemias) com bons resultados e já constituem tratamento convencional para muitas dessas doenças. O uso clínico dessas células para terapia regenerativa e para tratar doenças auto-imunes avançou muito nos últimos anos, com resultados positivos em muitas doenças, mas esta terapia ainda é considerada experimental. Já as células-tronco embrionárias ainda não foram utilizadas em experimentos clínicos em humanos.

Princípios – Segundo afirmou o advogado da CNBB, Ives Gandra, hoje em dia, através da reprogramação celular, com a implantação de quatro genes, é possível tornar as células adultas tão plásticas e flexíveis quanto as células-tronco. Qual o fundamento desta afirmação?

Voltarelli – Esta pesquisa realmente ocorreu, mas os quatro genes empregados têm propriedades oncogênicas, isto é, podem fazer essas células se transformarem em tumores, portanto, o uso terapêutico dessas células, se ocorrer, vai demorar muito tempo até que os problemas de segurança sejam resolvidos.

Princípios – O avanço da pesquisa com as células-tronco pode, eventualmente, desencade-

ar algum tipo de violação à vida ou ao corpo humano?

Voltarelli – Não acredito nisso, pois a proposta é utilizar embriões criados em laboratório que nunca serão implantados no útero humano, portanto, nunca se desenvolverão em seres vivos individualizados.

Princípios – No processo pela proibição das pesquisas com células-tronco surgiram diversas teorias a respeito do início da vida humana. A comunidade científica tem alguma opinião consensual sobre este assunto?

Voltarelli – Não existe consenso, um grande número de cientistas situa o início da vida independente no início do desenvolvimento do sistema nervoso.

Princípios – Qual o estágio da pesquisa do Brasil?

Voltarelli – O Brasil ocupa um papel de destaque, no cenário mundial, em ensaios clínicos com células-tronco para doenças cardíacas, neurológicas, vasculares e auto-imunes, há vários estudos concluídos e publicados na literatura internacional e outros em andamento. Além de desenvolver a ciência nacional a continuidade da pesquisa no Brasil pode, devido à sua posição de liderança científica na América Latina, incentivar o estudo com células-tronco na região.

Princípios – O senhor acha que a liberação da pesquisa seria, além de um avanço na área das ciências biológicas, um avanço cultural, no sentido de desmitificar algumas doenças e seus tratamentos?

Voltarelli – O maior avanço seria o de desvincular as crenças religiosas (como a do início da vida no zigoto) da legislação brasileira. A condição do Brasil como Estado laico ou teocrático está no debate.

Princípios – Por último, qual sua expectativa quanto ao julgamento, ainda em processo, pela proibição do uso de células-tronco em pesquisas? No caso da liberação, pessoas que apresentam, hoje em dia, doenças passíveis de serem curadas através da plasticidade das células-tronco podem já ter a esperança de cura?

Voltarelli – A aprovação da lei, mais provavelmente, vai levantar falsas esperanças (de cura rápida para um grande número de doenças), porque o progresso nesta área será necessariamente lento.

Carolina Ruy é Secretária de Redação de Princípios

As células-tronco, o embrião e a Constituição



LYGIA DA VEIGA PEREIRA

O uso de Células-Tronco embrionárias pode proporcionar o tratamento de diversas doenças, sendo que estas Células podem transformar-se em todos os tecidos do corpo. Mas para isso os cientistas precisam da liberação da pesquisa com Células-Tronco pelo Supremo Tribunal Federal

Em meio a tanto entusiasmo em relação aos possíveis poderes terapêuticos das células-tronco (CT), o Supremo Tribunal Federal deverá julgar a constitucionalidade de um tipo muito especial de CTs, as embrionárias. Apesar de em modelos animais estas células terem efeito terapêutico em diversas doenças, o fato de seu uso envolver a destruição de um embrião humano cria a possibilidade de estas pesquisas violarem o artigo 5º de nossa Constituição, que garante "(...) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida".

As CTs embrionárias são o tipo mais versátil de CTs até hoje identificadas em mamíferos. Enquanto as CTs derivadas da medula óssea ou do sangue de cordão umbilical conseguem se transformar em somente alguns, as CTs embrionárias possuem a formidável capacidade de dar origem a todos os tecidos do corpo. Desde a década de 1980 são feitas pesquisas com as CTs embrionárias de camundongos, e ho-

je sabemos como multiplicá-las e transformá-las no laboratório em células da medula óssea, do músculo cardíaco, em neurônios, entre outras, que, quando transplantadas em animais doentes, são capazes de aliviar os sintomas de diversas doenças, desde leucemia e doença de Parkinson até paralisia causada por trauma da medula espinhal (daí o entusiasmo do Super Homem Christopher Reeve em relação a essas células). Além disso, as CTs embrionárias são um instrumento poderoso de pesquisa básica, nos permitindo o estudo *in vitro* do desenvolvimento embrionário humano.

Desde 1998, com o estabelecimento das primeiras CTs embrionárias humanas, a comunidade científica mundial investe em pesquisas voltadas a gerar, a partir destas células, tecidos para o tratamento daquelas doenças em humanos. Porém, como estas pesquisas envolvem a destruição de um embrião humano de 5 dias – um conglomerado de aproximadamente 100 células –, uma nova polêmica surgiu no mundo todo: este embrião é uma vida humana ou não?

Ora, claro que ele é uma forma de vida, assim como um óvulo e um espermatozóide também são. A vida humana é um contínuo, que começou há alguns milhões de anos, e segue até hoje em cada um de nós. A real questão é “que formas de vida humana nós permitiremos perturbar?”. A “vida” mencionada na nossa Constituição já é legalmente violada em algumas situações: por exemplo, no Brasil reconhecemos como morta uma pessoa com morte cerebral, apesar de seu coração ainda bater. Esta é uma decisão arbitrária e pragmática, que nos facilita o transplante de órgãos. Porém, não é compartilhada por outros povos que só consideram morta aquela pessoa cujos órgãos vitais tenham parado de funcionar. Indivíduos que

cometem crimes hediondos também são uma forma de vida humana passível de ser eliminada em alguns países, através da pena de morte. E no outro extremo da vida humana, durante o desenvolvimento embrionário? Por um lado, ao proibirmos o aborto estabelecemos ser inaceitável a destruição de um feto. Por outro, se este feto for o resultado de um estupro ou representar risco de vida para a gestante, no Brasil ele passa a ser uma forma de vida humana que pode ser eliminada. Porém,

no que diz respeito às CTs embrionárias, o embrião em questão é muito mais jovem, ainda não tem forma e está numa proveta, e não implantado no útero.

É importante notar que, talvez sem nos darmos conta, ao aceitarmos as técnicas de reprodução assistida em 1978, aceitamos a destruição deste embrião, desta forma de vida humana. Sim, há quase 30 anos em todo o mundo essa prática médica gera embriões humanos (“bebês de proveta”) que não são utilizados para fins reprodutivos e acabam sendo congelados ou simplesmente descartados – e viemos convivendo com este fato com muita tranquilidade. Por que só agora, quando estes embriões esquecidos em congeladores podem nos ajudar a entender melhor a biologia humana e a achar novos tratamentos para doenças – ou seja, a gerar mais vida –, se tornou inaceitável destruí-los? Foi muito conveniente ignorar os embriões excedentes da reprodução assistida, pois afinal esta técnica permitiu que milhares de casais com problemas de fertilidade realizassem o sonho de ter filhos. Enquanto isso, o uso das células-tronco embrionárias para tratar um enfarte ou ajudar um

O nosso desafio é desenvolver as pesquisas com embriões humanos de forma ética – se por um lado não considero aquele embrião de 5 dias equivalente a uma pessoa nem a um feto, também não o considero somente um conglomerado trivial de células

paralítico a recuperar os movimentos das pernas ainda está restrito a animais de laboratório. Talvez no dia em que estas células estiverem efetivamente sendo usadas em pacientes seja mais difícil proibir o uso terapêutico daqueles embriões não desejados por seus pais biológicos.

No Brasil a polêmica do uso do embrião humano foi resolvida na Lei de Biossegurança de 2005, que permite o uso para pesquisa de um número finito de embriões, aqueles congelados até março de 2005 e que estejam congelados há pelo menos 3 anos. Se, por um lado, temos uma limitação importante do número de embriões disponíveis, por outro, esta é uma solução temporariamente aceitável que permite

o desenvolvimento das pesquisas com CTs embrionárias no país. A não ser que o STF entenda que esta lei é inconstitucional e a revogue, interrompendo essas pesquisas.

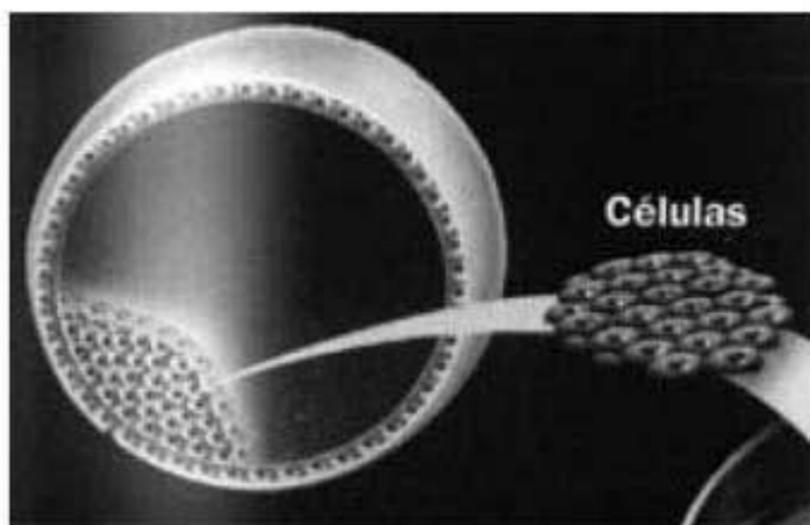
Em conclusão, o STF não deverá julgar se as CTs embrionárias são piores ou melhores do que as adultas – esta dicotomia não se aplica, precisamos pesquisar todos os tipos de CTs; nem se aquele embrião é vida ou não – ele é uma forma de vida, mas não aquela “vida” à qual a Constituição garante

inviolabilidade do direito “à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O nosso desafio é desenvolver as pesquisas com embriões humanos de forma ética – se, por um lado, não considero aquele embrião de 5 dias equivalente a uma pessoa nem a um feto, por outro, também não o considero somente um conglomerado trivial de células. Precisamos de legislação e vigilância, como as que evitam o comércio de sangue ou órgãos e ao mesmo tempo permitem que milhões de vidas sejam salvas com transplantes. Se a Lei de Biossegurança for revogada, o Brasil perde uma grande oportunidade de ter uma vantagem competitiva na promissora área de pesquisa com CTs embrionárias. Depois de tantos anos de investimento em pesquisa, temos os cérebros, temos a infra-estrutura – precisamos da lei.

Lygia da Veiga Pereira é professora livre-docente e chefe do Laboratório de Genética Molecular do Instituto de Biociências, USP, e autora dos livros Clonagem: da ovelha Dolly às células-tronco e Sequenciaram o genoma humano... E agora?, São Paulo, Moderna.

A ciência como salto para a vida

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi o relator do Projeto de Lei de Biossegurança em 2003. Por iniciativa dele, foi incluída na lei a permissão de pesquisas com células-tronco. Aldo narra a complexa articulação política que possibilitou a aprovação dessa emenda, vencendo pressões de natureza ético-religiosas. Tais pressões ressurgiram, e agora cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) garantir essas pesquisas para o bem da vida e da ciência.



As células tronco têm propriedades pluripotenciais para formação dos diversos

ALDO REBELLO

Em 1996, o polêmico nascimento da ovelha Dolly revelou ao mundo um campo surpreendente para a ciência, a possibilidade de que células diferenciadas de mamífero fossem capazes de ser reprogramadas para formar qualquer tipo de tecido. Este experimento foi considerado o marco das pesquisas com células-tronco, cujo avanço conseqüente obtido a partir desta descoberta transformou esta linha de pesquisa na base da medicina do novo milênio. Um novo horizonte abriu-se para o tratamento de muitas doenças que afetam hoje milhões de pessoas. Segundo informações da comunidade científica, surgem a cada ano cerca de 18 milhões de pacientes com problemas neuronais.

Em 2007, os geneticistas Mário Capecchi, Oliver Smithies e Martin J. Evans ganharam o Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia por suas descobertas relacionadas às células-tronco embrionárias e a recombinação do DNA em mamíferos. Não há dúvida de que a concessão do prestigioso prêmio a esses pesquisadores pavimentou de maneira decisiva o reconhecimento da comunidade científica internacional a este ramo da ciência e estimula os estudos na busca de tratamento das enfermidades.

No Brasil, as pesquisas com células-tronco foram liberadas em 2005, quando a Lei de Biossegurança, da qual fui relator na Câmara dos Deputados, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei estabelece

normas de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades que envolvem organismos geneticamente modificados e trata da Política Nacional de Biossegurança. Mas a possibilidade de realização da pesquisa com células-tronco, incluída por mim no projeto do governo, foi a que maior repercussão ganhou durante o debate no Parlamento.

Por dois anos, período em que esteve em votação no Congresso, realizamos ampla discussão sobre o projeto, ouvindo diferentes manifestações de cientistas, professores, pesquisadores, líderes religiosos e pessoas portadoras de doenças degenerativas. Construímos um consenso em torno do tema ao elegermos a vida como o centro das atenções e a ciência como instrumento para melhorá-la.

Mas, a julgar pelo debate atual, não esgotamos a polêmica. As questões de natureza ético-religiosas pesaram sobre a decisão do Congresso Nacional. Ainda em 2005, o então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pedindo a revogação dos dispositivos da Lei de Biossegurança que permitem a pesquisa com células-tronco embrionárias. Fonteles entende que o artigo 5º da lei e seus parágrafos ferem a proteção constitucional do direito à vida e a dignidade da pessoa, uma vez que, argumenta ele, a vida começa no momento da fecundação.

O dilema ético reside fundamentalmente no procedimento utilizado para a retirada da célula-tronco do embrião que, para os grupos resistentes às pesquisas, implica a interrupção da vida. Ocorre, no entanto, que a Lei de Biossegurança permitiu a pesquisa e a terapia apenas em embriões congelados há mais de três anos em clínicas de fertilização e considerados excedentes, por não serem colocados em útero, ou inviáveis, por não apresentarem condições de desenvolver um feto. A lei proíbe o comércio, a produção e manipulação de embriões, assim como a sua clonagem, seja para fins terapêuticos ou reprodutivos.

O STF iniciou o julgamento da ação do ex-procurador-geral da República no dia 5 de março deste ano. O relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto, não considerou a lei inconstitucional, votando contra a Adin. Contudo, o pedido de vistas do ministro Carlos Alberto Menezes Direito adiou a sessão. Antes de encerrar as atividades, a presidente do STF, Ellen Gracie, fez questão de declarar seu voto e seguiu o relator, contra a inconstitucionalidade da lei.

Na prática, o STF deverá decidir se laboratórios e cientistas podem, no Brasil, realizar pesquisas científicas com o uso dessas células, como permite a lei. Até que haja uma decisão, as pesquisas estarão paralisadas. Pois, mesmo que a lei questionada esteja

em vigência, os comitês de ética não têm permitido a realização dos estudos.

O debate no Congresso

A Lei de Biossegurança figura entre as mais importantes conquistas brasileiras dos últimos anos. Além do avanço obtido para as pesquisas científicas com organismos geneticamente modificados, os estudos com células-tronco embrionárias que, antes ficavam apenas no campo da ficção, tornaram-se realidade. A lei que regia a Biossegurança era de 1995 e não abrangia as conquistas científicas da última década.

Em 2003, o governo Lula enviou à Câmara dos Deputados o projeto de lei da Biossegurança em regime de urgência. Na época, eu exercia o cargo de líder do governo na Casa e coube a mim a tarefa de produzir o relatório sobre o assunto. O projeto original, contudo, não contemplava o uso das células-tronco em pesquisas, cuja proibição era um dos pontos que mais mobilizava a comunidade, sobretudo, a científica.

Iniciamos, então, uma ampla discussão com a realização de várias audiências públicas, para as quais foram convidados representantes de todos os setores envolvidos com o tema. Também organizamos audiências nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Ouvimos cientistas, professores, pesquisadores, deputados estaduais, vereadores, membros de órgãos governamentais e não governamentais, empresários, líderes de movimentos sociais, de associações de portadores de doenças degenerativas, dentre outros.

Foi intenso o debate em torno da autorização para a pesquisa com células-tronco embrionárias. A necessidade da inclusão do tema no projeto do governo foi apontada como essencial por vários cientistas. Os especialistas queriam anular a Lei nº 8.974, que desde 1995 proibia o armazenamento de embriões para utilização com material biológico disponível, o que na prática inviabilizava a terapia com células-tronco embrionárias.

A análise rigorosa e a discussão ampla e democrática respaldaram a liberação por meio de meu relatório para a realização de tais pesquisas. Mas a polêmica persistiu, como é natural quando há novidades em ciência e tecnologia. Foi assim, por exemplo, quando da descoberta da vacina contra varíola. Surgida em 1778, as resistências à nova invenção atrasaram em 50 anos o início de sua utilização.

Quando o deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) assumiu a relatoria do projeto, foi preciso fazer novo acordo com as diversas bancadas, principalmente com as religiosas. O texto de Renildo proibia

a pesquisa com células-tronco embrionárias e permitia a pesquisa com células-tronco adultas. Naquele momento, a mudança foi importante porque evitou o confronto, o que poderia resultar até mesmo na rejeição da proposta. A Câmara aprovou o relatório, que foi enviado ao Senado.

Naquela Casa, o debate evoluiu intensamente. Ocorreu grande mobilização dos parlamentares com a colaboração de outras entidades e também dos próprios pacientes e familiares de pessoas cujas patologias potencialmente pudessem merecer tratamento a partir da aprovação da lei. Senadores como Tasso Jereissati (PS-DB-CE), Lúcia Vânia (PS-DB-GO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) empenharam-se pessoalmente em favor da mudança do projeto da Câmara. O relatório final apresentou uma solução intermediária, que não liberou completamente a pesquisa como sugeria o texto original, mas permitiu a pesquisa e a terapia em embriões congelados há mais de três anos, com no máximo 15 dias de vida.

O texto foi aprovado pelo Senado. Mas, por ter sido modificado, voltou à Câmara. No dia 2 de março de 2005, os deputados aprovaram a Lei de Biossegurança em caráter definitivo por 352 votos a 60 e uma abstenção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a nova lei no dia 24 do mesmo mês.

Lei de Biossegurança, uma questão mundial

A nova legislação tirou o Brasil do atraso na área de pesquisas e reforçou a soberania nacional em ciência e tecnologia. Se não tivéssemos liberado os estudos com células-tronco por meio desta lei, muito provavelmente hoje estaríamos convivendo com a proibição, pois dificilmente teríamos semelhante oportunidade para aprofundar o debate no país e no Congresso Nacional. A aprovação da lei demonstrou o amadurecimento do Poder Legislativo, que ouviu a sociedade e foi capaz de tomar uma decisão avançada.

Produzimos uma lei equilibrada. Poderão ser utilizados para pesquisas apenas os embriões armazenados há três anos em clínicas de fertilização e considerados excedentes ou inviáveis. O comércio,

a produção e manipulação de embriões, assim como a clonagem, seja para fins terapêuticos ou reprodutivos, foram proibidos.

Em grande parte dos países, as pesquisas com células-tronco já foram liberadas. É o caso de Espanha, Reino Unido, Suécia, Finlândia, Grécia, Suíça, Holanda, Japão, Austrália, Canadá, Coreia do Sul e Israel. Nos Estados Unidos, o presidente George W. Bush, pressionado por grupos religiosos, cortou o financiamento público para os estudos, permitidos durante o governo de Bill Clinton. Mas depois decidiu permitir o financiamento limitado.

No Brasil, o governo federal, com base na lei, já investiu, desde 2004, R\$ 24 milhões em ações relacionadas a pesquisas com células-tronco. Há forte esperança de encontrar tratamento, e talvez até mesmo cura, para doenças consideradas incontornáveis, como diabetes, esclerose, infarto, distrofia muscular, Alzheimer e Parkinson.

Na Bahia, pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz estão tratando com sucesso

cardiopatas causadas pela doença de Chagas. Neste caso, o tratamento com células-tronco pode substituir o transplante de coração. No Hospital Pró-Cardíaco do Rio de Janeiro e no Instituto do Coração de São Paulo, células-tronco estão sendo usadas em pacientes que sofreram infarto. As expectativas de tratamento com estas células para os casos de leucemia e certas doenças do sangue também são otimistas.

Sabemos que os resultados práticos para a maioria das enfermidades não aparecerão em curtíssimo prazo por se tratar de um novo ramo do conhecimento. Mas as células-tronco passaram a ser potencialmente uma grande esperança para milhões de portadores de doenças genéticas até hoje incuráveis. As conquistas não podem ser interrompidas. Aguardamos, portanto, com atenção a decisão do Supremo Tribunal Federal.

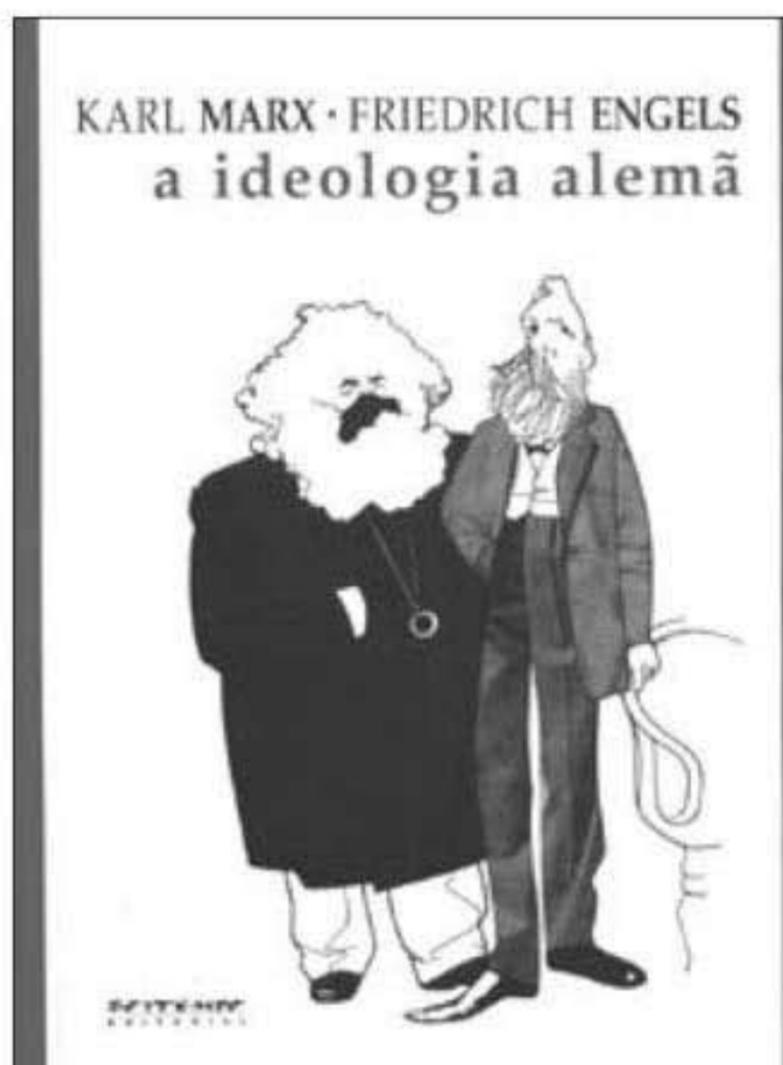
Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal (PCdoB/SP). Foi presidente da Câmara dos Deputados (2005/2007), ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004/2005), líder do governo na Câmara (2003/2004) e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (2002/2003)

Há forte esperança de encontrar tratamento, e talvez até mesmo cura, para doenças consideradas incontornáveis, como diabetes, esclerose, infarto, distrofia muscular, Alzheimer e Parkinson

A ideologia alemã

OLÍVIA RANGEL

A Boitempo lançou, dentro da tradição de rigor com que tem cercado os livros desses autores, A ideologia alemã, de Marx e Engels. A obra foi traduzida diretamente do alemão, com apresentação de Emir Sader e supervisão editorial de Leandro Konder.



*Karl Marx e Friedrich Engels
Editora Boitempo
Tradução de Rubens Enderle, Luciano Martorano e
Nélio Schneider*

Segundo informa a própria Editora, esta é a primeira vez, fora da Alemanha, que as sete partes do manuscrito de Marx e Engels sobre Feuerbach são apresentadas ao leitor como textos independentes, em sua fragmentação originária, sem sofrer as montagens mais ou menos arbitrarias imputadas pelos diversos editores (desde a edição de Riazanov, em 1926) à obra.

Esse tratamento editorial esmerado levou à descoberta de que Marx e Engels, até o fim de 1845, não haviam concebido o plano de escrever *A ideologia alemã*, pelo menos não com esse título. Apartir de um artigo de Marx intitulado "Contra Bruno Bauer", em novembro de 1845, nasceram os manuscritos que, meses mais tarde, dariam corpo ao projeto inacabado de *A ideologia alemã*. Concluída em 1846, *A ideologia alemã* foi o primeiro livro escrito em parceria por Karl Marx e Friedrich Engels, com o objetivo de criticar os "jovens hegelianos", principalmente os filósofos Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, como produtores de uma ideologia alemã conservadora, apesar de se autodenominarem teóricos revolucionários.

Marx aponta para o fato de esses filósofos apontarem transformações apenas no plano do pensamento sem nunca terem alcançado a realidade concreta. Ao criticar a teoria hegeliana eles não rompem, segundo Marx, a falsa noção de que o espírito humano é o sujeito da história e não a atividade humana.

A produção da consciência

A ideologia alemã reafirma que a premissa de toda história humana é a existência de indivíduos humanos viventes. Não é a consciência humana que determina a vida (ou o ser). É a vida material que determina a consciência. Ou seja, o ser determina o saber, a existência determina a consciência.

Segundo afirmam Marx e Engels, podemos distinguir os homens dos animais não apenas pela consciência, mas assim que começam a produzir os seus meios de vida, transformando a natureza e as próprias relações entre os homens. O que quer dizer que ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Para Marx, em todo processo de produção tem de existir a divisão do trabalho. Portanto, o problema está no modo como essa divisão se processa. A divisão dos "meios de produção" X "trabalho"

gerou proprietários e não-proprietários. A riqueza foi criada pela exploração do trabalho.

Os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material ao mudarem esta realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Portanto, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A relação entre a produção material e a forma correspondente de intercâmbio constitui o modo de produção. As formas de intercâmbio, as relações de produção, de início se apresentam como condição para a produção material. Mais tarde, convertem-se em travas desta produção. A forma de intercâmbio é substituída por outra nova, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. E isto se dá através da luta de classes. A história é, pois, entendida como um processo, uma sucessão de correspondências entre forças produtivas e relações de produção. E o motor deste processo, o motor da história é a luta de classes. Este é o eixo do materialismo histórico, que será desenvolvido mais tarde no Manifesto do Partido Comunista.

A divisão do trabalho, para Marx e Engels, tem particular importância no desenvolvimento histórico. Primeiro ele se baseia na diferença dos sexos. Depois, nas diferenças de forças físicas entre os indivíduos. Com o surgimento da propriedade a divisão de trabalho social acentua-se. A partir do momento em que alguns homens se apropriam das riquezas produzidas e se consideram proprietários delas – criando a propriedade privada – surgem as classes sociais e as relações entre os sexos também sofrem profundas mudanças. Vale destacar que, ao analisar o papel da reprodução, Marx e Engels atribuem estatuto teórico à questão da opressão de mulher ao desvendarem o processo histórico de opressão de classe e de gênero. E derrubaram os pilares da tese fatalista da base natural da opressão da mulher.

E por fim existe uma separação entre o trabalho manual e o intelectual. O trabalho de pensar passa a ser função de um segmento privilegiado da classe dominante, enquanto o trabalho manual passa a ser exercido pelos explorados. Quando a tarefa de pensar passa a ser exercida por um pequeno número de indivíduos desvinculados do trabalho produtivo a consciência destes indivíduos desvinculada da prática imagina ser uma entidade em si. As idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante.

Olivia Rangel é jornalista, doutora em Sociologia pela PUC/SP



OLINDA. Há 25 anos, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Hoje, um Patrimônio do povo.



Um patrimônio com 472 anos de vida, história, lutas e conquistas.

Um patrimônio que, em 2006, tornou-se a Primeira Capital Brasileira da Cultura.

Um patrimônio que, a cada dia, nós cuidamos com carinho, transparência, responsabilidade.

Ouvindo as ruas. Ouvindo as ladeiras. Ouvindo os cantos de Olinda. Ouvindo o povo.

Este, sim, o maior, mais rico e mais importante patrimônio da nossa Marim dos Caetés.



OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

Padre Antonio Vieira

"O Imperador da Língua Portuguesa"

ISSN 1415768-8
9 771415 768005

Depois de 400 anos de seu nascimento em Lisboa, Portugal, em 1608, o Padre Antonio Vieira ainda é lembrado por sua defesa dos índios e por seu estilo literário, o melhor exemplo do barroco conceptista.

Vieira foi preso, julgado e condenado por criticar a Inquisição e a perseguição contra os judeus. Sua ação envolveu desde os índios da Amazônia até a sacristia do rei de Portugal, do qual foi confessor e pregador.

Em 1688 tornou-se Visitador da Companhia de Jesus na Província do Brasil, onde permaneceu até sua morte, em 1697.

Seus Sermões, publicados pela primeira vez entre 1690 e 1697, foram considerados obras primas literárias do idioma português. Tanto que, no segundo *Aviso*, do seu livro *Mensagem*, Fernando Pessoa chamou Padre Vieira de "Imperador da Língua Portuguesa".

*O céu 'strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à glória tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.*

*No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar,
El Rei D. Sebastião.*

*Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
É um dia, e, no céu amplo de desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo.*

Fernando Pessoa

